

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2017-2021** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM VINTE E SETE DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZOITO** -----

----- **ATA NÚMERO DEZASSEIS** -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e dezoito, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência do Presidente em exercício, Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeiro Secretário, em exercício, e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luis Valente Pires, João Maria Correa Monteiro Macieira Condeixa, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José Inácio da Silva Ramos Antunes Faria, José Luis Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luis Filipe da Silva Monteiro, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria do Carmo do Amaral Cabral da Câmara Pereira Munoz, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia Carla Serrano Gonçalves, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos, Ricardo de Sant’Ana Godinho Moreira, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Vasco

André Lopes Alves Veiga Morgado, Margarida Afonso, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, João Carlos de Sousa Pereira, Carla Sofia e Silva Rothes Ladeira, Pedro Miguel Tadeu Costa, Ana Margarida Mota Vieira da Silva de Morais, Nuno Miguel dos Santos Silva, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Rosa Maria Carvalho da Silva, Henrique João Tavares Frias Sá e Melo, Fernando de Oliveira Gonçalves, António Miguel Silva Avelãs, Duarte de Albuquerque Carreira, Gabriel Maria Baptista Fernandes e Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Faltou à reunião o seguinte Deputado Municipal:-----

----- Fábio Martins de Sousa.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pela substituta legal Deputada Municipal Margarida Afonso. -----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa. -----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Henrique João Tavares Frias Sá e Melo.-----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luis Duarte de Albuquerque Carreira.-----

----- Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputada Municipal Carla Sofia e Silva Rothes Ladeira. -----

----- José Borges (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Margarida Morais. -----

----- Patrocínia César (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Nuno Santos Silva. -----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva. -----

----- Maria Luisa Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

----- Maria Cristina Castel-Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Margarida Isabel Bentes Penedo. -----

----- Ana Margarida de Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Páscoa Baptista.-----

----- Fernando Correia (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Carlos Pereira.-----

----- Helena Roseta (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Fernando Gonçalves.-----

----- Miguel Graça (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Avelãs.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente Fernando Medina, pelo Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, Manuel Salgado, Miguel Gaspar, Paula Marques, Ricardo Robles, José Sá Fernandes e Catarina Vaz Pinto.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Carlos Moura João Ferreira, João Gonçalves Pereira, Maria da Conceição Zagalo, João Pedro Abreu Costa, Nuno Rocha Correia e Orísia Roque.-----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente em Exercício da Assembleia declarou aberta a reunião.-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, Senhores Vereadores, Senhores Assessores, já temos quórum.-----

----- Temos a indicação que o Senhor Presidente de Câmara também já está a chegar, estava num compromisso, portanto, eu gostava que se pudessem sentar para darmos início aos nossos Trabalhos.-----

----- Senhoras e Senhores Deputados, podemos começar, agradeço que se sentem e, portanto, agradeço o vosso silêncio e a vossa consideração pelo Público.”-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “O primeiro Munícipe inscrito é o Senhor Rui Pedro de Oliveira Barbosa.-----

----- Senhoras e Senhores Deputados podem fazer silêncio para começarmos os Trabalhos e manifestarem aqui algum respeito pela intervenção do Público.-----

----- Muito obrigado, vamos dar a palavra à primeira inscrição do Público, Rui Pedro de Oliveira Barbosa, o tema obras em curso no Palácio Mendonça.-----

----- Tem 3 minutos, como já foi informado, se tiver documentação escrita de suporte poderá ficar mesmo que não consiga ler tudo, aqui será Anexo à Ata, ficará na documentação que será distribuída para os diferentes Grupos Municipais assim como para as Comissões.-----

----- “Tem a palavra o Munícipe Rui Barbosa.”-----

----- **O Munícipe, Senhor Rui Pedro De Oliveira Barbosa,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----“Boa-tarde a todos, Caro Presidente em Exercício, Caros membros da Assembleia e do Executivo da Câmara Municipal de Lisboa, Caros Municípes.-----
----- O meu nome é Rui Barbosa e represento aqui o Movimento Vizinhos das Avenidas Novas e vamos falar das obras em curso no Palacete Mendonça. -----
----- Começo por lembrar que o Palacete Mendonça - Casa Ventura Terra, incluindo os elementos decorativos que a integram e o respetivo parque estão classificados como Imóveis de Interesse Público. Estão também abrangidos pelo Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Campus de Campolide onde se estabelece que “ Na área abrangida pelo imóvel e parque (...), não são admitidas alterações à área edificada nem ao desenho dos jardins e estrutura verde existente, prevendo-se apenas que o edifício e/ou o parque possam ser objeto de restauro ou reabilitação (...) condicionada à manutenção das suas características arquitetónicas originais”. Trata-se de um plano que é um “instrumento normativo por natureza regulamentar, de cumprimento obrigatório para todas as entidades públicas, privadas ou cooperativas, (...)” e publicado em Diário da República. Pelos vistos não é para todas, como veremos!-----
-----Mas podemos continuar para o Parecer Técnico de Arquitetura Paisagista de 9 de novembro de 2017 cuja conclusão é de “Não aprovação” que contém as seguintes observações, e cito:-----
-----“Os estudos e projetos apresentados contradizem-se nos seus termos...”;-----
-----“ O novo desenho proposto não se encontra devidamente justificado com base na história e carácter próprios do lugar, mas, tão somente, face às necessidades associadas ao novo uso proposto (...) o projeto não assume nem valoriza o jardim enquanto peça de património (...).” -----
-----“ Do ponto de vista técnico considera-se que as afirmações referidas na Memória Descritiva de excesso de crescimento de vegetação (...) não estão corretas”; -----
-----“O espelho de água frente à fachada principal introduz uma disrupção total do espírito e carácter do lugar (...)” -----
-----“Quanto às referências apresentadas no projeto consideram-se que elas testemunham a incompreensão do objeto de intervenção em apreço (...)” -----
----- Perante isto, e perante um Parecer global que refere que “a Proposta não se encontra em condições de viabilidade, devendo ser melhor fundamentada e revista (...)” mas com a desculpa de que tudo “é reversível” (argumento usado verbalmente na Fundação Aga Khan), acontece a aprovação superior da DGPC, incluindo o parque de estacionamento e o espelho de água sem exigir quaisquer medidas cautelares ou garantias. Afinal para que serve um Parecer paisagista negativo relativo a um jardim classificado? -----
----- Curioso é também que o Metropolitano não se tenha pronunciado em tempo útil sobre a intervenção subterrânea no jardim quando estamos na zona de segurança da linha do metropolitano que sobe a Marquês da Fronteira. Curioso ou grave? Defere-se por omissão! É grave! Não teríamos sido avisados insistir com o metropolitano? Infelizmente os prazos “impostos” pela Fundação Aga Khan não o permitiam. -----

----- No Palacete propriamente dito, por exemplo no que diz respeito às casas de banho “fazem-se umas caixas para forrar as casas de banho originais, retiram-se os pavimentos em mosaico hidráulico e as peças sanitárias existentes”, mas propõe-se que fique uma casa de banho intacta para memória futura! Perante isto, resta questionar, estão, as 5 Recomendações que condicionam o Parecer, a ser cumpridas?

----- A nível urbanístico, esta operação amplia a área de implementação em 827m², contrário ao permitido no PPRUCC! A criação deste estacionamento também não é permitida pelo n.º. 8 ao artigo 15.º. do RPPRUCC. -----

----- O piso da cave de estacionamento não cumpria o pé-direito máximo admissível, foi alterado? -----

----- A construção de caves obriga a um estudo hidrogeológico, foi feito? -----

----- O parque de estacionamento contemplava 49 lugares, ultrapassando o máximo regulamentar definido, e deveria ser acompanhado de um Estudo de Impacto de Tráfego e Transportes, foi apresentado? -----

----- Nada se diz sobre o alteamento do muro, vai ser permitido? -----

----- Cereja no topo do bolo, faz-se do Jardim do Palácio da Justiça, estaleiro e estacionamento de veículos, sim, em cima do jardim, e devidamente caucionado pelos polícias que controlam a entrada e saída de camiões. Esta situação foi objeto de denúncia da nossa parte, enviada a inúmeras entidades, até agora sem qualquer resposta. -----

----- Em resumo, com uns Pareceres escudando-se uns nos outros, este processo foi sujeito a Reunião de Câmara e aprovado! Terá tudo isto que referi sido consentido na premissa, manifestamente errada, de que o Imamat Ismaeli tem estatuto na embaixada e, portanto, de estado soberano???

----- Ficamos a aguardar a resposta a estas questões e cuja perplexidade não conseguimos esconder! -----

----- (Rui Barbosa, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e entregou documentação à Mesa (**Anexo I**). -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado pela sua intervenção, foi entregue na Mesa da Assembleia um conjunto de documentos que nós já admitimos e já despachámos para serem remetidos aos Grupos Municipais, bem como às Comissões competentes em razão da matéria. ---

----- Temos uma segunda intervenção, que é a Senhora Carla Pinheiro. Já estive nesta Assembleia, já houve expediente sobre esta matéria, a Câmara também já se pronunciou. O tema tem a ver com o despejo de moradores de um prédio na Mouraria, Rua dos Lagares, 25, foi algo que já foi objeto de atenção e, portanto, vamos ouvir novamente a Senhora Carla Pinheiro sobre a matéria. Tem 3 minutos, como sabe.” -----

----- **A Múncipe, Senhora Carla Pinheiro**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada. Muito boa-tarde Doutor Paulo Figueiredo, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Vereadores e Vereadoras, Senhores e Senhoras Deputadas. -----

----- *O motivo da nossa vinda aqui deve-se à situação vivida no número 25 e 27 na Rua dos Lagares 2, 6 e 7, Travessa dos Lagares 1 e 5 da Travessa do Terreirinho na Freguesia de Santa Maria Maior.*-----

---- *No acordo assinado entre a Câmara e o proprietário do prédio nada está a ser cumprido por parte do proprietário desde o prazo dado para o início dos trabalhos até à conclusão dos mesmos.*-----

---- *No 4º andar e no 3º direito da Travessa do Terreirinho depois destas chuvadas fortes o mau estado de conservação dos mesmos provocou infiltrações no prédio todo, degradando ainda mais as outras frações.*-----

----- *O mesmo acordo previa que por esta altura os inquilinos que nelas habitavam já deveríamos estar quase a regressar às suas habitações, mas as obras ainda não começaram.*-----

----- *Felizmente a Câmara teve o cuidado de realojar estas famílias, senão estaríamos a reportar situações muito mais drásticas!*-----

----- *Em relação ao resto, dos incumprimentos, temos mantido a Câmara informada.*--

----- *A postura do Senhor proprietário do prédio tem sido uma postura muito arrogante e desinteressada, transmitindo sempre com muita confiança que no final dos contratos vai tudo para a rua! Remata dizendo “vão à Câmara que eles dão-vos casas”.*-----

----- *Na nossa opinião este Senhor tem tido comportamentos desadequados e a Câmara tem tido uma postura branda. Desde o dia 7 de fevereiro já enviámos 14 e-mails para o Excelentíssimo Presidente Fernando Medina, para o Excelentíssimo Vereador Manuel Salgado, dos quais não obtivemos nenhuma resposta, até agora temos tido uma luta calma, sincera e de respeito pela Câmara.*-----

----- *Se gastaram tempo e disponibilidade para nos ouvir antes das eleições, queremos acreditar que não nos vão virar as costas agora! Não fomos nem queremos ser armas eleitorais e gostaríamos que seguissem o exemplo da Arquiteta Helena Roseta e da Vereadora Paula Marques, que não nos têm ignorado e que têm mostrado o seu interesse na resolução justa do nosso caso.*-----

---- *Um dos acordos diz que, durante um ano após a assinatura do acordo, a Câmara estudará a aquisição do imóvel, pelo valor da aquisição e mais despesas. Gostaríamos de apelar ao Excelentíssimo Senhor Vereador Manuel Salgado e ao Senhor Presidente Fernando Medina, que façam todos os para os esforços possíveis para a aquisição deste imóvel, pois a não aquisição deste imóvel por parte da Câmara vai levar todas estas pessoas a uma situação de desespero, de insegurança e de instabilidade e eventualmente sem-abrigo para outros.*-----

----- *Não queremos medir forças com os Senhorios, nem com o capitalismo, apenas queremos residir onde nascemos e onde sempre vivemos com serenidade e de dignidade.*-----

----- *Se o turismo cresceu devido aos bairros históricos, não vamos deixar que o turismo mate os bairros e que traga o fim daquelas que sempre lá estiveram! Sem a população local, o bairro perde o seu interesse e o turista quando vem gosta de socializar com a população local, pois somos nós que damos a vida aos bairros!*-----

----- *Desejamos a todos um bom resto da tarde e desde já agradecemos humildemente o esforço que irão dedicar à nossa causa. Muito obrigada.* -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Carla Pinheiro, naturalmente que a Senhora Vereadora Paula Marques e o Senhor Vereador Manuel Salgado tomarão boa nota da sua intervenção. A Presidente da Assembleia Municipal também continuará a acompanhar o tema, assim como o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- A terceira intervenção do Público, temos Ana Maria Mendonça Alves de Sousa e o tema tem a ver com o parque histórico do Palacete Mendonça. -----

----- Senhora Ana Maria também, como já referimos, tem 3 minutos, se tiver de documentação que ficará em Ata ou será distribuída às Comissões competentes e aos Grupos Municipais. Tem a palavra.” -----

----- **A Muniçipe, Senhora Ana Maria Mendonça Alves de Sousa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa-tarde. Sou Ana Maria Alves de Sousa e pertenço à Comissão de Moradores do Bairro Azul e venho a esta Assembleia falar das obras do Parque Mendonça e fazer algumas perguntas. -----

----- Para que serve a classificação de “Imóvel de Interesse Público”? Para que serve o Parecer Técnico negativo de Arquitetura Paisagística da Direção Geral do Património Cultural. Quais as responsabilidades da Câmara Municipal de Lisboa em todo este processo? Classificados como “Imóvel de Interesse Público” o Palacete e o Parque Mendonça foram ainda mandados construir no início do século XX por Carolina e Henrique Mendonça, proprietários de roças em São Tomé. -----

----- Com uma área aproximada de 3 hectares, o conjunto manteve-se na família até meados da década de 70. No início dos anos 90 passou para a posse da Universidade Nova de Lisboa. -----

----- Reconhecendo o valor do património que tinha em mãos – Conjunto Palacete e Parque-, a Universidade Nova contratou, em Setembro de 1990, uma empresa especializada para realizar a recuperação do jardim. -----

----- Para a limpeza da mata, abandonada há várias décadas, entrou uma brigada de jardineiros da Câmara Municipal de Lisboa, ao abrigo de um protocolo que permitiu a abertura do Parque ao público. -----

----- Durante 2 anos os funcionários da Câmara Municipal de Lisboa limparam os arruamentos principais, pondo a descoberto toda a beleza do traçado do Parque, com as valas de escoamento em basalto, a cascata, o lago, as estufas e outros elementos. -----

(1) -----

----- O trabalho realizado permitiu pôr a descoberto a Quinta de Recreio, com pomar, horta, prado e olival; alamedas de tílias; o túnel de dragoeiros à entrada; o labirinto dos caminhos com altos muros de buxo; o caramanchão de rosas de Sta. Teresinha; a cascata, os bancos e colunas que celebravam um cedro monumental; a encosta de coníferas; o campo de ténis...(1) -----

----- A Quinta era autossustentável e possuía um complexo sistema de abastecimento de água. As estufas (aquecida e fria), os estufins bem como a casa de compostagem tudo, foram construídos com grande rigor, qualidade e beleza. (1) -----

----- Recuperado o Parque, agora aberto ao público, a Universidade Nova passou a realizar aí eventos, sociais, políticos e académicos, como por exemplo, a comemoração dos 10 anos da morte do Prof. Alfredo de Sousa com a inauguração de uma instalação do artista Pedro Croft, criada propositadamente para o lago.-----

----- A Fundação Calouste Gulbenkian cedeu à Universidade Nova 13 esculturas que foram colocadas em diferentes pontos do Parque, convidando os visitantes a percorrerem os primitivos trilhos, agora de novo limpos e postos a descoberto pela equipa de jardineiros da Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- O Parque Mendonça e a Exposição da Gulbenkian das Esculturas no Parque passaram a fazer parte dos roteiros da Câmara dos Jardins Históricos de Lisboa e a ser visitados por centenas de nacionais e estrangeiros. -----

----- Nos últimos anos, as contantes restrições e a saída da equipa de Jardineiros da Câmara tornavam difícil a conservação do arvoredo. Porém, a manutenção manteve-se e surgiram espontaneamente árvores que fizeram a renovação natural do Parque. Os caminhos foram-se cobrindo de um extraordinário tapete de musgo que se tornou a “ imagem de marca” do Parque Mendonça recebendo, como uma passadeira verde, todos os visitantes. -----

----- Em 2016 o Parque foi vendido à Fundação Aga Khan. Apesar de ter deixado de estar aberto à população, a reputação da Fundação, relativamente ao respeito pelo património era, creio que para todos nós, um garante de qualidade e respeito relativamente a uma futura intervenção a realizar neste centenário parque histórico. --

---- Foi portanto com enorme espanto que assistimos ao início das obras e tomámos conhecimento do projeto paisagístico.-----

----- Conheço e estimo muito este parque. Testemunhei de perto o amor e a dedicação de todos quantos aqui trabalharam durante várias décadas, entre os quais muitos funcionários da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- O Parque do Palacete Mendonça foi entregue aos novos proprietários como um “tesouro”, intacto e único. -----

----- Apesar do Parecer técnico de arquitetura paisagista (DGPC), relativamente ao projeto, ser negativo, foi já completamente destruído o jardim em frente do Palacete. A impermeabilização dos solos provocada pela construção de um parque de estacionamento irá ter, por certo, consequências em toda a vegetação circundante, designadamente num núcleo raro de dragoeiros.-----

----- O que está previsto para o restante área, desrespeita, em absoluto, as características do parque que o tornam único e foram o objeto da sua classificação. --

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Dona Ana Maria, eu dei-lhe 15 segundos para concluir, não é parar ler! Tem mesmo que concluir. -----

----- O seu documento já foi admitido, ele é extenso, infelizmente o Regimento é o que é em termos de tempo, portanto, não posso deixá-la continuar porque já vai em 4 minutos e meio quando tem 3 minutos. Portanto, todo o documento já foi admitido e já foi despachado, vai ser incorporado na Ata e distribuído a todos os Grupos Municipais e às Comissões competentes e todos os Grupos tomaram boa nota deste tema do “Parque Histórico do Palacete Mendonça”, não a posso deixar continuar, tem mesmo que ser.”, até porque eu já tive a oportunidade de ver o documento e ele é extenso, mas tomámos boa nota de tudo.” -----

----- **A Múncipe, Senhora Ana Maria Mendonça Alves de Sousa**, no uso da palavra prosseguiu: -----

----- *Só terminar dizendo que o Arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles sonhava instalar neste lugar um museu de Arte Nova e um ferro carril até Monsanto, integrado no Corredor Verde, para se poder apreciar as copas das árvores.*-----

----- *Perante a barbárie do que ali está acontecer voltamos a colocamos as perguntas:*-----

----- *Para que serve a classificação de “ Imóvel de Interesse Público”?* -----

----- *Para que serve o Parecer técnico negativo de Arquitetura Paisagística da DGPC?”* -----

----- *À Câmara Municipal de Lisboa, que durante anos cuidou deste Património e o tornou público, compete ainda esclarecer quais as suas responsabilidades em todo este processo.”* -----

----- (O Documento entregue à Mesa faz parte da Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado pela sua intervenção e participação e a Assembleia Municipal e os diferentes Grupos Municipais continuarão, naturalmente, a acompanhar o tema a partir da documentação que nos deixou. -----

----- Nós temos três Votos de Pesar que foram apresentados sobre Arnaud Beltrane e Manuel dos Reis, antes de depois entrarmos na Ordem de Trabalhos e termos aqui alguns pontos prévios sobre documentos que deram entrada e sobre pedidos para alguns ajustes na Ordem de Trabalhos, e naturalmente o Plenário será soberano sobre estas matérias. -----

----- Ia dar a palavra à Senhora 2ª. Secretária, a Deputada Virgínia Estorninho para ler o primeiro Voto de Pesar.-----

----- **VOTO DE PESAR N.º. 016/01 (CDS-PP) – (SUBSCRITO PELOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PS, CDS-PP E MPT) – VOTO DE PESAR POR ARNAUD BELTRANE”**-----

----- **A Senhora 2ª. Secretária, a Deputada Virgínia Estorninho**, leu o **Voto de Pesar n.º. 016/01 (CDS-PP)**:-----

----- *“O tenente-coronel Arnaud Beltrane tinha 45 anos e era o número 3 da hierarquia policial de Aude. O policial frequentou a academia militar de Saint-Cyr antes de integrar a guarda republicana.* -----

----- Em 2012 foi condecorado com a Legião de Honra. Entre 2010 e 2014 comandou a companhia policial de Avranches tendo posteriormente integrado o ministério da Ecologia para coordenar as ações entre o gabinete ministerial e as forças policiais.---

----- Na sexta-feira, 23 de Março, durante uma tomada de reféns num supermercado em Trèbes, quando já só restava uma pessoa como refém, Arnaud Beltrane voluntariou-se para o substituir. -----

----- Este gesto altruísta foi o último da sua vida. Baleado pelo sequestrador, um jihadista franco-marroquino, viria a falecer na noite de 23 para 24 de Março. Mais um homem que tomba ao serviço do seu País e, em particular da segurança dos cidadãos e da Liberdade. -----

----- Lisboa e Portugal não ficam indiferentes à onda de terrorismo que tem assolado a Europa, condenando aqueles que semeiam o terror e o medo. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 27 de Março de 2018, delibera: -----

----- Presta homenagem a Arnaud Beltrane, guarda um minuto de silêncio em sua memória e endereça ao povo francês – através da Embaixada de França, em Lisboa – as mais sentidas condolências. -----

----- Assina este Voto de Pesar o CDS-PP, o PS e o MPT.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado. Vamos passar à leitura do segundo Voto de Pesar apresentado, o Senhor 2º. Secretário em Exercício, Deputado Manuel Portugal Lage vai passar a ler o Voto de Pesar, que em relação ao que foi distribuído tem uma proposta de alteração no texto, penso que a leitura já vai incorporar essa alteração.” -----

----- **VOTO DE PESAR N.º. 016/02 (PS, CDS-PP E MPT E DEPUTADOS INDEPENDENTES) – (NOVA VERSÃO) – VOTO DE PESAR POR MANUEL REIS”** -----

----- **O Senhor 1º. Secretário em Exercício, Deputado Manuel Lage**, leu o **Voto de Pesar n.º. 016/02 (PS, CDS-PP e PPM)**: -----

----- “ Manuel Reis, empresário da noite lisboeta, faleceu este domingo em Lisboa, aos 71 anos.-----

----- Trouxe à Cidade uma nova realidade para a noite lisboeta, marcando indelevelmente o Bairro Alto com a abertura do Frágil em 1982 e, mais tarde, a mítica discoteca Lux Frágil há 20 anos atrás, em conjunto com o sócio e ator John Malkovich. -----

----- Paralelamente, lançou uma das lojas de antiguidades mais marcantes da Cidade, a Loja da Atalaia, em primeiro na Rua da Atalaia no Bairro Alto e, posteriormente, no Cais da Pedra junto a Santa Apolónia, zona em que foi criada uma nova polaridade de animação nocturna por Manuel Reis e que veio a colocar Lisboa no topo das melhores discotecas a nível internacional.-----

----- Um espaço que serviu, também, para o encontro e lançamento de muitos designers portugueses. Daí às Manobras de Maio em 1986 foi um instante, evento

que colocou o Bairro outra vez na rota de bairros “in”, em que é impossível não passar numa visita a Lisboa, onde se pode comprar, comer, dançar e festejar. -----

----- O Frágil nunca foi “apenas uma casa nocturna de diversão”. Funcionou como pólo cultural do centro histórico de Lisboa, dando vida ao decadente Bairro Alto e abrindo-o ao cosmopolitismo, trazendo a arte e a moda, aproximando o comércio tradicional do comércio moderno. -----

----- Outro dos seus marcos no empreendedorismo e desenvolvimento do Bairro Alto foi a abertura, em 1982, do Restaurante Papa Açorda e, mais tarde em Santa Apolónia o Bica do Sapato, locais de passagem de inúmeras personalidades nacionais e internacionais, com quem Manuel Reis convivia. -----

----- O seu último projecto, aberto em 2016, foi o Rive Rouge, no Mercado da Ribeira. -----

----- Provavelmente apenas quem frequentou estes espaços icónicos e sentiu ou sente a sua vibração e aquilo que significam e transmitem, bem como privar com Manuel Reis, sabem a importância que os mesmos têm na vida de muitos e no crescimento e maturidade da diversão nocturna em Lisboa. -----

----- Para além de tudo isto, acima de tudo, Manuel Reis foi um importante agente cultural nas mais diversas áreas como no teatro e cinema, moda e design, apoiando sempre os jovens criadores como mecenas. -----

----- A história da noite de Lisboa e da Cultura de Lisboa confunde-se com a história de vida de Manuel Reis, pelo que deixou e pelo que ensinou e o quanto marcou a nossa Cidade. E é por essa razão que Lisboa não fica indiferente à sua partida, prematura. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 27 de Março de 2018, delibera: -----

----- Prestar homenagem a Manuel Reis, guardar um minuto de silêncio, preservar a sua memória junto a um dos espaços icónicos que ergueu em Lisboa e endereçar à família e amigos as mais sentidas condolências.” -----

----- Os grupos Municipais de PS, CDS-PP e PPM, sendo o Voto ainda subscrito pela MPT.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Naturalmente, depois daqui a pouco votaremos os três Votos e guardaremos um minuto de silêncio. -----

----- Vou agora dar a palavra à Senhora 2ª Secretária para o terceiro Voto de Pesar. ----

----- **VOTO DE PESAR Nº. 016/03 (PSD) – VOTO DE PESAR POR MANUEL REIS – O FAZEDOR DE IMPOSSÍVEIS!”** -----

----- **A Senhora 2ª. Secretária, Deputado Virgínia Estorninho,** leu o Voto de Pesar nº. 016/032 (PSD): -----

----- “Voto de Pesar por Manuel Reis, o Fazedor de Impossíveis! -----

----- (...) Manuel Reis é um génio de Lisboa, daqueles que emergem das lamparinas e que nos oferecem três desejos. Quanto mais impossíveis os desejos mais ele teima em realizá-los. O Frágil e o Lux Frágil eram impossibilidades, continuam a ser fantasias

que, ninguém sabe como, se tornaram realidades. E todas as noites renascem. (...) *Jornal Publico - 13 de Janeiro de 2018 / Miguel Esteves Cardoso.* -----

----- *Manuel Reis viveu uma vida absolutamente singular, própria dos seres com uma dimensão que ultrapassam largamente a ilusão da realidade - Um fazedor de Impossíveis! Conseguiu dar uma dimensão maior a Lisboa com o Frágil nos anos 80 no Bairro Alto, e mais tarde com Lux Frágil com o actor e amigo John Malkovich, transformou as noites da Capital em noites de Cultura Urbana internacional. Fez-nos crescer a todos! Manuel Reis deixou-nos este Domingo passado aos 71 anos.* -----

----- *Entre tantos projectos, ficam também para a história Cosmopolita de Lisboa, as Manobras de Maio em 1986, o mítico Restaurante Papa Açorda e o seu último projecto, o River Rouge, no Mercado da Ribeira.* -----

----- *Manuel Reis é a prova provada, que para seres com a sua Dimensão, só o Impossível é Possível... Para ele o nosso eterno obrigado, até sempre!"* -----

----- Os Deputados Municipais eleitos pelo Partido Social Democrata e creio que nos associamos ao minuto de silêncio proposto." -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Estava aqui a receber indicação que em relação ao Voto anterior os Senhores Deputados Municipais que exercem o mandato como Independentes também se associam e, portanto, vamos formalizar as votações. -----

----- **Voto de Pesar nº. 16/01**, não há votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. O Voto de Pesar nº. 16/01 foi **aprovado por unanimidade.** -----

----- **Voto de Pesar nº. 16/02**, não há votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. O Voto de Pesar nº. 16/02 foi **aprovado por unanimidade.** -----

----- **Voto de Pesar nº. 16/03**, não há votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. O Voto de Pesar nº. 16/03 foi **aprovado por unanimidade.** -----

----- Os três Votos foram aprovados por unanimidade e vamos agora, como é hábito da Assembleia Municipal guardar um minuto de silêncio conjunto pelos três Votos de Pesar. -----

----- (Neste momento fez-se um minuto de silencio pelos Votos de Pesar) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- "Senhoras e Senhores Deputados, temos depois aqui alguns assuntos para tratar, mas até pelas pessoas que estão presentes e da indicação que foi dada, vamos tratar primeiro do ponto número um da Ordem de Trabalhos, antes de depois a seguir tratarmos de outros assuntos." -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 - TOMADA DE POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, NOS TERMOS DO ART.º 9.º DA LEI N.º 33/98,**

DE 18 DE JULHO, PUBLICADA EM ANEXO À LEI 106/2015, DE 25 DE AGOSTO E DO ART.º 18 DO REGULAMENTO DO REFERIDO CONSELHO;-----

----- (O Regulamento fica anexado a esta Ata como **Anexo III** e dela faz parte integrante)-----

----- (O Termo de Posse fica anexado a esta Ata como **Anexo IV** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- O Ponto nº 1 tem a ver com a tomada de posse dos Membros do Conselho Municipal de Segurança, foi consensualizado e articulado em Conferência de Representantes, como é que esta matéria se ia processar porque o Conselho tem que tomar posse perante a Assembleia Municipal.-----

----- Dada a dimensão dos membros que têm de tomar posse e, eventualmente a possibilidade de estarem todos presentes, aquilo que foi articulado na Conferência de Representantes é que a Mesa da Assembleia Municipal fará a leitura do Termo de Posse, o Senhor 1º Secretário em Exercício fará essa leitura, eu lerei o último parágrafo desse Termo de Posse e os Senhores Membros do Conselho Municipal de Segurança poderão tomar posse, subscrevendo esse Auto de Tomada de Posse na Mesa que está à minha direita e penso que o poderão fazer desde já, quando terminar a leitura do termo de posse pelo Senhor Primeiro-Secretário em Exercício e depois até às 6 horas da tarde poderão fazer essa Tomada de Posse. -----

----- Do mesmo modo para os casos em que haja impossibilidade dessa Tomada de Posse ser concretizada hoje, penso que o que está a articular do que o Senhor Vereador Miguel Gaspar é que teremos uma eventual segunda chamada, numa próxima ação Municipal, mas de modo e antes de procedermos a essa leitura, até por razões relacionadas com informação sobre quando será a 1ª Convocatória, de um modo muito breve, dar a palavra Senhor Vereador Miguel Gaspar, para explicar os passos subsequentes do funcionamento do Conselho Municipal de Segurança, até em razão que a própria Assembleia Municipal já deliberou sobre esta matéria. -----

----- Senhor Vereador tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, muito obrigado, Senhores Deputados, muito obrigado. -----

----- Só dar nota de que nós temos informação que os Membros do Conselho Municipal de Segurança não estarão todos presentes hoje para tomar posse. Nós tínhamos intenção de convocar a reunião do Primeiro Conselho deste mandato para antes da próxima reunião da Assembleia Municipal. Como achamos importante tentar que todos estejam presentes e para isso têm que tomar posse, pedimos e acordámos com a Senhora Presidente da Assembleia, que daremos mais uma data para a tomada de posse, na próxima Reunião da Assembleia e decorrido esse momento vamos imediatamente proceder à Convocatória da 1ª Reunião do Conselho Municipal de Segurança e depois, a partir daí o regime trimestral, que está previsto ou se necessário Reuniões Extraordinárias que sejam convocadas. -----

----- Muito obrigado Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “ Muito obrigado Senhor Vereador, penso que está claro, até porque tem sido uma matéria abordada na Conferência de Representantes e, portanto, só para recordar que o Senhor Deputado Manuel Lage vai proceder à leitura do Termo de Posse e eu lerei o último parágrafo. -----

----- Quando depois disso for encerrado, os Senhores Membros poderão a deslocar-se à Mesa para Tomar Posse, durante o período até às 18 horas.” -----

----- **O Senhor 1º. Secretário em Exercício, Deputado Manuel Lage**, leu o **Termo de Posse**: -----

----- “Termo de Posse do Conselho Municipal de Segurança de Lisboa.-----

----- Aos 27 de março de 2018, perante a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em Sessão vão tomar posse como Membros do Conselho Municipal de Segurança de Lisboa, conforme o disposto no artigo 9º da Lei 33/98, 18 de julho, na sua redação atual conjugado com o artigo 18º do Regulamento deste Conselho, os seus elementos que a seguir se designam e assim assinam perante o termo de posse.-----

----- Como Presidente do Conselho Municipal de Segurança de Lisboa, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Doutor Fernando Medina Maciel de Almeida Correia. -----

----- Restantes elementos:-----

----- A Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Maria Helena da Costa Salema Roseta.-----

----- O Vereador da Câmara Municipal de Lisboa com o Pelouro da Educação e Direitos Sociais, Ricardo Amaral Robles.-----

----- O Vereador da Câmara Municipal de Lisboa com o Pelouro da Mobilidade e Segurança, Miguel Feliciano Gaspar.-----

----- O Presidente da Comissão Permanente de Transportes, Mobilidade e Segurança, António Manuel Pimenta Prôa. -----

----- Os Presidentes de Junta de Freguesia indicados pela Assembleia Municipal de Lisboa: Carla Cristina Ferreira Madeira, Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia.-----

----- David Miguel Santos Amado, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara.-----

----- Margarida Carmem Nazaré Martins, da Freguesia de Arroios. -----

----- Ana Maria Gaspar Marques, da Freguesia de Avenidas Novas. -----

----- André Nunes de Almeida Couto da Freguesia de Campolide. -----

----- Fernando Manuel Pacheco Ribeira Rosa, da Freguesia de Belém. -----

----- Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, da Freguesia da Estrela. -----

----- Fábio Martins de Sousa da Freguesia de Carnide. -----

----- Pelo Ministério Público da Comarca de Lisboa, a Procuradora-geral da República, Doutora Anabela Montez. -----

----- Pela Polícia Judiciária de Lisboa, o Subdiretor da Diretoria de Lisboa e Vale do Tejo, Doutor Alfredo Esberard.-----

----- Pela Polícia de Segurança Pública, os Comandantes das Divisões da PSP de Lisboa:-----

----- Pela 1ª Divisão o Subintendente Paulo Ornelas Flor.-----

----- Pela 2ª Divisão a Subintendente Ana Cristina Neri Correia.-----

----- Pela 3ª Divisão, o Subintendente Pedro Miguel Marques Valente Pinho.-----

----- Pela 4ª Divisão o Subintendente António Pedro Ferreira Fortes.-----

----- Pela 5ª divisão o Subintendente António Alberto Gomes dos Santos.-----

----- Pela Guarda Nacional Republicana, o Capitão de Cavalaria Filipe Miguel Mateus Tomé.-----

----- Pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o Subdiretor Regional de Lisboa, José Caçador.-----

----- Pelo Comando Metropolitano de Lisboa - COMETLIS, o Chefe da Área Operacional do COMETLIS, Intendente Luís Manuel Alves Fernandes Moreira.-----

----- Pela Polícia Marítima da Área de Lisboa, o Chefe da Polícia Marítima, Joaquim Manuel Ribeiro Galego.-----

----- Pela Polícia Municipal de Lisboa, o Superintendente Paulo Jorge Espírito Santo Caldas.-----

----- Pela Proteção Civil, o Major Carlos Nuno da Maia Morgado.-----

----- Pelo Regimento Sapadores Bombeiros, o Adjunto-Técnico, Chefe de 1ª classe, Carlos Bispo.-----

----- Pela UDIPSS, União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social, Senhor Manuel de Melo Gomes.-----

----- Pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o Doutor Edmundo Martinho.-----

----- Pela Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Ana Paula Velaz Carvalho.-----

----- Pela Associação Académica de Lisboa, o Vice-Presidente, Doutor Bruno Coucelo.-----

----- Pelas Corporações de Bombeiros Voluntários de Lisboa, o Comandante da AHBV de Lisboa, Paulo Vitorino.-----

----- Pela Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos, o Vogal da Direção da MURPI, Engenheiro Jorge Figueiredo Silva.-----

----- Pela Fundação Liga Portuguesa de Deficientes Motores, a Terapeuta Maria José Moreno.-----

----- Pela Associação de Deficientes das Forças Armadas, o Secretário da Direção Nacional, José Carlos Pavoeiro.-----

----- Pela União Geral de Trabalhadores, Lina Maria Cardoso Lopes.-----

----- Pela Associação Sócio Profissional da Polícia Marítima, Valdemar Mota Pedrosa.-----

----- Pela Associação Sindical dos Profissionais de Polícia, o Secretário Nacional José Manuel Chaves Gonçalves.-----

----- Pela União de Associações do Comércio e Serviço, José Manuel de Sousa Gomes de Castro.-----

----- Pela Associação Industrial Portuguesa, o Diretor Engenheiro António Cunha Horta.-----

----- Pela ANTRAL, Associação Nacional dos Transportes Rodoviários em Automóveis Ligeiros, o Vogal da Direção José Domingos de Oliveira Pereira.-----

----- Pela Federação Portuguesa de Táxis, o Comandante Carlos Jaime Fonseca Santos.-----

----- Pela Confederação Portuguesa de Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, Jaime Salomão Alves.-----

----- Pela Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, DSR de Lisboa e Vale do Tejo, o Delegado Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, Doutor Francisco Neves.-----

----- Pela Federação Regional de Lisboa das Associações de Pais, o Presidente do Conselho Executivo, Isidoro Manuel Póvoas Roque.-----

----- Pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo IP, o Vogal do Conselho Diretivo da HSRLVT, Doutor Rui Vieira.-----

----- Pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, o Coordenador da União dos Sindicatos de Lisboa, Libério Domingos.-----

----- Pela Divisão de Intervenção dos Comportamentos Aditivos das Dependências (DICAD), o Coordenador Técnico do CRI Lisboa Oriental, Doutor Pedro Catita.-----

----- Cidadãos de reconhecida idoneidade designados pela Assembleia Municipal de Lisboa: António Dias Batista, André Valentim, Nuno Ferreira Pintão, António Nunes, Manuel Brito, Duarte Dapeira, Voluvice Jara Franco, Pedro Ângelo, Miguel Marques José Manuel Calo Gonçalves, Rosa Maria Carvalho da Silva, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Gabriel Maria Simplício Batista Fernandes, Alberto António Rodrigues Coelho, Major-General José Hermínio Estêvão Alves, Mamadou Baila Ba e Paulo Vitorino.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ E eu, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, em Exercício, confirmo a identidade a posse dos Membros do Conselho Municipal de Segurança do Município de Lisboa.-----

----- Portanto, recordando, nós de vamos agora, e quem já o quiser fazer pode fazê-lo, mas nós vamos continuar com os nossos Trabalhos e, portanto, pedir alguma discrição.-----

----- Depois também temos vários fotógrafos que foram autorizados de Freguesias, de Grupos Municipais e, portanto, a Luisa Jacobetty vai gerir tudo aquilo que tem a ver com a tomada de imagens desta Tomada de Posse, ali na nossa zona direita.-----

----- Nós vamos continuar com os nossos Trabalhos, também para vos dar conta que vamos abrir as urnas para os Pontos 2, 3 e 4 da nossa Ordem de Trabalhos, ou seja, Eleição do Representante para a Comissão Municipal de Proteção Civil; Eleição de cinco Representantes para a Comissão Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios e Eleição de um Representante para o Conselho Municipal de Educação.”---

----- PONTO 2 - ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL (1 PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA, INDICADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA SEGUNDO O MÉTODO DE HONDT) AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA I) DO ARTIGO 41º DA LEI Nº 27/2006, DE 3 DE JULHO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL, CONJUGADA COM O Nº 2 DO ARTIGO 3º DA LEI Nº 65/2007, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; -----

----- (O Documento da Ata de Apuramento será anexado a esta Ata como **Anexo V** e dela faz parte integrante)-----

----- (A Eleição da Lista A (Única) será anexado a esta Ata como **Anexo VI** e dela faz parte integrante)-----

----- PONTO 3 - ELEIÇÃO DE CINCO REPRESENTANTES PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (5 PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA, INDICADOS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PS, DO PSD E DO PCP, SEGUNDO O MÉTODO DE HONDT) AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ART.º 3.º-D DO DECRETO-LEI N.º 124/2006, DE 28 DE JUNHO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL;-----

----- (O Documento da Ata de Apuramento será anexado a esta Ata como **Anexo VII** e dela faz parte integrante)-----

----- (A Eleição da Lista A (Única) será anexado a esta Ata como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante)-----

----- PONTO 4 - ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (1 PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA, INDICADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD SEGUNDO O MÉTODO DE HONDT) AO ABRIGO DO DISPOSTO ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ART.º 5.º DA LEI N.º 41/2003, DE 22 DE AGOSTO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL;-----

----- (O Documento da Ata de Apuramento será anexado a esta Ata como **Anexo IX** e dela faz parte integrante)-----

----- (A Eleição da Lista A (Única) será anexado a esta Ata como **Anexo X** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra, continuou:-----

----- “ Isto funcionará nos termos habituais e nos locais habituais, a Conferência de Representantes também já articulou com os dois escrutinadores, serão do PPM e do PCP e as urnas poderão ser abertas e funcionarão também até às 18 horas e, portanto, desse ponto de vista também ao longo da tarde vamos continuar sobre isso.-----

----- Agora, eu pedia a atenção dos Grupos Municipais para resolvermos de um modo rápido dois ou três pontos prévios e depois darmos início aos nossos Trabalhos.-----

----- Nós já consensualizámos na Conferência de Representantes que o Ponto 8 da Ordem de Trabalhos, apreciação da Proposta 88/2018, autorização de investimentos do 2º contrato de empréstimo com o Banco Europeu será o primeiro Ponto já a ser debatido, temos o segundo pedido da Câmara Municipal, que foi formalizado hoje,

peço a atenção dos Grupos Municipais que eu não sei se estão a ouvir, a Câmara Municipal solicitou à Mesa da Assembleia Municipal que o Ponto 6 da Ordem de Trabalhos, Proposta 19/ 2018 tem a ver com as áreas de reabilitação urbana de Santa Clara e a operação de reabilitação urbana sistemática de Santa Clara, também se possa ser antecipado e seja debatido e votado logo a seguir ao Banco Europeu de Investimentos. -----

----- Na nossa tradição precisamos, para esta alteração, da unanimidade dos Grupos Municipais, portanto, algum Grupo Municipal se manifesta contra esta alteração à Ordem de Trabalhos? É uma matéria que a própria Comissão informou a Mesa que era relativamente consensual. -----

----- Não vejo pedidos de palavra, não vejo manifestações aqui para a Mesa contra, portanto, vamos fazer assim, vamos tratar do pedido de empréstimo do BEI, tem votação nominal e depois do Ponto 6 e depois faremos a sessão de perguntas à Câmara.-----

----- Deu entrada relativamente ao Ponto 7, Proposta de 84/2018, delegação de competências nas Freguesias, no âmbito do Fundo de Emergência Social uma Recomendação do Partido Social Democrata, que também já foi admitida, teve o número 2 de hoje e já foi distribuída aos Senhores dos Grupos Municipais. -----

----- Agora atenção também dos Grupos Municipais, deu entrada pelo um Bloco de Esquerda na Mesa, um Voto de Protesto contra a perseguição judicial por razões políticas do Membro da *Generalitat* da Catalunha.-----

----- Na sequência deste Voto, o Parecer Jurídico dos Serviços do Gabinete da Senhora Presidente e também aquilo que é a prática e a tradição da nossa Assembleia Municipal, de acordo com o estipulado na alínea b) do número 1 do Artigo 48, conjugado com a alínea e) número 1 do Artigo 47 do Regimento, estes pedidos para inclusão na Ordem do Dia deste tipo de Votos devem ser apresentados com uma antecedência mínima de 8 dias úteis, sobre a data da Sessão Extraordinária.-----

----- As únicas exceções que têm sido admitidas pela Presidente da Assembleia Municipal, pela Mesa da Assembleia Municipal e consensualizados com os Grupos Municipais têm sido os Votos de Pesar, não obstante entende a Mesa, dada a atualidade do assunto que o Plenário se deve pronunciar e, portanto, se os Grupos Municipais derem unanimidade para a aceitação deste Voto, nós iremos admitir o Voto e será colocado no final da Ordem de Trabalhos, ainda que dada a extensão da Ordem de Trabalhos também não podemos garantir que a Ordem de Trabalhos se cumpra na totalidade até porque, na Sessão de Perguntas à Câmara já temos mais de 20 inscritos e ainda teremos que ver como é que funciona, mas, portanto, palavra aos grupos Municipais, alguém prefere que seja admitido para uma próxima Assembleia? Muito bem, nós só admitiríamos com a unanimidade e temos vários Grupos Municipais a referir e, portanto, naturalmente assim faremos, iremos admitir este Voto e será agendado para a próxima Sessão da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Resolvidas todas estas matérias pendentes vamos agora iniciar o Ponto 8 e, portanto ia dar a palavra à Câmara Municipal para apresentar a Proposta 88/2018.” ----

----- PONTO 8 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 88/CM/2018 - ADITAMENTO À PROPOSTA 786/CM/2017– AUTORIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO 2º CONTRATO DE EMPRÉSTIMO COM O BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA F) DO Nº 1 DO ART.º 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO EM ANEXO À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL E DO Nº 2 DO ARTIGO 51º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL; GRELHA BASE - 34 MINUTOS. -----

----- Parecer da 1.ª Comissão Permanente; -----

----- (A Proposta 88/CM/2018 (BEI) fica anexada a esta Ata, como **Anexo XI** e dela faz parte integrante) -----

----- (O Parecer da 1ª Comissão fica anexado a esta Ata, como **Anexo XII** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra, fez a seguinte apresentação da proposta:-----

----- “Muito boa tarde, Senhor Presidente em exercício, a todos os Senhores Deputados, ao Público e aos Trabalhadores do Município de Lisboa. -----

----- É muito simples explicar porque é que é um pouco estranho esta proposta aqui aparecer, mas ela tem um motivo óbvio para aqueles que acompanharam este processo, que houve um lapso na construção desta proposta. -----

----- A proposta que aprovou a segunda tranche do empréstimo do Banco Europeu de Investimento tinha, como a lei manda, uma discriminação detalhada daquilo que são as áreas e os projetos, objeto deste empréstimo mas, por lapso, na parte deliberativa da proposta faltava a menção expressa a autorização do Programa de Investimentos, que constava do anexo, que faz parte integrante da mesma proposta, fazia parte integrante, sem prejuízo das corelacionadas aprovações em sede de investimentos provisionais do município.-----

----- Portanto, faltava esta deliberação expressa, estava o plano como referi e, agora, vamos corrigir. A proposta que a Câmara faz é que se corrija esse lapso da inclusão no texto deliberativo desta mesma listagem. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra, refere o seguinte:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Nós temos um parecer da 1ª Comissão Permanente subscrito pela Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar. Não sei se quer apresentar? Prescindem. Da 1ª Comissão, também, prescindem. -----

----- Não temos nenhuma inscrição para este ponto e, portanto, vamos passar à votação nominal da proposta. -----

----- As Senhoras e os Senhores Deputados já estão familiarizados com a votação.-----

----- A Senhora Segunda-secretária da Mesa, Virgínia Estorninho, vai proceder à primeira chamada. -----

----- As Senhoras e os Senhores Deputados têm os cartões para o efeito.-----

----- O Senhor Primeiro-secretário Manuel Lage irá referindo para o registo magnético, aquilo que é a expressão do voto dos Senhores Deputados. Vai, também, apurando, em conjunto com os serviços.-----

----- Quando acabarmos a primeira chamada a Senhora Segunda-secretária da Mesa, Virgínia Estorninho, fará uma segunda caso algum Senhor Deputado esteja ausente da sala. Mais tarde, quando acabar a segunda chamada, encerraremos a votação e anunciaremos os resultados.-----

----- Portanto, Senhora Segunda-secretária da Mesa Virgínia Estorninho, agradecendo a colaboração de todos, agradecendo que as Senhoras e os Senhores Deputados se mantenham sentados, e os Senhores Assessores, também, evitar de circular e sair do recinto, e a Tomada de Posse que está a ser feita para não perturbar as votações, se poderem ir tomando posse e ir saindo pela porta à esquerda, ou pelo corredor à direita, também agradecemos para que não fossem perturbadas as votações. Agradecia aos serviços que estão a acompanhar as Senhoras e Senhores que estão a tomar posse para que tudo corra bem.”-----

----- (Neste momento, a Senhora Segunda- secretária da Mesa dá início à primeira chamada dos Senhores Deputados Municipais):-----

----- Senhora Deputada Aline Hall de Beuvink. Abstenção.-----

----- Senhor Deputado Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro. Abstenção.-----

----- Senhora Deputada Ana Maria de Campos Pedroso Mateus. Abstenção.-----

----- Senhora Deputada Ana Maria Gaspar Marques. A favor.-----

----- Senhora Deputada Ana Sofia S. Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo. Ausente da Sala-----

----- Senhor Deputado André Nunes de Almeida Couto. A favor.-----

----- Senhor Deputado António Pimenta Proa. Abstenção.-----

----- Senhor Deputado António Modesto Fernandes Navarro. A favor.-----

----- Senhor Deputado Artur Miguel Moura Coelho. A favor.-----

----- Senhor Deputado Augusto Miguel Antunes de Albuquerque. A favor.-----

----- Senhora Deputada Carla Madeira. A favor.-----

----- Senhora Deputada, Cláudia Madeira. A favor.-----

----- Senhor Deputado David Miguel Santos Amado. A favor.-----

----- Senhor Deputado Diogo Campos Rodrigues. A favor.-----

----- Senhor Deputado Fábio Martins Sousa. Ausente da sala-----

----- Senhor Deputado Fernando Braamcamp. Abstenção.-----

----- Senhor Deputado Fernando Ribeiro Rosa. Abstenção.-----

----- Senhor Deputado Francisco Maurício Domingues. Abstenção-----

----- Senhor Deputado Francisco Rodrigues dos Santos. Abstenção.-----

----- Senhora Deputada Graciela Valente Simões. A favor.-----

----- Senhor Deputado Hugo Cordeiro Lobo. A favor.-----

----- Senhora Deputada Isabel Cristina Rua Pires. A favor.-----

----- Senhora Deputada Joana Alegre Duarte. A favor.-----

----- Senhor Deputado João Diogo Moura. Abstenção.-----

----- Senhor Deputado João Luís Valente Pires. A favor. -----
----- Senhor Deputado João Maria Condeixa. Abstenção. -----
----- Senhor Deputado Jorge Manuel Jacinto Marques. A favor. -----
----- Senhor Deputado José Ferreira Franco. A favor. -----
----- Senhor Deputado José António Cardoso Alves. A favor. -----
----- Senhor Deputado José Inácio Faria. Abstenção. -----
----- Senhor Deputado José Luís Sobreda Antunes. A favor. -----
----- Senhor Deputado José Manuel Rodrigues Moreno. A favor. -----
----- Senhor Deputado José Albuquerque Almeida Leitão. A favor. -----
----- Senhor Deputado Luís Filipe da Silva Monteiro. A favor. -----
----- Senhor Deputado Luís Pedro Newton Parreira. Abstenção. -----
----- Senhora Deputada, Mafalda Ascensão Cambeta. Abstenção. -----
----- Senhor Deputado Manuel Malheiro Nascimento Lage. A favor. -----
----- Senhora Deputada Margarida Nazaré Martins. A favor. -----
----- Senhora Deputada Maria Alexandra da Mota Torres. A favor. -----
----- Senhora Deputada Maria do Carmo Pereira Muñoz. Ausente da sala. -----
----- Senhora Deputada Maria da Graça Ferreira. A favor. -----
----- Senhora Deputada Maria Irene Santos Lopes. A favor. -----
----- Senhora Deputada Maria Simonetta Luz Afonso. A favor. -----
----- Senhora Deputada Maria Teresa Craveiro Pereira. A favor. -----
----- Senhora Deputada Maria Virgínia Estorninho. Abstenção. -----
----- Senhor Deputado Mário Jorge Almeida Patrício. A favor. -----
----- Senhor Deputado Miguel Oliveira Teixeira. A favor. -----
----- Senhor Deputado Miguel Nuno Costa Santos. Abstenção. -----
----- Senhora Deputada Natalina Nunes Tavares Moura. A favor. -----
----- Senhora Deputada Patrícia Serrano Gonçalves. A favor. -----
----- Senhora Deputada Paula Inês Sousa Real. Abstenção. -----
----- Senhor Deputado Paulo Jorge Muacho. A favor. -----
----- Senhor Deputado Raúl da Silva Santos. Abstenção. -----
----- Senhor Deputado Ricardo Godinho Moreira. A favor. -----
----- Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves. Abstenção. -----
----- Senhor Deputado Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo. A favor. -----
----- Senhor Deputado Rui Pedro Costa Lopes. A favor. -----
----- Senhor Deputado Silvino Esteves Correia. A favor. -----
----- Senhor Deputado Tiago Maria Alvim Ivo Cruz. A favor. -----
----- Senhor Deputado Vasco Morgado. Ausente da Sala. -----
----- Senhora Deputada Margarida Afonso. A favor. -----
----- Senhora Deputada Ana Maria Páscoa Baptista. A favor. -----
----- Senhor Deputado João Sousa Pereira. A favor. -----
----- Senhora Deputada Carla Sofia Ladeira. A favor. -----
----- Senhor Deputado Pedro Tadeu Costa. A favor. -----
----- Senhora Deputada Ana Margarida Silva de Morais. A favor. -----
----- Senhor Deputado Nuno Miguel dos Santos Silva. A favor. -----

----- Senhora Deputada Margarida Isabel Penedo. Abstenção.-----

----- Senhora Deputada Rosa Maria Carvalho da Silva. Abstenção. -----

----- Senhor Deputado Henrique João Sá e Melo. A favor. -----

----- Senhor Deputado Fernando de Oliveira Gonçalves. A favor. -----

----- Senhor Deputado António Miguel Silva Avelãs. A favor.-----

----- Senhor Deputado Duarte de Albuquerque Carreira. A favor. -----

----- Senhor Deputado Gabriel Fernandes. Abstenção.-----

----- Senhora Deputada Susana Maria da Costa Guimarães. A favor.-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Vamos só chamar, novamente, os Senhores Deputados que não tenham estado presentes.”-----

----- (Neste momento, o Senhor Primeiro-secretário da Mesa dá início à segunda chamada dos Senhores Deputados Municipais que estiveram ausentes da sala): -----

----- Senhora Deputada Ana Sofia S. Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo. Ausente da Sala-----

----- Senhor Deputado Fábio Martins de Sousa. Ausente da sala. -----

----- Senhora Deputada Maria do Carmo do Amaral Cabral da Câmara Muñoz. Ausente da sala. -----

----- O Senhor Deputado Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado. Abstenção. -----

----- Senhor Presidente, está concluída a votação.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “ Muito bem, estando concluída a votação, entretanto passo a palavra à Câmara que pediu a alteração do Ponto, espero que esteja já a caminho de estar preparada para fazermos a apresentação da Proposta nº. 19/2018.-----

----- O Senhor Deputado Manuel Lage vai apresentar os resultados.”-----

----- **O Senhor Primeiro-Secretário da Assembleia Municipal, em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhor Presidente registaram-se **50 votos a favor e 22 abstenções e 3 ausências da Sala.**”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- Portanto, a **Proposta 88/2018 – Aditamento à Proposta 786/2017-** Autorização dos investimentos do segundo contrato de empréstimo com o BEI. A **Proposta 88/2018 foi aprovada.**-----

----- Vamos nos termos da Deliberação há pouco da Assembleia Municipal passar ao Ponto inicialmente como número 6 da Ordem de Trabalhos, apreciação da Proposta19/2018.”-----

----- **PONTO 6 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 19/2018 - ALTERAÇÃO AOS LIMITES DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE SANTA CLARA E OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA SISTEMÁTICA DE SANTA**

CLARA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS N.ºS 1 E 2 DO ART.º 13º DO REGIME JURÍDICO DA REABILITAÇÃO URBANA, APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 307/2009, DE 23 DE OUTUBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL; GRELHA BASE - 34 MINUTOS; -----

----- Parecer da 3ª. Comissão Permanente;-----

----- (A Proposta 19/2008 fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIII**, e dela faz parte integrante) -----

----- (O Parecer da 3ª. Comissão Permanente fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIV**, e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “ Vamos dar a palavra ao Senhor Vereador Manuel Salgado, pela Câmara, para apresentar a proposta.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigado Senhor Presidente, muito boa-tarde Senhores Deputados eu vou fazer só uma introdução extremamente breve para realçar a importância desta Proposta e desta intervenção num dos territórios mais abandonados e esquecidos da Cidade de Lisboa.-----

----- A aprovação desta Proposta permitirá dar início de imediato ao processo de aquisição de terrenos, encomenda de projetos para a realização tanto de infraestruturas que vão permitir uma maior coesão territorial da Cidade, como da construção de equipamentos essenciais para a qualificação desta área. Muito obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “ Muito obrigado Senhor Vereador, nós temos um Parecer da 3ª. Comissão Permanente, elaborado pela Deputada Municipal Maria da Graça Pinto Ferreira, que ao mesmo tempo também está inscrita para falar, penso que até ao momento é a única inscrição e, portanto, a Senhora Deputada tem a palavra e poderá usar na sua dupla qualidade ou de Relatora ou de Deputada Municipal que tem intervenção. Agradecemos só que sinalizasse a Mesa de como é que quer falar e quando porque como Relatora não tem tempo e como Deputada Municipal tem o tempo do Partido Socialista.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria da Graça Pinto Ferreira (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigada Senhor Presidente, então nesse caso uso da palavra como Deputada Municipal.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “ Muito bem, então fica registado que o Relatório vale por si, prescinde-se da apresentação do Relatório e a Senhora Deputada Municipal tem três minutos para usar da palavra.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria da Graça Pinto Ferreira (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Então Boa-tarde Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente e Vereadores, Deputados Municipais, funcionários e público presente. -----

----- Portanto, relativamente à Proposta número 19 de 2018 em apreço, subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado que acabou de fazer a sua descrição, posto que sucinta, dizer que esta questão da definição da redefinição dos limites da área urbana de Santa Clara, ARU de Santa Clara, já remontante desde o ano de 2012 e já foi sofrendo ao longo de estes anos, algumas alterações desses mesmos limites, e ao longo desse tempo obteve também a posição unânime de todas as Forças Políticas presentes, quer em sede de Reunião de Câmara Municipal quer nesta Assembleia. -----

----- Em relação à Proposta atual aconteceram todas as situações exigíveis por Lei, foram seguidos todos os procedimentos, desde sessões de esclarecimento na Junta de Freguesia para a população, a própria Proposta posta à consulta pública, tendo obtido da parte da população toda a adesão. -----

----- Da mesma maneira, a Junta de Freguesia manifesta a sua total concordância. -----

----- Penso que esta Proposta está em condições de ser votada de igual forma pelos Senhores Deputados presentes, porque, de facto, se trata de integrar mais uma parcela do território da Freguesia nestes pressupostos, reabilitação urbana, que efetivamente são mais flexíveis e vêm permitir, como o Senhor Vereador Manuel Salgado acabou de dizer, a possibilidade de a Câmara intervir para a construção de equipamentos, para a aquisição de terrenos, enfim, para promover uma integração de todos os elementos que se encontram demasiado dispersos naquela zona periférica da Cidade. -----

----- Portanto, anexos a esta Proposta existem dois volumes, o Volume 1 e o Volume 2, que fazem parte integrante desta Proposta, sendo que o primeiro refere a nova área considerada como o plano dos seus limites, a memória descritiva, etc., e o 2º Volume apresenta as operações de aquilo que se prevê em termos de operacionalidade, com vista à execução da Proposta, uma vez aprovada, portanto, penso que, da do ponto de vista da 3ª Comissão também houve unanimidade de posições e assim sendo fico à espera que os Senhores Deputados Municipais vão na mesma linha de atuação.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada, já ficou expresso o sentido da sua intervenção. -----

----- Parece que entretanto já tivemos mais inscrições, o Senhor Deputado Modesto Navarro.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, nós não iríamos intervir, mas o Senhor Vereador Manuel Salgado foi tão sucinto a apresentar uma Proposta que é, de facto, extremamente importante, que então vimos dizer alguma coisa, que consiste no seguinte: a Proposta consiste na aprovação do programa estratégico de reabilitação

urbana realizada após o período de consulta pública. A participação dos Municípios no período destinado à consulta pública foi muito pequena, mas o executivo Camarário realizou uma sessão pública que foi bastante participada se traduziu numa série de propostas. -----

----- O PCP sempre afirmou a importância das operações de reabilitação daquela Freguesia, embora se coloquem algumas questões quanto à real capacidade de execução e de cumprir a calendarização estabelecida, uma vez que se tratam de equipamentos que a população define como importantes, é sobre isto que gostaríamos de ouvir o Senhor Vereador Manuel Salgado. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, então o Senhor Vereador Manuel Salgado para, prescinde? Então vamos passar à votação... -----

---- Quer-se inscrever novamente? Uma Interpelação à Mesa, está bem, pode assumir aqui o púlpito, até dá jeito porque nós estávamos aqui a consultar a Câmara Municipal sobre o andamento dos Trabalhos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte Interpelação à Mesa: -----

----- “Peço desculpa, recebi uma resposta negativa, em termos de resposta às questões que nós propusemos! Nós levantámos aqui questões quanto à real capacidade de execução e de cumprir a calendarização estabelecida, uma vez que se trata de equipamentos que a população define como importantes, e o seu Vereador tem de dizer alguma coisa sobre isto!-----

----- Está tudo assegurado? Nos tempos previstos? Nós temos o direito de perguntar e a Câmara tem o dever de responder. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Modesto Navarro, é tal e qual como diz, naturalmente que a Mesa interpelou a Câmara e naturalmente que os Senhores Deputados Municipais perguntam e a Câmara responde ao que entende e como impotente, no entanto, fez bem o Senhor Deputado em insistir, porque tenho o pedido de palavra por parte da Câmara, do Senhor Vereador Manuel Salgado. Tem a palavra Senhor Vereador.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Senhor Deputado, se leu bem a Proposta, aquilo que consta dos relatórios é que o prazo previsto para a execução desta operação de reabilitação urbana são 12 anos. ----

----- Ora, certamente não serei eu que estará cá no horizonte os 12 anos e, certamente que, durante 12 anos, é possível executar este programa, se assim convergirem a vontade de todas as partes. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador, nós estamos a tomar boa nota, mas também estávamos aqui a consultar a Câmara e depois, naturalmente também articularemos aqui com os Grupos Municipais como é que faremos as perguntas à Câmara porque temos um volume de inscrições, que quase triplica aquilo que era habitual no mandato passado. -----

----- Encerrado o debate, porque a Mesa não regista mais inscrições para esta Proposta, vamos passar à votação da Proposta 19/2018, alteração aos limites da área de reabilitação urbana de Santa Clara e operação de reabilitação urbana sistemática de Santa Clara, nos termos da Proposta e ao abrigo das disposições legais e regimentais que estão plasmadas na Ordem de Trabalhos.” -----

----- A **Proposta nº. 19/2018**, não há votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. **Proposta 19/2018** foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- Vamos passar ao antigo Ponto 5 da Ordem de Trabalhos.” -----

----- **PONTO 5 - PERGUNTAS À CÂMARA, DE ACORDO COM OS TEMAS E FORMATO INCLUÍDOS NO ANEXO À PRESENTE CONVOCATÓRIA, E AO ABRIGO DO ARTIGO 42º DO REGIMENTO; GRELHA I, LIMITE MÁXIMO 4 HORAS E 20 MINUTOS;** -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “ São perguntas à Câmara, de acordo com os temas e formatos incluídos no anexo à presente na Convocatória, que nos dá alguma latitude sobre a formulação. -----

----- Nós temos, e que foi comunicado, para não acontecer, que houve uma falha na reunião anterior, a indicação que o Partido Ecologista “Os Verdes” vai usar meios audiovisuais na sua intervenção. Foi atempadamente comunicado e também foi atempadamente divulgado a todos os Grupos Municipais nos termos do nosso Regimento. -----

----- Não sei se temos o apuramento para dar conhecimento ao Plenário, quantas inscrições temos, Senhora Segunda Secretária? Bem, Senhoras e Senhores Deputados, nós temos de 21 inscrições e ainda há Grupos Municipais que ainda não se inscreveram. -----

----- Nós no mandato anterior, por vezes, por vezes nas Perguntas à Câmara aquilo que fazíamos era individual, de resposta logo de seguida, mas é um facto que habitualmente tínhamos muito menos inscrições para esta figura e aquilo que costuma fazer-se na Informação Escrita do Senhor Presidente, muitas vezes é ser também por Partidos, nós podemos fazer por Partidos, podemos fazer por, são 24, as inscrições têm estado a subir, podemos fazer por rondas, uma 1ª ronda e depois a Câmara responde, quem considerar que não está respondido, pode inscrever-se em rondas subsequentes até ir esgotando o seu tempo, ou também podemos fazer por blocos de três. Aquelas indicações que nós temos tido aqui da Mesa era que, eventualmente talvez seja preferível o modelo das rondas otimizando, mas a Mesa está aberta a qualquer formato, é preciso é que todas as perguntas, na medida do possível, sejam

feitas e sejam respondidas a bem de esclarecimento dos Deputados, dos Grupos e dos Municípios. -----

----- Alguém quer usar da palavra ou podemos fazer assim por rondas? O Senhor Deputado Modesto Navarro, microfone ao Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício, ontem em Conferência de Representantes, nós decidimos, ou pelo menos orientámos os Trabalhos no sentido das rondas. E se assim foi o seu Presidente ter anunciado que foi isso que foi indicado pela Conferência de Representantes, o que não quer dizer que o Plenário não altera esta situação, mas nós mantemos a questão das rondas. Está Bem?” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Tem razão Senhor Deputado, como sabe eu não estive presente ontem na reunião, mas, por isso mesmo é que tendo essa indicação, e tem razão, devia ter dito, é que dos vários modelos possíveis eu estava a procurar manter o das rondas e por isso é que estava a perguntar se alguém tinha alguma coisa contra, no sentido de ter mudado de opinião. -----

----- Senhor Deputado Luís Newton, Senhor Deputado José Leitão? Se é só para dizer que mantemos o modelo das rondas, podemos saltar em frente. Eu estava a perguntar é se alguém não é outra opinião?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, de facto, ontem analisou se a questão das rondas, o número de inscrições, e que é muito positivo, suplantou inclusivamente a expectativa que tínhamos ontem. A sugestão que faço é que possa ser por Partidos e, portanto, ser em blocos em vez de serem rondas, blocos por Partidos, permitindo à Câmara responder Partido a Partido as questões que são colocadas. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Senhor Deputado José Leitão. Não podem dizer que a Mesa não é democrática, no bom funcionamento dos Trabalhos e do esclarecimento dos temas.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pois não. É para manifestar uma opinião idêntica, efetivamente dado o volume de Deputados inscritos, para criar alguma racionalidade e se perceber o sentido das intervenções dos diferentes Partidos, nós pensamos que deve ser feita por Partidos.” ---

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito bem, o Bloco de Esquerda também está a pedir a palavra. A Câmara Municipal entretanto, também nos chegar a informação que, naturalmente, com toda a liberdade do Plenário da Assembleia, como é próprio e em relação ao que foi convidado em Conferência de Representantes que também não objeta e até poderá ser

mais interessante em termos de racionalidade das respostas a que se possa fazer por Partidos, dada a dimensão das inscrições o que, naturalmente, também é positivo. -----

----- Palavra ao Bloco de Esquerda. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhor Presidente, apenas para dar a indicação de que concordamos que possa ser feito neste modelo em que cada Partido terá as suas intervenções, poderá ser uma, duas ou três inscrições e que a Câmara possa responder, até porque a última experiência que tivemos também na Informação Escrita ao Presidente que, quando as perguntas são uma a uma e a resposta acaba por depois não haver o tempo suficiente para as respostas todas e, portanto, consideramos que será o melhor modelo.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito bem, dada a estas intervenções, e é positivo e fica de reflexão futura que tanto na Informação Escrita como agora nas Perguntas à Câmara, o volume de inscrições tem sido substancial, portanto, naturalmente na organização dos Trabalhos, quer a Mesa quer a Conferência de Representantes terá de fazer essa ponderação. -----

----- Senhor Presidente também está a pedir a palavra, o Presidente da Câmara.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhor Presidente, muito obrigado, como é evidente a minha posição nesta matéria é só de tentar apoiar o modelo, é muito mais benéfica, eu, para todos o modelo das perguntas por Partidos porque permite uma resposta ao bloco de conjuntos, que muitas vezes até têm uma identidade própria. -----

----- A atomização de perguntas de todos os Partidos de *had-hoc* de um lado ao outro da Mesa, faz com que seja tudo atomizado e depois não temos sequer tempo para responder a uma parte delas, é essa a razão.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra continuou: -----

----- Aliás, não é por acaso Senhor Presidente que o modelo da Assembleia da República é precisamente por Partidos.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Sim e aqui na Informação Escrita também é o que está consagrado, embora, às vezes, tenha um ou outro ajuste.” -----

----- Senhor Deputado Modesto Navarro, pediu novamente a palavra. -----

----- Não podemos eternizar o debate sobre o debate, mas...”

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Não vamos eternizar, mas vamos reafirmar uma questão clara, há uma Conferência de Representantes e Mesa que é um órgão que tem a sua efetividade e é

lá que nós discutimos a organização dos trabalhos, se se levantava esse problema no início, o Senhor Presidente em exercício, só tinha que chamar ou entrar em contacto com os representantes dos grupos e não estar a fabricar outra hipótese, entende? -----
----- É só deixarmos claramente isto, nós vamos o que nós vamos aceitar esse modelo, mas esta questão tem que ser refletida e tem que haver respeito pelas decisões à volta da Mesa. Não é vir para aqui, e depois de repente surgir com outra proposta, isso nós não aceitamos! Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, se em Exercício, porque eu gosto de o tratar assim quando invoca a sua experiência de Presidente da Assembleia Municipal, conhece tão bem como eu o Regimento e, portanto, não confunda excesso de abertura e democracia com ausência de decisão! A Conferência de Representantes é um órgão consultivo da Mesa da Assembleia Municipal e de quem está a presidir aos Trabalhos e, portanto, aquilo que aconteceu é que é verdade que houve um entendimento sobre uma matéria, mas também é verdade que a Mesa é soberana sobre essa matéria. -----

----- Eu permiti-me consultar, quando nem sequer o devia fazer, é a bem da boa gestão dos Trabalhos, da lealdade e de cooperação entre os diferentes Partidos que nós devolvemos a palavra aos Representantes de Grupos Municipais dada a dimensão das inscrições que não tinha sido previstas, mas Senhor Deputado Modesto Navarro, nós de futuro, a ilação que eu tiro consigo são duas, a primeira é que tem razão, que nós na Conferência de Representantes teremos que prever estes volumes de inscrição e a segunda é que, às vezes consigo, e tenho pena disso, porque sabe que eu tenho uma grande consideração pessoal por si, é que o excesso de democracia também é um exagero e, portanto, nós damos por encerrado o debate. -----

----- Vamos fazer o modelo por rondas, não lhes vou dar a palavra mais Senhor Deputado, não vamos, pode protestar, então protesta à vontade! O Senhor Deputado quer eternizar um debate sobre o debate sobre essa matéria, eu vou-lhe dar a palavra para o protesto, como o protesto será sobre a condução dos Trabalhos não lhe vou responder e, portanto, vamos continuar a realizar os Trabalhos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez o seguinte protesto:-----

----- “ É um Protesto Senhor Presidente, tenho direito a ele porque veio lembrar coisas passadas! E devo dizer-lhe que os Presidentes da Assembleia que eu conheci, até há pouco tempo, consultavam os Representantes, a cada passo, os Representantes dos Grupos Municipais.-----

----- Eu gostaria que ouvisse, Senhor Presidente, em exercício.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu estou a ouvir, Senhor Deputado, acabou de dizer que os Representantes consultavam a cada passo os Representantes Municipais.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez o seguinte protesto:-----

----- “Não, não venha com essa coberta sobre as minhas palavras! A minha palavra é esta, nós consultávamos regularmente, os Presidentes desta Assembleia, consultavam regularmente os Representantes dos Grupos Municipais sobre as matérias de peso e nesta situação, nós temos que estar muitas vezes à espera, na Conferência de Representantes para colocar as questões, e vemo-nos às vezes, perante coisas que são, de facto, à revelia daquilo que devia acontecer, do ponto de vista democrático!-----

----- Portanto, não venha com essa conversa, porque de experiências várias já eu passei, desde 85 até agora e, portanto, há respeito pela Conferência de Representantes e da Mesa, e a Mesa tem que respeitar as decisões e depois consulta os Representantes dos Grupos. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado Modesto Navarro, eu não vou eternizar este debate, nós podemos considerar muita coisa sobre a Presidente da Assembleia Municipal, falta de democracia ou de colaboração com os Grupos Municipais ou de criação de condições de funcionamento dos grupos Municipais e do Plenário da Assembleia Municipal é o que não acontece, aliás, tem sido, é verdade com alguns reparos por parte do Partido Comunista Português, mas em relação aos diferentes Grupos Municipais a apreciação do trabalho da Presidente Helena Roseta tem sido praticamente unânime. -----

----- E portanto, vamos estar início às perguntas neste modelo, vamos fazer Partido a Partido, vamos respeitar as primeiras inscrições dos diferentes Partidos e, portanto, a Senhora Deputada Virgínia Estorninho vai organizar dessa maneira a chamada, o primeiro Partido será?”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Será o Senhor Deputado José Inácio Faria, do MPT.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Tem a palavra, Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e as seguintes perguntas: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, caros Colegas, Público presente.-----

----- Para este debate de Perguntas à Câmara, o Partido da Terra considerou pertinente trazer a este fórum oito temáticas que carecem de explicações por parte deste executivo. -----

-----Importa salientar, que alguns dos temas, por nós a apresentar, são comuns a outras forças políticas, o que só vem evidenciar ainda mais, o descuido e a inércia da Câmara Municipal de Lisboa nestas matérias, e o afastamento das suas responsabilidades nestas áreas.-----

----- Para esta primeira ronda o Partido da Terra apresenta 4 temas:-----

----- O primeiro tema refere-se à Qualidade do Ar do Edifício do Campo Grande.-----

----- No edifício Central do Campo Grande que concentra serviços administrativos do município, bem como serviços de atendimento ao público, e que é frequentado diariamente por centenas de pessoas, têm surgido, ao longo dos anos, queixas relacionadas com cefaleias, náuseas e problemas respiratórios por parte dos trabalhadores que mais tempo frequentam este edifício no desempenho das suas funções.-----

----- Preocupados com o bem-estar dos trabalhadores camarários, o MPT apresentou nesta assembleia, no passado dia 16 de Janeiro, uma Recomendação que visava a realização de um estudo à qualidade do ar interior no Edifício Central do Campo Grande da Câmara Municipal de Lisboa, bem como um levantamento dos problemas de saúde que afectam todos os trabalhadores que prestam actualmente, e os que prestaram no passado, serviços neste local.-----

----- Gostaríamos de repetir que esta Recomendação à Câmara foi aprovada de forma unânime, indicando que todas as forças políticas aqui representadas reconhecem a necessidade de verificar as condições de saúde e bem-estar no local de trabalho dos funcionários deste município.-----

----- Posto isto, o Grupo Municipal do Partido da Terra gostaria de saber o que tem sido feito, pela Câmara Municipal de Lisboa, para a determinação das condições de saúde e bem-estar dos seus trabalhadores?-----

----- Outro dos temas, o segundo tema, que gostaríamos de ver esclarecido, e que já trouxemos a esta “*casa*”, diz respeito aos terrenos do antigo Aquaparque. No anterior mandato, o MPT apresentou a Recomendação “*Pela Devolução à Cidade dos Terrenos do Aquaparque*” que foi aprovada por todos os deputados à excepção da bancada do PS, que votou contra.-----

----- Cumpre-me lembrar, que também no anterior mandato os deputados municipais pertencentes à 4ª Comissão Permanente, visitaram os terrenos em causa, e o Senhor Vereador Sá Fernandes ter, nessa visita, anunciado a brevidade da entrega do espaço aos Lisboetas como espaço de lazer.-----

----- Caros colegas, depois das inúmeras promessas, feitas e não cumpridas, o MPT pretende saber, de uma vez por todas:-----

----- Para quando se processará a entrega do espaço verde aos Lisboetas? E que projecto está, se é que está, concebido para aquele local?-----

----- Para terceiro tema e quarto tema, o Partido da Terra abordará a temática do Património, mais especificamente, sobre Edificação.-----

----- Como todos sabem, os Edifícios na zona da Avenida, que estavam classificados como de interesse público, por neles funcionarem equipamentos considerados vitais para a comunidade, passarão a fazer parte do mercado imobiliário, uma vez que, ao que parece, terão sido desactivados para mais usos e/ou fins.-----

----- A verdade é que a Câmara Municipal de Lisboa prepara-se para proceder à desclassificação de oito imóveis, na área da Avenida da Liberdade e envolvente, como estando “afectos a fins de utilidade pública” – isto é, descritos como “equipamentos” – e torná-los aptos a serem convertidos em edifícios de habitação ou empreendimentos turísticos.-----

----- Ora, acontece que o Plano de Urbanização da Avenida de Liberdade e Zona Envolvente se encontra, neste momento em fase de divulgação pública e sendo assim, o MPT gostaria de saber em relação aos imóveis dos CTT, EPAL e ao Edifício da Autoridade de Protecção Civil, se a Câmara Municipal de Lisboa irá perder a oportunidade de deixar nas mãos do mercado e da especulação imobiliária, uma oportunidade única de decidir que uso terão estes imóveis, de forma a evitar uma avenida da Liberdade vazia de residentes e vazia de planeamento. -----

----- O último tema que apresentamos nesta primeira ronda, refere-se à intenção de dar cumprimento ao Projecto de arquitectura, no âmbito do Processo 162/EDI/2005, o designado “Mono do Rato”.-----

----- Senhor Presidente, quase oito anos depois da aprovação, em Dezembro de 2010, daquele que ficou conhecido como o “mono do Rato”, o polémico projecto para a construção de um edifício de grandes proporções e traça contemporânea, num dos cantos do Largo do Rato, vai mesmo avançar. -----

----- Se todos bem se recordam, na altura, na oposição ao projecto, estavam o Senhor Vereador José Sá Fernandes e a Senhora Vereadora Helena Roseta, (então Vereadora), contra os votos a favor do grupo municipal do PS. -----

----- Hoje, o Senhor Presidente Fernando Medina, em declarações públicas assume que não gosta do projecto naquele sítio, considerando-o como uma ruptura naquele local. -----

----- Cumpre ainda referir que na última sessão da Assembleia Municipal de Lisboa, a maioria dos deputados desta Assembleia rejeitaram duas recomendações apresentadas pelo PSD e pelo BE, no sentido de travar o projecto denominado Mono do Rato. -----

----- Também naquela reunião, o Senhor Vereador das Finanças, João Paulo Saraiva, alertava os deputados para o facto de qualquer iniciativa nesta fase poder configurar um custo para o município que certamente seria enorme, elencando ainda que "não é possível, não é desejável" tomar medidas nesta altura.-----

----- Nesta Assembleia, a de hoje, o MPT questiona a Câmara Municipal de Lisboa se já tentou dialogar com o promotor para encontrar uma solução que minore o impacto daquele projecto, de forma a zelar pelo interesse público? -----

----- Muito Obrigado! -----

----- A segunda ronda será feita pelo meu colega Raul Santos. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Raul Santos (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e as seguintes perguntas: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente e Senhores Vereadores, Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal, Caros Colegas, Público Presente, Comunicação Social. -----

----- Nesta segunda ronda, o Partido da Terra apresenta os restantes 4 temas: -----

----- O quinto tema diz respeito às Medidas de Prevenção e Controlo de *Legionella*.-----

----- Na 2ª Reunião de Plenário do presente mandado, no âmbito das Declarações Políticas, o Partido da Terra apresentou uma Recomendação sobre o surto de *legionella* detectado a 3 de Novembro no Hospital São Francisco Xavier, e que foi dado como terminado a 27 de Novembro. Deste surto, resultaram 56 casos de infecção, sendo que infelizmente seis doentes acabaram por falecer.-----

----- Todavia, a 28 de Janeiro de 2018, quatro novos casos da doença dos legionários foram detectados, desta vez no Hospital CUF Descobertas, em Lisboa. -----

----- Apesar da impossibilidade de erradicar a bactéria das múltiplas potenciais fontes de infecção, é possível reduzir o risco através de medidas de prevenção. Neste sentido, e considerando a recorrência desta infecção, o Partido da Terra pretende saber:-----

----- 1- Que acções a Câmara Municipal de Lisboa, tem vindo a desenvolver no sentido de localizar os potenciais pontos críticos de infecção por legionella nas áreas da sua jurisdição, conforme o ponto 2 da nossa recomendação, aprovado por unanimidade. -----

----- 2- Quais as metodologias que a Câmara Municipal de Lisboa tem adoptado, no que diz respeito à prevenção e controlo da Doença dos legionários nos equipamentos municipais;-----

----- 3- Para quando a apresentação de um programa de operação e manutenção e monitorização das instalações e equipamentos municipais, com particular incidência na componente higieno-sanitária, para quando um programa destes é apresentado? -----

----- Em relação ao sexto tema, que diz respeito ao Regulamento Municipal do Arvoredo, o Partido da Terra sendo um Partido de cariz ambientalista não poderia deixar de tecer as seguintes considerações: -----

----- É um facto que praticamente todos os dias por toda a cidade de Lisboa, surgem denúncias sobre o abate e podas indiscriminadas de árvores. -----

----- Importa relembrar que o Regulamento do Arvoredo foi aprovado em Julho de 2017 nesta Assembleia, após quase 2 anos de ter sido aprovado unanimemente em Câmara (Dezembro de 2015).-----

----- Acontece que a versão aprovada em Assembleia Municipal, apresentava uma nova redacção, cujas alterações se traduzem essencialmente na atribuição de mais poderes às Juntas de Freguesia para gerir o arvoredo. A *título de exemplo*, na versão inicial do documento no seu n.º 6 do artigo 4, as operações que de alguma forma fragilizassem as árvores ficariam sujeitas a parecer vinculativo da Câmara Municipal. -

----- Porém, na versão aprovada desaparece “o vinculativo” (podendo assim as Juntas de Freguesia actuarem de forma autónoma). -----

----- Senhor Presidente, Senhor Vereador José Sá Fernandes, o Partido da Terra sobre esta matéria gostaria de ser devidamente informado sobre: -----

----- O ponto de situação em que se encontra a implementação deste Regulamento.-----

----- Ainda em relação a este documento, e considerando que recentemente, com o embate do autocarro turístico numa árvore na Avenida da Liberdade, a Câmara Municipal veio chamar a si, de novo a responsabilidade do arvoredo naquela zona, o

Partido da Terra questiona se a Câmara Municipal de Lisboa está a equacionar repensar a Reforma Administrativa da Cidade nesta capítulo devolvendo-o à Câmara. -
----- Por último, reiterar que o Partido da Terra defende que “*se pense a cidade e o arvoredo como um todo*” e por isso mesmo, em face dos péssimos resultados obtidos neste âmbito, a gestão do arvoredo deve voltar para a esfera do Município. -----
----- Relativamente à Sé de Lisboa (7.º Tema), o MPT tem conhecimento que está prestes a iniciar – se uma intervenção para o Claustro da Sé, implicando a demolição da parte significativa da muralha da Sé para acesso ao museu com abertura de porta, na Rua das Cruzes da Sé. Sabemos que esta obra foi viabilizada em termos de um protocolo entre a Direcção Geral do Património Cultural, o Patriarcado de Lisboa e a Câmara Municipal de Lisboa datado de 2012 e de um trabalho prolongado de reflexão iniciado em 2013, com a apresentação de um Estudo Prévio, Estudo Histórico e de uma proposta de Projecto de Arquitectura. -----
----- No âmbito deste protocolo, o Cabido da Sé Metropolitana Patriarcal de Lisboa contratou a equipa projectista. -----
----- Constatando o início das obras de musealização do Claustro da Sé de Lisboa, vulgo “Projecto de Recuperação e Valorização da Sé Patriarcal” o MPT gostaria de saber se foram acauteladas eventuais impactos estruturais negativos, nomeadamente ouvindo-se o LNEC.-----
----- E por fim, e não menos importante, o último tema, recai sobre os Azulejos no Quarteirão da Suíça, em que o MPT gostaria de relembrar que em 2001, a Câmara Municipal de Lisboa encomendou um projeto de reabilitação para a Praça da Figueira, tendo resultado na produção de 100 mil azulejos que serviriam para revestir a fachada dos edifícios deste local tão emblemático da cidade de Lisboa. -----
----- Estes cem mil azulejos acabaram armazenados e concluiu-se, já em 2004, que não seriam adequados ao revestimento das ditas fachadas, uma vez que não permitiam que as paredes respirassem. -----
----- O processo de reabilitação da fachada do Quarteirão da Suíça serviu de mote para retirar os azulejos do armazém. E, sob o argumento do parecer da Secção de Património Arquitectónico e Arqueológico do Conselho Nacional de Cultura de que “a proposta em causa contribui para o reforço das características pombalinas da Praça da Figueira”, a Câmara Municipal de Lisboa impõe agora a todos os proprietários que pretendam realizar obras de reabilitação em edifícios sitos na Praça da Figueira a colocação dos ditos azulejos, gentilmente cedidos pelo município.-----
----- Senhor Presidente, o Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina prevê que todas as obras que afetem as fachadas devem ser feitas “de forma a recuperar a aparência original do edifício”. Ora, o quarteirão da Suíça exhibia originalmente fachadas rebocadas e pintadas. -----
----- Em que vamos, então, ficar? Num reforço das características pombalinas, traduzido numa imposição de revestimento das fachadas desta praça com recurso a azulejos desadequados? Ou na recuperação das fachadas originais prevista no Plano Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina?-----
----- Eram estas as questões que vos deixávamos. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Para dar indicação que o próximo Partido a colocar questões será o CDS-Partido Popular, para depois se irem preparando organizado e vamos agora dar a palavra à Câmara Municipal de Lisboa. Naturalmente, ao Senhor Presidente que poderá nos nossos termos regimentais ir gerindo as intervenções da Câmara e dos Senhores Vereadores, ou respondendo por si só, como entender.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e respondeu às questões que lhe foram colocadas: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Eu usarei da palavra sobre um dos temas e depois usará da palavra, por esta ordem, o Vereador Manuel Salgado, Vereador José Sá Fernandes e o Vereador João Paulo Saraiva. -----

----- Eu quero usar da palavra relativamente à questão colocada sobre o edifício do Largo do Rato, para lembrar ao Senhor Deputado que convém não começar a sua memória não ser seletiva sobre o seu ano de início, porque o processo Largo do Rato começa com a aprovação efetuada em 2005 pela Vereadora, à época com o Pelouro do Urbanismo, Eduarda Napoleão. -----

----- O processo de aprovação que foi depois até mais tarde avaliados no âmbito de um processo de sindicância, que não revela nenhuma questão com esse licenciamento, isto é, a Câmara constituiu o direito à execução daquela obra no ano de 2005. E este é o início que convém não omitir quando se fala deste tema, o que acontece a seguir é simples, que também convém ser contado com rigor, é que a Câmara aprovou a revogação desse licenciamento e o tribunal anulou a decisão da Câmara relativamente a revogação desse licenciamento e o Tribunal anulou a decisão da Câmara relativamente à revogação desse licenciamento e depois posteriormente, havendo um contencioso judicial foi necessário a Câmara, porque incorria numa ação onde se demonstrou e tudo aparentava que depois do processo de avaliação, em que de facto direito estava efetivamente constituído, por isso, a provar a segunda aprovação que a Câmara efetua, efetua-a no quadro do âmbito contencioso judicial que estava impendendo sobre a Câmara decorrente da não execução ou da não permissão de execução da Câmara da decisão tomada em 2005. Esta é a verdade da história que convém não esquecer que nem cortar!-----

----- Sobre o que interessa hoje, que é o futuro, o que nós estamos a fazer, naturalmente é a falar com o promotor e com os arquitetos no sentido de ver da possibilidade de avaliação de uma solução mais adequada e conforme aquilo que são os sinais que a cidade vai transmitindo, há vontade do nosso lado toda, do lado dos arquitetos também, vamos ver como é que chega ao processo de diálogo, com a limitação que eu enunciei desde o início, é que a Câmara aprovou e constitui um direito para estes promotores em 2005.-----

----- Senhor Vereador Manuel Salgado, por favor, para os restantes assuntos.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e respondeu às perguntas que lhe foram postas:-----

----- “ Muito obrigado Senhor Presidente, portanto, em relação às questões que levantou da Avenida da Liberdade. Aquilo que se passa é uma alteração simplificada do Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade, que enquanto procedimento tem vários passos, o primeiro foi a sua apreciação em Câmara para a abertura da consulta pública. -----

----- Neste momento, está a decorrer até ao dia 18 de abril o processo de consulta pública. No dia 3 de abril haverá uma sessão pública no edifício dos bombeiros, na Camilo Castelo Branco, que é um dos edifícios que está previsto ser desativado e posteriormente a Proposta voltará a Câmara, com o relatório de ponderação de consulta pública, para que seja submetido à Assembleia Municipal. -----

----- Portanto, a decisão final não é da Câmara, é sim da Assembleia Municipal. -----

----- Agora relativamente ao conteúdo propriamente da Proposta é preciso referir o seguinte: trata-se de 8 imóveis, o Senhor Deputado deu o exemplo de um dos imóveis, o imóvel onde estava a Autoridade da Proteção Civil, é um imóvel privado e a Autoridade da Proteção Civil já lá não está, saiu e deixou o edifício vazio e, portanto, é normal que o proprietário deste edifício possa dispor dele e não esteja vinculado a nenhum ónus de instalação de um serviço público, que era aquilo que se passava na altura. -----

----- Outra é por exemplo a Fundação do Oriente, a Fundação do Oriente não é um equipamento, é uma instituição privada que saiu dali e foi para a zona da Administração do Porto de Lisboa, ali junto a Alcântara. -----

----- O próprio edifício dos Bombeiros Voluntários da Camilo Castelo Branco, estão instalados na Camilo Castelo Branco, entretanto, a Câmara cedeu em direito de superfície um terreno aos bombeiros, para construírem novas instalações e os bombeiros para poderem transferir para as novas instalações necessitam de alienar o património que têm na Camilo Castelo Branco para com a receita, o produto da venda, poderem construir um novo quartel. -----

----- Depois há o quartel dos bombeiros na Praça da Alegria, que é Municipal e que continuará a ser quartel por um par de anos ainda e depois se decidirá o que é que se fará a esse edifício, uma vez que é necessário para o próprio RSB.-----

----- Há também o edifício dos CTT que está vazio já há uns anos, os CTT são uma empresa privada, não sou uma empresa pública, pelo menos, neste momento, e que aquele edifício foi alienado, portanto, o edifício já nem sequer é propriedade do Regimento de Sapadores Bombeiros.-----

----- Há ainda o edifício da EPAL, a EPAL está a constituir, a concentrar todos os serviços nos Olivais, onde já construiu o laboratório e, portanto, prevê transferir também a sua sede para os Olivais. -----

----- Aquilo que, portanto, está em cima da mesa é alterar o uso de um equipamento que já foi equipamento e que neste momento já não é, isto em relação a estes 8 edifícios.-----

----- É o procedimento exatamente idêntica aquele que se utiliza em relação ao Património do Estado e tem exatamente os mesmos passos e é aprovado pela Assembleia Municipal, posso-lhe dar como exemplo do último caso em que isso se passou, que foi exatamente o que antigo Hospital da Marinha que foi desafetado do uso de Hospital Militar, edifício de utilização pública, por decisão desta Assembleia Municipal. -----

----- Em relação à questão que colocou sobre a Sé, o Cabido da Sé, o que existe, sim é verdade, é um protocolo de colaboração entre a Direção-geral do Património Cultural, o Cabido da Sé Metropolitana Patriarcal de Lisboa e a Câmara Municipal, para a implementação da rota das catedrais. É um programa a nível nacional que foi estabelecido, quem conduziu o projeto foi a DGPC, a Direção-geral do Património Cultural é que encomendou todos os projetos e acompanhou de perto toda a elaboração de projetos e vai acompanhar diretamente a realização da obra, e não a Câmara, é um projeto que nós conhecemos, porque foi apresentado à Câmara, um projeto muito interessante, porque vai permitir pôr a descoberto as ruínas que estavam tapadas, portanto, não eram acessíveis ao público no claustro e que vai permitir fazer um percurso através do Claustro da Sé, entre que a parte baixa junto ao Adro e a Rua do Limoeiro mais acima. Portanto, a de a Direção-geral do Património Cultural teve todos os cuidados necessários por uma intervenção num edifício com estas características e, portanto, estamos perfeitamente sossegados relativamente à obra que está neste momento em início e que é conduzida como lhe digo pela Direção-geral do Património Cultural. -----

----- Levantou por fim a questão sobre os azulejos da Praça da Figueira, como referiu e bem, portanto, foi em 2001 que a Câmara Municipal encomendou ao Mestre Daciano Costa, o projeto da Praça da Figueira, o projeto tinha duas componentes, uma componente que era o redesenho do espaço público e uma segunda componente que era os azulejos, os azulejos foram fabricados, houve uns primeiros azulejos que foram rejeitados, houve uns segundos azulejos que estavam em armazém. Foi confirmado que estes azulejos eram os adequados, por um especialista, que foi o Professor João Appleton e, neste momento, são esses azulejos que estavam em armazém que estão a ser utilizados no revestimento da Praça da Figueira. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e respondeu às questões que lhe foram colocadas:-----

----- Muito obrigado Senhor Presidente. Boa-tarde Senhores Deputados, Senhor Presidente em Exercício.-----

----- Em relação à Legionella e na parte que me diz respeito, que tem a ver com fontes e lagos, porque dizer que a Legionella é apenas um dos parâmetros que são monitorizados com análises feitas pelo Laboratório da Câmara, sempre que se destete um parâmetro fora do que é admitido como seguro, a situação é prontamente intervencionada com tratamento típico das águas, com hipoclorito, mas dizer que a Legionella só é perigosa quando inalada, pelo que o risco das fontes e lagos é diminuto, pois não há grande produção de ilações, apenas ligeira e por ação do vento, o simples contacto fora não provoca doença aguda. -----

----- Em relação ao Aquaparque, a empreitada da obra, dos pequenos edifícios já foi adjudicada, a obra está a ser iniciada, sendo o prazo de execução previsto o concurso cerca de seis meses.-----

----- Os arranjos exteriores já estão abertos ao público, aliás, já é hoje utilizado o parque infantil e uma pequena parte, entre o edifício principal e esta parte do parque infantil o projeto está em revisão para o lançamento do concurso de empreitada, de uma pequena empreitada.-----

----- Em relação ao regulamento do Arvoredo convém dizer que este Regulamento Municipal do Arvoredo foi o primeiro Regulamento publicado para a área de gestão partilhada entre a Câmara e as Juntas de Freguesia e depois da Reforma administrativa, como tal é óbvio que terá que haver ajustes, clarificações a fazer, que estão neste momento a ser trabalhadas, à medida que se vão identificando situações que causam dúvidas.-----

----- Este é um trabalho contínuo, está também em curso uma clarificação das zonas de gestão de cada Autarquia para cruzar a informação entre a deliberação da Assembleia Municipal, o elenco das missões da Câmara e os autos de transferência para cada Junta, esta análise será partilhada com as Juntas de Freguesia para comentários e correções, para que isto entre em velocidade de cruzeiro de tudo o que se passa em relação ao Regulamento.-----

----- Acho que respondi às três perguntas que me diziam respeito, Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e respondeu às questões que lhe foram colocadas: -----

----- “Muito boa-tarde a todos.-----

----- Muito rapidamente também, em primeiro lugar, deixar tranquilos todos os trabalhadores do Município que trabalham no edifício do Campo Grande e também os Senhores Deputados do MPT, sobre as condições de trabalho no edifício, que evidentemente há sempre pontos para melhorar, mas não há qualquer anomalia e qualquer problema com qualidade do ar no edifício do Campo Grande. -----

----- É um edifício com características estruturais que são datadas e que, portanto, há algumas coisas a melhorar e estamos a trabalhar nesse sentido, desde logo mantendo, fazendo manutenção preventiva e substituindo um conjunto de equipamentos que contribuem para essa mesma qualidade do ar: os *schindler's*, as unidades de transferência de ar novo, tudo isso está em processo de renovação, vou-me dispensar, já no caso dos *schindler's* um substituído, estão em processo com o segundo, dos quatro existentes. As quatro unidades de transferência de ar novo, também já duas foram substituídas e, portanto, estamos nesse processo, que é um processo normal, não há nenhum dado que nos permita dizer que há alguma anomalia e, portanto, se houvesse estaríamos de imediato a resolvê-las, temos monitorizado todos esses indicadores e a não há nenhuma situação que seja preocupante. -----

----- O que estamos a fazer é, de facto, a fazer essa mesma intenção, de substituir os equipamentos e por outro lado também lhe queria dar notícia, e para terminar, que estamos a fazer uma abordagem integrada aos temas das condições de trabalho nos edifícios e esse grupo já começou a trabalhar, vai apresentar o seu plano para começar

até pelo edifício do Campo Grande e, portanto, dar essa tranquilidade aos trabalhadores, que estamos a trabalhar nesse sentido, os que os seus colegas que para que têm essa preocupação estão a trabalhar nesse sentido e que em breve até podemos apresentar a esta Assembleia esse plano detalhado, se os Senhores Deputados assim o entenderem. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador, não sei se a Câmara quer acrescentar mais alguma coisa, já concluiu. -----

----- Se assim é vamos passar ao segundo Grupo Municipal, recordando a Assembleia que nós temos ainda oito Grupos Municipais, houve um que não se inscreveu, portanto, para a boa gestão do tempo das respostas por parte da Câmara e para todos estarem cientes do andamento dos trabalhos. -----

----- Recordar também que até às 18 horas, temos votações a funcionar no local habitual, portanto, os Senhores Deputados que podem ir exercendo o seu direito de voto. -----

----- Vamos dar a palavra aos Deputados do CDS-Partido Popular. A Senhora Deputada Virgínia Estorninho irá chamando os diferentes Deputados inscritos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e colocou as seguintes questões: -----

----- “ Muito obrigado Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Caros Vereadores, Caros Deputados. -----

----- Eu trago uma questão e as restantes são colocadas pelos meus colegas de bancada, trago uma questão que ainda agora foi abordada pelo Senhor Vereador Sá Fernandes e tem a ver com o património arbóreo da nossa cidade, e mais do que falarmos aqui e trazemos casos e casinhos, queremos falar naquilo que é estrutural, que é o nosso património arbóreo. -----

----- Foi aqui também falado muito por alto e é uma das primeiras perguntas que nós colocamos ao Senhor Vereador, ao Senhor Presidente, não sei quem irá responder pela Câmara, que tem a ver com a regulamentação, nós temos dois Regulamentos diferentes, temos um Regulamento com o articulado aprovado em Câmara, temos um articulado bastante diferente naquilo que é a ligação com as Freguesias e as suas competências, aprovado nesta Assembleia Municipal e esse esse documento foi aprovado na Assembleia Municipal está publicado em Diário da República. -----

----- Como sabemos e ouvidas algumas juntas de Freguesia, o Regulamento está a ser aplicado, é o Regulamento que saiu em Diário da República e, portanto, a versão da Assembleia Municipal e, portanto, o que eu pergunto é, e gostaria de fazer esta pergunta muito diretamente à Câmara, é neste caso qual é o Regulamento que nós devemos aplicar, é o Regulamento da Câmara, é o Regulamento da Assembleia? E como disse há diferenças substanciais naquilo que são as competências nesta área por parte das Juntas de Freguesia, porque nós podemos pôr aqui um risco de termos em certos casos a atos nulos ou indemnizações irregulares. -----

----- Depois aqui gostaríamos de saber que posição é que a Câmara irá tomar nestes casos? Irá estar do lado aquilo que é o Regulamento aprovado em Câmara ou aquilo que é o Regulamento que foi aprovado em Assembleia Municipal?-----

----- Também foi dito pelo Senhor Presidente que a questão obviamente iria a Reunião de Câmara, voltaria à Câmara para ser votada em julho, ainda não foi, o Senhor da Sá Fernandes, há menos de um mês disse que tinha sido solicitado um Parecer Jurídico aos Serviços, também gostaríamos de saber se esse Parecer Jurídico foi emitido e caso tenha sido emitido nos possa dar, nos possa dizer qual é que foi a conclusão do mesmo e, portanto, percebermos aqui por que articulado é que nos devemos reger. -----

----- Depois, por outro lado, também achamos que a Câmara, e isto como é uma matéria estrutural não pode andar ao sabor da maré, ou seja, a Câmara não pode definir áreas que são estruturais e outras que não são, perdão, estruturantes e depois de um momento para o outro havendo um incidente, como houve na Avenida da Liberdade a Câmara decidir “Bem, agora vamos retirar do eixo central a quatro Freguesias a gestão das árvores” e, portanto, ou as Juntas são competentes ou as Juntas não são competentes.-----

----- Como disse, eu acho que nesta matéria, nós vemos que, no caso das Freguesias e considerando, por princípio que o Regulamento é claro, que ele está tecnicamente bem detalhado, e que revela obviamente um grande respeito pelo património arbóreo, agora, ele não é consistente na sua aplicação e do ponto de vista das Freguesias, nós consideramos que existe aqui três dimensões do problema. -----

----- Por um lado, aquilo que é o caderno de encargos e a especificidade que tem que haver daquilo que são as regras técnicas e que estão bem explícitas no Regulamento do Arvoredo nas duas versões, aquilo que é o conhecimento técnico por parte das Juntas dos seus recursos humanos ou dos serviços contratados externos e, portanto, aqui também temos em duas áreas completamente distintas, aquilo que é o conhecimento técnico de quem apresenta uma proposta no âmbito do concurso para prestar estes serviços, e depois a que eu também já vimos em Lisboa há uns anos, com a Avenida da Liberdade e com os espaços verdes, nomeadamente na floricultura que é um concorrente que concorre com terminados a recursos humanos qualificados e depois, na prática está a executar o trabalho, não são esses recursos humanos qualificados e, portanto, perceber nessa nesse ponto de vista, qual é o papel da Câmara, se a Câmara se demite dele ou se deixa para as Juntas, e a esta questão que nos preocupa, obviamente a que se junta o total desinvestimento na Escola de Jardineiros que podia dar aqui uma excelente ajuda naquilo que é a formação a técnicos de poda, não só a Câmara Municipal ou quando existem recursos internos também pedir ajuda o Instituto Superior de Agronomia ou então à Escola Profissional da Paiã, só para citar alguns casos.-----

----- Gostaria também de perguntar relativamente à georreferenciação, uma vez que ela identifica as áreas no terreno, se essa ferramenta está partilhada entre os serviços da Câmara e as Juntas de Freguesia se existe uma consensualização com as Juntas de Freguesia para a publicação e publicitação dos relatórios fitossanitários.-----

----- Sabemos que há Juntas de Freguesia que o fazem regularmente nos seus *sites*, e nas redes sociais, mas há Junta de Freguesia que continuam a não publicar os relatórios fitossanitários e, portanto, era importante que houvesse esse acordo, mais do que acordos políticos e partidários, que nós conhecemos, haver este acordo efetivo de resposta e de informação à população.-----

----- Gostaríamos também de saber do ponto de vista do garante e do controle da qualidade esta execução, que meios é que tem a Câmara para fiscalizar o cumprimento do caderno de encargos, naquilo que eu disse ainda agora sobre os recursos humanos qualificados, quer no concurso, mas, principalmente depois na conservação e manutenção destes espaços e, portanto, também era bom que todo aquele *know-how* que a Câmara tem, com os seus engenheiros, com os seus arquitetos paisagistas e os técnicos que pudessem ser interlocutores neste controlo de qualidade daquilo que são os serviços praticados pelas Juntas e, portanto, também nesta medida, gostaria de saber se há um serviço específico na Câmara que esteja afeto a esta matéria de controlo da qualidade e monitorização ou se a Câmara tem ou pretende ou irá constituir alguma vez que um grupo de trabalho para esta finalidade.-----

----- Depois também saber, esta questão dos meios técnicos e humanos é muito importante e portanto, e volto a frisá-la porque consideramos mesmo muito importante que a Câmara faça essa aferição daquilo que são os recursos que estão, que acabam depois por executar a obra e que muitas vezes a intervenção e que muitas vezes são diferentes daquele que é o que é apresentado no caderno de encargos. -----

----- Depois também é preciso que a Câmara saiba que muitas vezes quando delega determinadas competências nas Juntas, nomeadamente no arvoredo, que digamos, que muitas vezes é um presente envenenado, porque entrega um “x” número de espaço arbóreo e não entrega um recurso financeiro suficiente, e muito menos recursos humanos, e portanto, esta é uma matéria muito importante que achamos que deve, deve e merece um consenso por parte quer das Juntas de Freguesia quer da Câmara Municipal e em último caso as Juntas de Freguesia no nosso entender, não devem aceitar receber um património arbóreo para o qual não lhes dão capacidade nem recursos financeiros, nem humanos para enfrentar aquilo que são as suas vicissitudes. -

----- Em suma, deixamos esta nossa posição sobre o Regulamento, achamos que ele está bem detalhado, queremos saber, afinal que articulado de Regulamento é que deve ser aplicado, para nosso bem e para bem dos munícipes que possam sofrer alguma vicissitude daquilo que é o património arbóreo, daquilo que vai acontecendo.-----

----- Saber também para salvaguarda daquilo que é a posição das Juntas na aplicação do articulado e qual deles estará em vigor, a questão se a Câmara está preocupada com a monitorização e o controlo da qualidade dos serviços que são efetivamente prestados nesta área, porque obviamente eu penso que todos nós sabemos que as Juntas fazem o seu melhor, muitas não têm os recursos financeiros suficientes, mas é preciso fazer este controlo, tendo em conta aquilo que é a importância de uma joia tão rara como Lisboa tem, que é o seu património arbóreo. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Condeixa (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e colocou as seguintes questões: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, boa-tarde a todos. -----
----- Não perdendo muito tempo, a nossa primeira pergunta também tem a ver com aquilo que já foi levantado, que são a criação das primeiras ou das salas de chuto. -----
----- Faz hoje ou faz aproximadamente 30 anos que nasceram as primeiras salas de chuto na Suíça, hoje já é possível ter aqui evidência científica que permita apercebermos de alguns benefícios que elas trazem, de uma maior capacidade de resposta social, de uma maior intervenção também clínica, casos como a Alemanha, a França e inclusive a Noruega já nos permitem perceber que há aqui a um contributo que dependendo do modelo, dependendo do modelo, pode ser benéfico. -----
----- Se o tema fosse pacífico, se o tema fosse pacífico, essas mesmas salas já tinham sido criadas em Portugal por iniciativa camarária, como se bem sabem elas só dependem desta iniciativa camarária, pois, desde 2001 que a lei as prevê e, por isso se tal não aconteceu é porque estas salas não são pacíficas, é porque este modelo não é pacífico e, por isso urge perceber que modelo é que estamos a discutir, de que modelo é que estamos a falar. -----
----- Nós julgamos que não podem de todo desresponsabilizar o Estado, aliás, esse foi sempre o receio do CDS, não podem descartar a prevenção, não podem descartar a inclusão e não podem gerar guetos sociais e, por isso com estes receios, por estes receios é que muitas vezes assiste a um empurrar e a um jogo entre territórios que veem estas salas como amaldiçoadas e chutam para fora do seu território a existência das mesmas. -----
----- Por isso, Senhor Presidente, Senhor Vereador, importa conhecer o modelo para que seja uma oportunidade de intervenção e para que seja um espaço de chuto declaradamente assistido e não de chuto não assistido e ignorado. Os locais, importa também percebermos os locais e a nosso ver só faz sentido que estas salas existam onde há consumo, porque caso contrário não terão rigorosamente eficácia nenhuma, por isso, o modelo, os locais, e Senhor Vereador, quando se prevê a sua existência? ----
----- Uma outra pergunta, tem a ver com questões de isolamento de idosos e reabilitação até de alguns imóveis, o CDS recebeu a Associação Mais Proximidade Melhor Vida nas últimas semanas, que fez um trabalho que já agora, de alguma forma advogava os outros, os outros Grupos Parlamentares também a conhecer, porque sei que pediram audiências nesse sentido, fez um trabalho que de alguma forma sinalizou no seu território de intervenção 23 edifícios que precisam manifestamente de reabilitação. Porquê? Porque nesses edifícios vivem famílias, vivem idosos em situação bastante vulnerável, sem capacidade para reabilitarem as suas casas e por isso importa olhar para eles e tentar lhes responder. -----
----- Do ponto de vista de trabalho que eles fizeram desse levantamento, obriga aqui um investimento de quase 2,8 milhões de euros na totalidade desses edifícios e a nossa questão é perante um valor de facto avultado a nossa questão é que resposta prevê a Câmara Municipal para estas situações de isolamento em edifícios degradados? Como sabemos, até nalguns casos se colocam em causa a vida dos que dos que lá habitam, há situações de perigo de vida e, por isso parece-nos que era importante termos aqui a capacidade de concentrar alguns destes casos, alguns destes

casos, em edifícios próprios para o tema, ou seja, não é institucionalizar as pessoas, tentar tanto quanto possível mantê-las em casas, mas que possam ser concentrados edifícios para o efeito, que possam ter acompanhamento médico e acompanhamento social e, por isso, a nossa pergunta é que planos existem nesse sentido? Que respostas? Se a Câmara tem inclusive estes edifícios sinalizados e se há aqui até protocolos para aumentar a rede de vizinhança que promovam apoio domiciliário, apoio domiciliário especializado, que até possibilite a intervenção e reabilitação destes edifícios e, sobretudo que cuidem dos idosos que lá vivem. -----

----- Terminando, deixava sé também o conselho, se o Senhor Vereador Ricardo Robles puder receber esta Associação, parece-me que tem um trabalho feito em parceria com a Universidade Nova, de valor e com o Instituto Superior Técnico, para sinalizar e conhecer estes mesmos edifícios. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Vamos dar continuidade às perguntas do CDS, que também beneficia de cedência de tempo que já foi feita.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Santos (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e colocou as seguintes questões: -----

----- “Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Presidente de Câmara Fernando Medina, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.-----

----- Na interpretação subscrita pelo CDS, uma cidade sem cultura, não é uma cidade! É justamente uma porção de terra mal ocupada! -----

----- Nessa medida dir-se-á que sem cultura e a liberdade relativa que ela pressupõe uma sociedade por mais perfeita que seja não passa de uma selva, é por essa mesma razão que toda a criação autêntica e um dom para o futuro e esta frase “delapidar” não é minha, é de Albert Camus. Nessa esteira, a Câmara Municipal e esta é a pergunta que eu lanço ao Senhor Presidente e ao Vereador da Cultura, prevê dotar-se de instrumentos necessários para a divulgação e preservação das tradições originárias da Cidade, que deram origem a sua própria identidade em harmonia com as associações recreativas que ainda hoje dão vida?-----

----- Outra questão que eu gostaria de deixar neste âmbito, é se existe alguma estratégia articulada com a EGEAC e com as associações, que tenham um trabalho de carácter regular permanente e não meramente casual e pontual, para valorizar o património imaterial da Cidade, o seu legado, mas também a permanência da vastidão de culturas provenientes de várias zonas do País que confluem na Cidade de Lisboa.---

----- Por último, gostaria de deixar uma questão relativamente ao abandonado Campo de Golfe Municipal sito na Bela Vista, cujo terreno está devoluto há cerca de uma década e que durante este período não tem servido o superior interesse do Município. É um campo que durante a sua ocupação funcional se mostrou uma estrutura desajustada, quer no contexto local, quer até na sua aceção de vicissitudes e das necessidades culturais da Cidade, pergunto se existem eventuais projetos para o local,

quais são? E se está em condições de nos indicar os prazos de execução para os mesmos. Disse.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Temos mais dois Deputados inscritos do CDS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Fernandes (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e colocou as seguintes questões:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores. -----

----- O CDS-PP gostaria de colocar mais duas questões nesta sessão de perguntas à Câmara, relacionadas com as condições de habitação em Lisboa em dois Bairros de Lisboa. -----

----- A primeira questão refere o Bairro do Portugal Novo, aqui nesta freguesia em que estamos - a do Areeiro. Está inclusive a ser debatida a petição apresentada pelos Vizinhos do Areeiro, com 281 assinaturas, que alerta, para a urgência de regularização e municipalização do Bairro do Portugal Novo. -----

----- Recordamos que este bairro foi construído na década de 70 por uma cooperativa de habitação, entretanto falida. Este bairro situa-se perto da Rotunda das Olaias, quase que escondido ao olhar menos atento - entre os prédios da Gebalis, a esquadra da PSP e o edifício dos Serviços Sociais da Câmara e está hoje numa situação confusa no que respeita à propriedade das habitações apresentando um elevado grau de degradação e abandono. -----

----- São centenas de famílias que aqui residem e neste momento, independentemente da legitimidade de habitação de cada uma delas, a verdade é que derivado à degradação do edificado e do aparente bloqueio na resolução até à data, são muitas as pessoas que estão em situação de precariedade de habitação e até mesmo em perigo de vida. -----

----- Falamos de famílias inteiras, uns que moram em casas que lhes haviam sido atribuídas e cuja renda era paga à referida Cooperativa, outros que por circunstâncias da vida, ocuparam as habitações sem qualquer fiscalização em que nunca nada lhes foi cobrado nem prometido, originando situações de habitação totalmente irregulares. -

----- Além disto, temos ouvido com regularidade relatos de ocupações de casas, arrombamentos seguidos de ocupação de casas especialmente de idosos recentemente falecidos, vendas e alugueres ilegais, pressões sociais e conflitos entre famílias pela injustiça criada entre os que pagam e os que ocupam, bem como a venda de droga a aumentar e o medo de aqui residir cada vez maior.-----

----- Há muito tempo que esta situação se arrasta, o problema é do conhecimento de todas as forças políticas aqui representadas e não é de agora, pelo que perguntamos muito directamente à Câmara Municipal de Lisboa, o que vai fazer para resolver este problema?-----

----- Regularizar e Legalizar o Bairro? Assegura a habitação a todos os que lá residem? Qual o plano da Câmara para melhorar a qualidade de vida, segurança e habitação destas pessoas?-----

----- Relativamente à segunda pergunta sobre Bairros e habitação, referenciamos as obras no Bairro Quinta do Ourives na Freguesia do Beato. -----

----- Sabemos que Moradores apresentam queixas pela forma como as obras decorriam, bem como pela qualidade dos materiais, aparentemente de má qualidade e ainda que o prazo de conclusão estava largamente ultrapassado. -----

----- Sabemos também que na reunião descentralizada de Fevereiro deste ano, que a Vereadora Paula Marques, ao responder a uma morada referiu a empresa que executou a obra havia sido alvo de coimas devido do atraso. -----

----- Há um mês a empresa abandonou o local, já retirou inclusive os materiais e andaimes, sem que a obra tenha sido concluída. São visíveis vários erros, janelas colocadas apenas com massa, sem parafusos, estendais colocados há 2 meses já cheios de ferrugem, noutros locais nem os estendais colocaram. -----

----- Não há luz nas escadas, nem nos acessos aos apartamentos (em muitos locais nem fios estão instalados), nem instalação elétrica têm. -----

----- Escadas sem muro de proteção para a rua, desde o R/C até ao último piso (onde habitam crianças e pessoas idosas), telhados em equilíbrio sobre vigas de madeira mal colocadas, etc... -----

----- Além do incómodo a que os moradores estão sujeitos, há já demasiado tempo, o atual estado dos imóveis representa um enorme perigo para a integridade física de quem ali vive, podendo inclusive colocar as suas vidas em risco.-----

----- Questionamos assim, o ponto de situação da obra bem como justificação para os respectivos atrasos, falta de fiscalização e ainda plano e forma de resolução do que ainda está por fazer nesta intervenção realizada pela Câmara Municipal na obra no Bairro Quinta do Ourives. Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Penso que agora é a última inscrição do CDS-PP, e entretanto o próximo Partido para se ir preparando, depois das necessárias respostas da Câmara Municipal, será o Partido Socialista.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Bentes Penedo (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e colocou as seguintes questões: -----

----- “ Muito obrigada Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais. -----

----- Eu venho falar aqui de dois problemas de estaleiros de obras. O primeiro tem a ver com uma obra abandonada na Rua das Bússolas, no Parque das Nações que foi uma das primeiras obras a ter início depois da Expo 98 e que na altura se dizia que ia ser ali construída uma creche privada. Pouco depois de a obra ter sido iniciada, parou e que constou, sem nunca se ter sabido, propriamente a certeza, que aquela obra tinha sido embargada, tinha tido que parar porque estava a construir uma área superior, àquela que tinha sido aprovada -----

----- Não se sabe se isto é verdade, senão que ficou parado, não voltou a andar e que há cerca de 2 anos e meio voltou a existir movimento ali naquele local e falou-se que estava para ser edificada uma residência sénior, portanto, os trabalhos recomeçaram por pouco tempo, outra vez, porque mais uma vez a obra foi embargada e assim ficou até hoje. -----

----- Existe uma grua de grandes dimensões dentro do estaleiro que tem provocado o alarme ali no bairro, porque em alturas de mau tempo, as pessoas ficam assustadas, porque temem a queda daquela estrutura, que está abandonada há vários anos. No início de março, os moradores comunicaram aos bombeiros este receio e os bombeiros até foram lá para averiguar da segurança da estrutura. No estaleiro da obra há uma zona onde até o terreno foi, e que quando chove se forma um lamaçal e, portanto, é uma zona que está a céu aberto! E há uma estrutura de betão armado, inacabada também, que é um chamariz para todo o tipo de pragas! -----

----- Os moradores já se queixam há anos que há por ali ratos e ratazanas que circulam à vontade! Já existirão também quedas das chapas de vedação do estaleiro e que o deixa acessível a crianças e animais e a tudo o que queira para ali entrar. -----

----- Posto isto, as nossas perguntas são as seguintes: Primeira, qual é a situação daquela obra agora? Está embargada ou não? E porquê? No caso de estar.-----

----- Qual é a solução prevista pela Câmara Municipal de Lisboa para resolver aquele problema que se arrasta há diversos anos? Procedeu a Câmara ou intimou o construtor a proceder a uma desratização no estaleiro da obra? Na sequência das várias denúncias já feitas por moradores à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal de Lisboa? Se não fez está a Câmara pronta a proceder com carácter de urgência a uma desratização? É do conhecimento da Câmara que a grua se encontra montada e abandonada há vários anos, colocando eventualmente em risco os moradores e quem ali se desloca? Para quando se prevê o reinício da obra? -----

----- Por último, já foi ou não considerado pela Câmara Municipal a possibilidade de proceder à expropriação do terreno, indemnizando evidentemente o proprietário, por forma a resolver este problema, de mais de uma década e meia, porque o CDS considera que este terreno poderia ser utilizado para outros fins, como a construção de equipamentos públicos, que fazem falta na Freguesia há muito tempo, equipamentos escolares, equipamentos de saúde ou até a construção de uma sede condigna para a Junta de Freguesia. -----

----- Portanto, este foi o primeiro tema, o segundo é outra situação de obra abandonada, desta vez na Rua Dinah Silveira de Queiroz e diz respeito a um terreno que foi cedido a Fundação Luso-Brasileira e se encontra entaipado com placas de zinco há mais de 20 anos.-----

----- Portanto, não se sabe o que é que se passa com isto, sabe-se que está fechado e que está abandonado! Nós gostávamos de saber qual a situação deste terreno? Se a cedência foi efetivamente ou não concretizada? Quem é neste momento o proprietário do terreno? Qual é a previsão para o início de trabalhos naquele lote? Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. Vamos dar a palavra ao Senhor Presidente de Câmara e à sua equipa para responder às perguntas de CDS-PP. Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e respondeu às questões que lhe foram colocadas:-----

-----“ Muito obrigado. Eu vou responder a uma das questões depois darei a palavra, por esta ordem, e aos Vereador José Sá Fernandes, Ricardo Robles, Catarina Vaz Pinto, Vereador Manuel Salgado e Vereadora Paula. -----

----- Gostava de responder ao Senhor Deputado sobre a questão do Portugal Novo e a primeira questão que queria dizer é constatar e sublinhar aqui a demagogia em que se pretendeu neste momento entrar, de novo, aliás, imitando o que o PSD já tinha feito numa Reunião Pública, relativamente à atribuição de responsabilidades Municipais sobre a situação do Bairro Portugal Novo. -----

----- Quando o Senhor Deputado faz a pergunta, mas o que é que a Câmara vai fazer, eu pergunto-lhe e devolvo-lhe com duas perguntas, o que é que o IRU e o Estado fizeram nos últimos anos relativamente ao Portugal Novo? Ou melhor, nas últimas décadas e, em particular nos últimos anos e o Senhor Deputado tem boa forma, aliás, de ter uma resposta bem informada sobre o assunto. E de perguntar o que é que o Estado vai fazer sobre o património do Portugal Novo e sobre a gestão do Portugal Novo? Porque a questão fundamental que o Senhor Deputado omitiu de todo o seu todo o seu discurso, é que a chave da resolução de todos os problemas associados ao Portugal Novo está na mão do Estado Central! Está!-----

----- Não Senhor Deputado, não pode fazer que não” Pressionar o Estado no sentido de ser encontrada uma solução, aliás, volto a repetir, friso, o Senhor Deputado pode ter acordado para o problema agora, se reparar no programa eleitoral do Partido Socialista é o único programa eleitoral que refere a importância da resolução do problema do Portugal Novo! -----

----- O Senhor pode perguntar bem aos anteriores responsáveis do IRU, aos anteriores... Não, o que interessa é o futuro, não é Senhor Deputado, o que interessa é que o Senhor Deputado vem começar a fazer uma demagogia, como se isto hoje nascesse, a uma responsabilidade da Câmara, quando isto também é incompetência das Administrações do IRU, que o seu Partido apoiou!-----

----- Por isso não venha aqui com histórias, o Senhor Deputado não venha aqui com demagogias porque leva o troco! Leva o troco! -----

----- Por isso Senhor Deputado, muito recentemente, é que há limite para o deslante! Há limite para o deslante! Até há dois anos e meio atrás e durante os quatro anos anteriores, o IRU teve a tutela de um Membro do Governo CDS e sobre isto nada aconteceu no Portugal Novo! E os Senhores agora vêm-se fazer de virgens ofendidas, de virgens esquecidas e vêm dizer “Não, o que é que a Câmara faz com o Portugal Novo?”-----

----- Eu vou-lhe dizer, Senhor Deputado, vamos lá, é que a forma a demagogia a tratar questões sérias invalida que haja um debate sério entre nós sobre este assunto, é que eu não o levo a sério quando fala sobre isto, não o levo! Porque a questão central sobre o problema que enunciou, sobre o Portugal Novo é que o património edificado, isto é os edifícios, isto é, o credor da cooperativa falida é o Estado Português! Através do IRU e, por isso, todo o processo relativamente à gestão da cooperativa, da massa falida da cooperativa da legalização do património da cooperativa, da relação com os cooperantes dos que estão e dos que não estão, dos que poderiam estar, o próprio registo de tudo o que lá acontece está nas mãos do IRU! -----

----- E essa é a realidade básica, por isso, Senhor Deputado, a pergunta que deveria fazer é a seguinte: o que é que o Governo da República vai fazer relativamente ao Portugal Novo? E deve fazer essa pergunta e fá-la bem, e fá-la bem, e o que eu estou só recordar é que ainda muito recentemente, um Governo muito próximo da sua simpatia teve responsabilidade direta sobre a gestão do IRU e nada fez relativamente à resolução do problema! -----

----- Não, Senhora Deputada, eu sei que a sua memória é muito curta e seletiva, agora gostava de lhe dizer, é o seguinte: há limites para a demagogia, há limites para a demagogia! Se os Senhores quisessem tratar seriamente o problema do Portugal Novo tratam e perguntam, colocando a questão social e identificando a importância dele ser tratado! Quando os Senhores querem transformar para o Portugal Novo uma responsabilidade do Município, o que eu lhe respondo é que isso é demagogia barata e demagogia que não lhe aceito e que mina qualquer debate sério sobre o assunto!-----

----- Por isso o que nós vamos tentar fazer é seguramente melhor do que aqueles que tiveram responsabilidades sobre a gestão do Portugal Novo conseguiram fazer nos últimos anos sobre o assunto. -----

----- Senhor Vereador, peço para responder às restantes questões o Vereador José Sá Fernandes.” -----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e respondeu às questões que lhe tinham sido colocadas: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Senhores Deputados, vou tentar responder sucintamente às perguntas que me foram dirigidas, ao Executivo, em relação ao denominado Campo de Golfe, é uma situação que se arrasta em Tribunal, precisamente há 10 anos, aliás, com situações até um pouco *sui generis* porque o próprio Tribunal não nos deixa a nós, Câmara Municipal de Lisboa, intervir no local e, portanto, numa deliberação que a Câmara teve, aliás, com o apoio do então Vereador do CDS, Pedro Feist, que deliberou acabar com uma situação absolutamente injusta, do nosso ponto de vista, para a Cidade que era a continuação de um sítio que não existia como Campo de Golfe, no Campo de Golfe, no sítio denominado de Campo de Golfe, até lá essa deliberação foi impugnada e sucessivamente temos vindo a discutir em Tribunal a posse do território. -----

----- A Câmara tentou também por várias vezes tomar, independentemente da decisão final que venha a ter o Tribunal, tomar posse do terreno, mas infelizmente não tem

conseguido que isso aconteça, portanto, é um terreno que, neste momento está em Tribunal, estamos de mãos atadas para o resolver. -----

----- Em relação ao Regulamento do Arvoredado, a primeira coisa, portanto, eu vou repetir, é uma ação que está em Tribunal e em que a Câmara está impedida de intervir nesse local, se os Senhores Deputados quiserem que a Câmara desrespeite o Tribunal estão na sua opinião, eu cumpro aquilo que é ordenado pelo Tribunal.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- Senhor Deputado, peço desculpa de o interromper, mas agradecia era que enviasses uma cópia da decisão do Tribunal para os Deputados que não conhecem, por ignorância.” -----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes**, no uso da palavra, continuou:-----

----- “Muito bem. -----

----- Por outro lado também não queria deixar de dizer que a Câmara Municipal de Lisboa, foi um Regulamento de Arvoredado aprovado nesta Assembleia Municipal e que está publicado em Diário da República, quer dizer, nós todos, não é um Regulamento de A, B ou C, é um Regulamento da cidade de Lisboa e que nós temos que prosseguir, com dois pontos aqui muito importantes, eu pessoalmente e o Executivo, têm plena confiança na maneira como as Juntas de Freguesia gerem aquilo que lhes está atribuído. -----

----- Em relação ao Regulamento do Arvoredado existem algumas situações que nós temos que trabalhar com as Juntas de Freguesia, porque, de facto, nos autos de transferência, os autos de transferência tiveram em conta realidades que existiam na altura, que são diferentes das presentes, nomeadamente, o custo que a Câmara tinha com o arvoredado quando foram feitos os autos de transferência e aquilo que são as necessidades que a Cidade sente hoje para tratar deste tipo de situação. -----

----- Por outro lado, como eu disse, a formação, o apoio que temos que todos em conjunto dar, nesta matéria, é um processo contínuo, como eu há pouco disse e que está em evolução para termos a melhor gestão do arvoredado possível. -----

----- É evidente que não posso esconder que pode haver uma falha aqui ou ali, seja da Junta, seja da Câmara, seja de quem for, mas que a maior parte do arvoredado tem tido, está bem gerido e que estamos a fazer um trabalho em conjunto para que ele, para que todo ele possa ser gerido da melhor forma possível. -----

----- Uma das maneiras que temos para o fazer é de facto a georreferenciação, com todos os dados que são precisos para que essa informação sirva para a própria gestão, mas que também seja disponibilizada. O primeiro contrato de aquisição de serviços foi rescindido, por sucessivos incumprimentos contratuais, foi lançado um novo procedimento, que está a neste momento em fase de adjudicação. -----

----- Não é possível ainda estimar um prazo para essa disponibilização, é um sistema de informação muito importante, com um grau necessário e útil, uma vez que envolve vários serviços, envolve outros sistemas de informação já existentes e envolve a criação de bases de elevada complexidade, que não pode ser preparado um dia para o outro.

----- A plataforma servirá numa primeira fase para os gestores do arvoredo, enquanto está a ser compilada informação de diferentes bases de dados e apenas numa segunda fase será disponibilizado ao público a informação pertinente, até lá a informação que existe na Câmara é sempre disponibilizada às Juntas de Freguesia, que colabora, a Câmara colabora permanentemente com as Juntas de Freguesia procurando resolver ou apoiar tecnicamente, quando solicitado e necessário.-----

----- Este, como disse, é um processo contínuo, com ajustes e melhorias contínuas, as podas e os abates municipais são operações de gestão corrente, com critérios bem estabelecidos no Regulamento, aliás como o Senhor Deputado referiu, e que necessita, obviamente, de equipas técnicas habilitadas ou contratadas, mas que a Câmara está sempre, como eu disse, a colaborar com as Juntas de Freguesia para os habilitar a tomarem as melhores decisões sobre esta matéria. -----

----- Sabemos que existem também algumas lacunas em matéria de comunicação das operações de abates e de podas e estamos a melhorar, nomeadamente, com a plataforma e que será muito melhorada, com a plataforma eletrónica de gestão e, portanto, este é um processo que está a evolução continua o Regulamento que está em vigor é aquele que foi publicado e aprovado pela Assembleia Municipal. Julgo que em colaboração com Juntas de Freguesia podemos dar passos significativos ainda durante este ano, depois com a plataforma eletrónica de gestão, acho que o trabalho fica, e com essa disponibilização, com a disponibilização dessa plataforma à população julgamos que temos as ferramentas necessárias para apaziguarmos esta matéria da Cidade. -----

----- Reconheço que tem havido situações de falta de comunicação ou de intervenções aqui e ali menos cuidadas, incluindo da Câmara Municipal de Lisboa, mas julgo que isto será ultrapassado, o regulamento das normas técnicas são muito precisas, são bem-feitas, como, aliás, foi salientado e aqui é preciso é articulação nesta matéria. -----

----- Já respondi Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Robles**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e respondeu às questões que lhe foram colocadas: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, boa-tarde a todos e a todas, boa-tarde ao público. -----

----- Muito rapidamente, o Senhor Deputado pôs duas questões, uma relacionada com as salas de consumo assistido, outra sobre a população sénior e as respostas que temos pensadas. -----

----- Vejo que está bastante bem informado, conhece a Lei, está sensibilizado para o problema e pareceu-me que está disponível para encontrar estas respostas, acho que o primeiro passo que temos que dar é eliminar do léxico as “salas de chuto”, são salas de consumo assistido, permitem o consumo, permitem a assistência às pessoas, não devemos usar esse termo, até porque o consumo não é só feito de forma injetável, pode ser também fumado e, portanto, acho que deve ser o primeiro contributo a dar. ---

----- Sobre localizações, temos três diagnósticos feitos, os três diagnósticos estão concluídos, serão apresentados publicamente dia 19 de abril, e a apontam para três zonas da Cidade. Estas respostas têm que ser dadas nos locais onde os consumos

acontecem, não vamos inventar novos locais, não vamos levar consumo para onde ele não existe, temos de dar as respostas onde temos este problema! E as zona que estão identificadas uma e na Alta de Lisboa, na zona do Lumiar; a outra, no anteriormente e Casal Ventoso, o antigo Vale de Alcântara; e uma terceira numa zona mais dispersa na zona Ocidental de Lisboa, e que terá uma equipa móvel e não um equipamento fixo em oposição às outras duas soluções. -----

----- O modelo é um modelo que permite o consumo, mas é muito mais do que isso, tem uma resposta social, permite uma resposta de apoio alimentar básico, serviços de higiene, apoio social, apoio psicológico, cuidados de enfermagem, sobretudo rastreios de infeções transmissíveis e, portanto, é uma resposta multidisciplinar e que não se concentra apenas no consumo, é também esse interface importante com esta população, a quem muitas vezes não conseguimos chegar. -----

----- Sobre a previsão, como disse no dia 19 de abril será feita uma Sessão Pública para a apresentação destes diagnósticos, queremos contar com a presença de todos e de todas, enviaremos à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, o convite para todos os Deputados e Deputadas Municipais possam estar presentes e naturalmente disponibilizamo-nos para vir à Assembleia Municipal fazer uma sessão de esclarecimento, uma sessão de perguntas, de debate, o que entenderem! -----

----- Temos estado em contacto com as entidades que estão a trabalhar este tema, a semana passada tive com o Grupo de Dependências da Comissão Social de Freguesia do Lumiar, que tem envolvido toda a comunidade de associações moradores, as organizações trabalham terreno, centro social, a SGAL tem estado presente, o Centro de Saúde e, portanto, é uma discussão que está no terreno, ainda bem, já está há vários anos, por exemplo, no Lumiar, e queremos que seja uma resposta participada por todos e por todas. -----

----- Sobre a resposta à população sénior e ao isolamento, ao início da tarde, antes da Assembleia Municipal, estive numa reunião com a ARS, com o Doutor Luís Pisco, esteve também a Santa Casa e o Coordenador da Rede de Cuidados Continuados Integrados Nacional, é uma resposta de apoio domiciliário que queremos dar, no âmbito do grande, enorme, programa que temos Lisboa Cidade De Todas As Idades, foi apresentado publicamente, é um programa que tem muitas ramificações, é dirigido à população sénior e tem esta grande componente que é dar apoio domiciliário, irmos às casas das pessoas, naturalmente, terá uma resposta também de institucionalização numa fase final onde a institucionalização já não é, é única solução, mas queremos adiar essa resposta o mais possível e queremos manter a população sénior, esta população fixa nas suas residências, nos seus locais, nas suas comunidades, nas suas redes de vizinhança e, por isso, queremos desenvolver esta rede de cuidados domiciliários. -----

----- Temos também dentro deste programa a perspetiva desenvolver um programa que já existe na Câmara Municipal de Lisboa, que é o Casa Aberta e que envolvendo as Juntas de Freguesia, fazer um programa robusto de intervenções nas casas desta população adaptando-as às suas necessidades, às vezes são coisas muito pequenas que fazem uma grande diferença no conforto e até na segurança dentro das casas, a

adaptação de uma banheira para uma base de duche, um degrau que está mais difícil vencer, um corrimão, são pequenas reparações, pequenas adaptações que permitem melhorar muito a qualidade de vida e reforçar esta ideia de que esta população tem o direito e nós temos o dever de garantir que podem permanecer nas suas casas, nas suas comunidades, o mais longo período de tempo possível.” -----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e respondeu à questões que lhe foram colocadas: -----

----- “ Muito boa-tarde a todos e a todas. -----

----- Em relação à questão colocada sobre o apoio ao associativismo cultural, na verdade, o associativismo que o Senhor Deputado se refere, hoje em dia na Cidade de Lisboa, diria que está mais presente na atividade das coletividades que promovem as Marchas Populares e como sabem, são apoiadas pela Câmara Municipal de Lisboa. ----

----- Temos também o apoio às bandas e também nesse âmbito, temos apoiado por exemplo obras de requalificação de espaços, ou mesmo equipamentos e de aquisição de instrumentos, temos depois através dos programas da EGEAC, o grande concurso na verdade, que são as Sardinhas de Lisboa, que têm hoje uma expressão mais contemporânea e tecnológica, mas que de alguma forma permite reinventar essa criatividade também própria de todas as pessoas, todos os residentes de Lisboa e hoje não só, espalha-se pelo Mundo e também mais recentemente uma tradição que a EGEAC tem vindo a reativar, no âmbito das Festas Populares, que são os Tronos de Santo António, como sabem durante o mês de junho, são oferecidos vários Tronos, os suportes à população que depois os decora, de acordo com a sua imaginação e criatividade e que é colocada à porta dos estabelecimentos comerciais, à porta das casas de cada um e que nos últimos anos tem que ganho um grande relevo e é também uma iniciativa promovida pelo Museu de Santo António. -----

----- Depois em relação ao património imaterial, na verdade, o nosso grande património imaterial é o fado que, como sabem é que é Património Imaterial da Humanidade, mas que tem sido persistentemente alimentada essa tradição, quer através da promoção, através da execução da candidatura, que não se esgotou no próprio reconhecimento em si, portanto, tem junto toda uma parte ligada à questão arquivística, à questão da documentação, à questão de todas as publicações que são sobre o fado e também o permanente apoio aos novos valores emergentes e também aos consagrados, através de concertos que são coproduzidos com o Centro Cultural de Belém e ainda, por exemplo, a Grande Gala das Coletividades do Fado, que já de há uns anos para cá é também realizada nos Paços do Concelho e, portanto, essas são as medidas principais, há também Programa o Ramo, o Regulamento de Apoio às Associações de Lisboa às quais as entidades eventualmente podem concorrer e também entendemos que esta é uma área de partilha com as próprias Juntas de Freguesia, que na verdade estão bastante mais próximas destas coletividades. Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e deu respostas às questões que lhe foram colocadas: -----

----- “Em relação à questão suscitada sobre a Rua das Bússolas, a obra foi embargada já não há uns largos anos, o empreiteiro partir de certa altura deixou de pagar as taxas de ocupação de via pública e já em março deste ano, portanto, a obra esteve embargada e em março deste ano foi intimado a desmontar, foi dado um prazo para desmontar a grua e levantar o estaleiro da obra. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e respondeu às questões que lhe foram colocadas: -----

----- “Boa-tarde a todas e a todos. -----

----- Em relação às obras da Quinta do Ourives esclarecer rapidamente a Assembleia que no decorrer da empreitada dos lotes F, G e H, que foi adjudicada segundo concurso público a um determinado construtor, a um determinado empreiteiro, foi consignada a 6 de março de 2017 e no início da execução dos trabalhos, e que estava previsto a empreitada demorar 9 meses, o empreiteiro muito rapidamente revelou uma incapacidade técnica, por falta de mão-de-obra de cumprir o plano de trabalhos por si apresentado, portanto, nós fomos aplicando, fomos fazendo fiscalização, não é uma questão de falta de fiscalização fomos fazendo a fiscalização da empreitada, e que os vários pedidos sucessivos de prorrogação do prazo, que foram rejeitados exatamente o que entendíamos que deveríamos pressionar o empreiteiro a cumprir aquilo que era o caderno de encargos e a empreitada e a importância que as obras tinham para os moradores da Quinta do Ourives. Em outubro de 2017, nós calculamos uma multa sobre a infração contratual e demos conta da decisão ao empreiteiro de aplicação dessa multa e o empreiteiro foi também informado da intenção de rescisão do contrato da empreitada e, portanto, a decisão toda da rescisão do contrato foi a 22 de março de 2018, foi recentemente e, desde a altura da intenção, da comunicação da intenção até agora, até ao momento da rescisão do contrato, o empreiteiro teve um comportamento absolutamente indigno daquilo que é a sua profissão, não só prejudicou o pouco que já tinha feito como mentiu aos moradores dizendo que as obras estavam paradas porque a Gebalis e a Câmara de Lisboa não cumpria com as suas obrigações e não pagava ao empreiteiro, não, nós não temos nada a ver com o incumprimento da parte da Gebalis ou da Câmara, tem a ver com o incumprimento do empreiteiro e com a consequência, aplicação de multas que nós entendemos que o devemos fazer, o que aconteceu foi a rescisão do contrato, já lançámos novo concurso de empreitada para completar a obra e não entretanto todas as todas as intervenções que entendamos que para os moradores, que sejam lesivas para os moradores e para o bem-estar dos moradores, vamos assegurar com a empreitada direta, nossa.-----

----- Dizer também, que foi comunicado aos moradores a real situação, desmentindo aquilo que o empreiteiro foi dizendo ao longo do tempo, como desculpa da sua má conduta e do seu mau trabalho. Obrigada Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, penso que acabaram assim intervenções da Câmara em resposta a este Grupo Municipal.-----

----- Para dar conta que vamos encerrar as votações aqui à nossa esquerda, portanto, se está alguém na sala que ainda não votou pode ir “*last call*”, para exercer o direito de voto. -----

----- Também para chamar a atenção da Câmara Municipal para a boa gestão do tempo que deve fazer em relação às intervenções que têm, embora naturalmente, poderá beneficiar de cedências tempo, como é habitual.-----

----- O terceiro Grupo Municipal inscrito é o Partido Socialista e, portanto, vamos passar a chamar os Senhores Deputados Municipais do Partido Socialista.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Cardoso (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e colocou as seguintes questões: -----

----- “Boa-tarde Presidente da Mesa da Assembleia, boa-tarde Senhor Presidente da Câmara, Ilustres Vereadores. -----

----- A pergunta é dirige-se efetivamente ao Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro, que não estando presente, não vou deixar de colocar. Foram realizadas recentemente obras em vários locais da Freguesia onde foram contempladas as chamadas Eco-Ilhas, tendo sido abordagens frequente por parte dos moradores. Qual o destino a dar aos contentores que guardam dentro das suas casas? Existe alguma solução? Vão ser recolhidos pela Câmara Municipal de Lisboa ou vão manter-se, nessas zonas? Ou a recolha vai-se manter nessa zona a chamada recolha do porta-a-porta? Esta é a pergunta. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e colocou as seguintes questões: -----

----- “Muito boa-tarde Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Excelentíssima Mesa, Senhores Deputados, Senhores Funcionários, Jornalistas.-----

----- Eu tenho quatro perguntas para a Câmara, muito simples, e faço mesmo perguntas, não faço discurso.-----

----- Queria começar por falar sobre o MUDE, se bem que o MUDE tenha continuado e saúdo a sua atividade apesar de estar encerrado para obras, li no outro dia no jornal que as obras estão atrasadas. Gostaria de perceber qual é o atraso e para quando está prevista a reabertura do MUDE, que faz muita falta naquela estrutura do centro histórico da cidade. -----

----- A segunda pergunta tem a ver com as Lojas e as Oficinas Com História, saúdo a Câmara de Lisboa por ter sabido criar as lojas com história e agora as oficinas com história que ele saúde duplamente, porque, de facto, é importantíssimo que se mantenham estes pequenos artesãos no centro histórico, que continuam a manter vivo o espírito da Cidade. Apesar disso, obviamente, continuamos a assistir ao encerramento de muitas destas lojas e a última delas foi a Livraria Lello, na Rua do Carmo, que eu sei que sei que foi encerrada em concordância com o proprietário, porém, eu ainda hoje passei lá de manhã, fui ver como é que estava e realmente a fachada está um caos e é uma fachada muitíssimo bonita, isto é um exemplo.-----

----- Eu gostaria de perguntar como é que vamos salvaguardar, apesar destas lojas mudarem destas oficinas mudarem de ramo, obviamente vão mudar de ramo e de dono, eu gostaria de saber como é que a Câmara vai conseguir salvaguardar muitos

dos interiores que são importantíssimos e muitas das fachadas que são também importantíssimas e dou este exemplo da Rua do Carmo, da Lello que acabou de fechar. -----

----- Isso é extremamente importante, para além desta classificação que saúdo, eu acho que tem que continuar este trabalho salvaguardando os interiores e as fachadas, aliás, há exemplos disso, em lojas na Rua Garrett, como a Pompadour, que manteve os interiores, etc., portanto, há bons exemplos, mas também há maus exemplos, que agora não vou citar porque não vale a pena, toda a gente conhece. -----

----- Por fim, que gostaria de pôr duas questões relativamente às associações recreativas da Cidade, que são um tema importantíssimo para todos nós, que todos nós temos muito carinho e que também têm um problema de instalações, porque como pagam rendas baixas e, portanto, os proprietários começam a mandá-los embora, e se mudam de bairro, deixam de ser a Associação Recreativa daquele bairro, passam a ser de outro e, portanto, perdem a sua identidade. -----

----- Eu gostaria de saber, porque passaram por nós com Petições, o que é que está a acontecer com o Ginásio do Alto Pina, se se já lhe foram encontradas instalações e com a Associação Recreativa Guilherme Coussul, que foi aqui posta uma vez uma hipótese pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Estrela, que seria possível alojá-los na antiga sede da Junta de Freguesia de Santos. Gostaria de saber qual será, enfim, o futuro destas duas Associações Recreativas. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Patrício (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e colocou as seguintes questões:-----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente, em exercício, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Carlos Vereadores, Deputados e público presente. -----

----- Este ano assinala-se a comemoração do 20º aniversário da Expo 98, tendo sido um evento único no país que veio transformar toda a zona oriental da cidade de Lisboa, irá Câmara Municipal de Lisboa promover iniciativas de cariz cultural que destaquem esta efeméride? É uma questão que coloco à Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto. -----

----- Coloco agora uma questão que o Senhor Vereador Ricardo Robles. A conclusão da 2ª fase da Escola Básica do Parque das Nações é algo que toda a comunidade da Freguesia aguarda com ansiedade, sendo um compromisso assumido pela Câmara Municipal de Lisboa para o mandato em curso, é importante dar a conhecer o estado dos trabalhos que antecedem o lançamento da empreitada de construção, assim, gostaríamos de saber se o projeto de execução está concluído? Quais as suas valências e para quando se prevê o início da empreitada?-----

----- Relativamente a temas de mobilidade também relacionadas com a Freguesia à qual presido gostava de dirigir umas questões ao Senhor Vereador Miguel Gaspar, relativamente ao troço Norte da Alameda dos Oceanos deverá ser considerado uma via de tráfego local. Para quando prevê a Câmara o início da intervenção que visa transformar esta via em zona 30? Com a inclusão dos trabalhos de sobrelevação de passadeiras para peões, nomeadamente nos cruzamentos com as Ruas do Zambeze e a

Rua de Moscavide e também incluindo a expansão da Rede de Ciclovias até ao limite Norte da Freguesia, ou seja, até ao limite também do Município, que é o Rio Trancão.-

----- Também gostaríamos de saber quais as medidas de controlo e fiscalização noturna de estacionamento e tráfego da Freguesia, que a Câmara irá implementar nos dias de grandes eventos que acontecem regularmente na FIL e no Altice Arena? E também para quando a ligação da rede semafórica desta Freguesia ao sistema Gertrude? Toda a gente sabe que esta parte da Freguesia ainda não foi contemplada com a gestão eletrónica da relação tráfego rodoviário, que está em vigor pela Câmara Municipal. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Davide Amado (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e colocou as seguintes questões:-----

----- “Senhor Presidente, em exercício, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caras e Caros Colegas Deputados.-----

----- Trago brevemente duas questões, uma inclusive que já fiz aqui no mandato passado, que tem a ver com a Biblioteca Municipal de Alcântara, que na altura fomos esclarecidos sobre o problema que havia com a adjudicação daquela obra por parte da Sociedade de Reabilitação Urbana Ocidental.-----

----- Atualmente as obras estão a decorrer, a nossa pergunta é muito clara, é quando termina essa obra? Qual é o modelo de gestão que a Câmara tem preconizado para aquela Biblioteca Municipal? E dando mais uma vez conta aquilo que é nossa intenção de fazer parte dessa gestão com a Câmara Municipal de Lisboa, uma vez que é um equipamento cultural, de extrema importância para o nosso território e quando achamos que a ligação a outras entidades culturais, como a Academia de Santa Mário e outros teatros que temos no nosso território e a atividades promovidas pela Junta, como a Universidade de Alcântara Sénior e outras atividades culturais, é essencial que essa questão seja partilhada, portanto, Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto, certamente, trará boas notícias a esta Assembleia. Gostaríamos de saber quando estará concluída essa obra e se existe esta questão da gestão partilhada prevista para por parte da Câmara Municipal de Lisboa?-----

----- Outra questão prende-se com a situação da construção de um acesso pedonal, uma ponte pedonal junto ao pilar 7, aquando da visita ao pilar 7, em reuniões que o Turismo de Lisboa foi-nos informalmente referido que havia essa intenção por parte da entidade da Câmara Municipal de Lisboa, da construção desse acesso pedonal, dessa ponte pedonal junto ao pilar 7, é para nós essencial que exista essa construção de facto, que essa construção seja possível que pessoas com mobilidade reduzida, possam fazer a travessia para junto ao Rio, uma vez que nós somos a Freguesia que costumamos dizer que acorda no Monsanto e adormece no Tejo, mas temos esta barreira física que nos impede de ligação junto ao rio Tejo, mas temos esta barreira física que nos impede a ligação junto ao Rio Tejo e a construção desta ponte, junto ao pilar 7 iria permitir que de forma inclusiva todos pudessem aceder ao Rio. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, agradecemos o bom contributo para a gestão do tempo das intervenções.-----

----- Também antes de passar a palavra à Câmara para as respostas, pedir ao PPM e ao Partido Comunista Português que indicaram escrutinadores para poderem se dirigir ali à Mesa de apuramento, de modo a que depois possamos anunciar os resultados.-----

----- Senhor Presidente da Câmara para as respostas da Câmara, ao Grupo Municipal do Partido Socialista.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Obrigado Senhor Presidente, peço para começar as respostas o Vereador Manuel Salgado, depois João Paulo Saraiva, Catarina Vaz Pinto, Paula Marques, Ricardo Robles e Miguel Gaspar.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e respondeu às questões que lhe foram colocadas: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Portanto, em relação à obra do MUDE, o contrato foi rescindido por atraso do empreiteiro, no prazo fixado para a conclusão da obra estava realizado apenas 17 por cento do trabalho, portanto, neste momento a ser lançada a nova empresa. -----

----- Em relação à Biblioteca de Alcântara só para dar informação que está prevista a conclusão da obra no final deste ano, mas depois a Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto explicará o resto. -----

----- Quanto ao acesso pedonal, portanto, por cima da linha do caminho-de-ferro em Alcântara junto ao pilar da Ponte está em estudo, mas ainda não há nenhuma decisão. Há duas alternativas que estão a ser estudadas, uma com elevadores, outra com rampas, o valor é muito elevado e, portanto, ainda não foi tomada decisão quanto à sua execução. Obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e respondeu às questões que lhe foram colocadas:-----

----- “Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, a instalação de contentores subterrâneos tem como função ser uma rede de suporte e não um sistema alternativo à deposição, neste sentido os moradores com os contentores, irão colocá-los na remoção nos dias atribuídos a sua área de residência. ---

----- Nas situações em que exista uma maior produção de resíduos deverão utilizar os equipamentos subterrâneos existentes, na proximidade, de forma a permitir que outros condóminos tenham espaço para deposição do respetivo resíduos, portanto, são sistemas alternativos, não há nem nenhuma alteração, apenas complementaridade. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e responder às questões que lhe foram colocadas: -----

----- “Muito obrigada, portanto, em relação às várias perguntas que me foram colocadas em relação à Guilherme Coussul o que está previsto é que a Guilherme Coussul saia das suas instalações agora até junho deste ano e neste momento que o que já está decidido, é uma solução transitória que irá em parte para a Casa dos Mundos e depois a parte toda de apresentação de espetáculos irá ser negociada

localmente, eventualmente com outras instituições do bairro, mas a solução definitiva está pensada ser com a Junta de Freguesia, mas ainda não estão, os um os *timings* ainda não estão acertados, mas é uma solução que está a ser estudada. -----

----- Em relação à Expo 98, de facto, está a ser preparado um programa de comemorações, não apenas pela Câmara, mas em que a Câmara participará e, portanto, no próprio dia irá haver uma inauguração, que está a ser organizada pelo Oceanário de Lisboa e que envolverá também o Governo e a Presidência da República e depois as várias iniciativas que a Câmara está a preparar têm a ver com uma exposição de fotografias de Bruno Portela, que é uma exposição de fotografias na rua sobre como era a Expo antes da intervenção e depois da intervenção. Está previsto um Vídeo *Mapping* durante o mês de maio e junho, está previsto um programa de recuperação das obras de arte pública e possível um programa de visitas e possivelmente uma publicação. Está previsto um concerto da Orquestra Metropolitana no dia 30 de setembro, debaixo da pala para assinalar o encerramento da Expo, está previsto também um seminário organizado pelo Arquivo Municipal de Lisboa pela Faculdade de Letras, que precisamente se irá debruçar sobre o espólio que o Arquivo Municipal recebeu da Parque Expo no final de 2016, também deverá ser dado o nome de Mário Ruivo a um Jardim em frente ao Oceanário, e também ainda alguns outros projetos ainda que estão pendentes, mas, na verdade já é um programa bastante substancial, portanto, referi o vídeo *mapping*, que terá também durante os dois meses, um aos fins de semana, terá várias apresentações, e ainda numa uma iniciativa muito importante também, enquadrada de alguma forma nos que nos 20 anos da Expo, que também foram os 20 anos do Lux e, portanto, o que está pensado em ser inaugurado em maio no Hub-Criativo do Beato, uma exposição organizada pelo próprio Lux e pela EGEAC relativamente aos 20 anos numa exposição fotográfica relativa aos 20 anos daquela instituição, na verdade da cidade de Lisboa, que se torna ainda mais pertinente por ocasião, agora do falecimento de Manuel Reis e, na verdade, posso-vos dizer que foi grande o último grande projeto em que ele esteve envolvido, foi na preparação desta exposição e que foi pensada a par e passo por ele e, portanto, que vai a inaugurar a no final de maio.-----

----- Em relação à Biblioteca de Alcântara na verdade, dada a tipologia da Biblioteca, ela deverá ser uma Biblioteca âncora, gerida pela Câmara, em parceria com a Junta, no sentido em que todas as bibliotecas, elas hoje também são espaços da comunidade e, portanto, toda essa interação como comunidade, com a Universidade Sénior, com os residentes, com as várias instituições da Freguesia, será devidamente articulada em tempo oportuno, diria que no princípio de 2019, a Biblioteca poderá abrir porque depois da conclusão das obras ainda há um trabalho importante de montagem, instalação e equipamentos, constituição das equipas, etc.. -----

----- Ainda em relação ao programa das Lojas Com História, na verdade a própria classificação também abrange os interiores e as fachadas, portanto, independentemente da cessação da atividade essas especificidades têm que ser mantidas no projeto que vier a substituir o anterior e, portanto, isso compete aos Serviços de Urbanismo velar pela preservação desses elementos, que justificaram a

atribuição também da Loja Com História no caso em que os elementos arquitetónicos e patrimoniais tiveram interesse relevante, mas, na verdade, isso é um, a própria Câmara tem que fiscalizar a manutenção e preservação desses elementos. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e respondeu às questões que lhe foram colocadas: -----

----- “Senhor Presidente, eu em relação à questão específica do Ginásio do Alto Pina posso transmitir aquilo que tem sido o meu acompanhamento e solidariedade com várias organizações da cidade de Lisboa que estão a ver os seus contratos não renovados, por aplicação da Lei do Arrendamento Urbano e, portanto, têm chegado a mim, via várias, vias várias ou diretamente ou através de Presidentes de Direção de Organizações desde associações desportivas e culturais, associações de setor, associações profissionais, repúblicas, etc., portanto, aquilo que eu tenho vindo a fazer é, eu nunca digo que não a uma organização, a um cidadão, a uma cidadã e, portanto, reúno com toda a gente, não sendo da minha competência direta, é articular com os Vereadores, Colegas Vereadores e Vereadoras que têm as competências específicas na matéria, tentando encontrar alternativa. -----

----- Em relação ao Ginásio do Alto do Pina e entendendo a questão que põe a Deputada Simonetta Luz Afonso sobre a deslocalização das organizações e a perda da identidade e até da relação e do trabalho que fazem, em relação ao Ginásio do Alto do Pina como outras organizações, o que eu faço sempre também é articular com as Juntas de Freguesia e, portanto, eu reuni com o Alto do Pina e com a Junta de Freguesia da Penha de França e traçámos um plano, plano A e plano B, o plano A era através e com o apoio da Junta de Freguesia de encontrar uma alternativa na zona, tentando que a sede social não saísse, até por uma questão da organização da Marcha, não saísse da Freguesia e o que na altura eu propus, e quem dá o que tem a mais não é obrigado, diz o dito popular, que foi aquilo que eu tenho à minha disposição, é espaços não habitacionais em Bairros Municipais, próximos, que possam estar à disposição das coletividades para não pararem o seu trabalho, não quer dizer que possam continuar a fazer o trabalho da mesma maneira que faziam antes e, portanto, eu pus várias hipóteses ao Ginásio Alto do Pina, umas foram recusadas por razões do Alto do Pina, outras ficaram de ponderar mas acima de tudo é um plano B, se o plano A com a Junta de Freguesia de proximidade não resolver. Mas isto é o que eu tenho feito com várias organizações que batem à porta, quer à minha porta, quer à porta de outros, dos Deputados, por exemplo, dos Cidadãos Por Lisboa, que nós temos procurado encaminhar para aquilo que são os Vereadores com matéria competente. Muito obrigada Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Robles**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e respondeu às questões que lhe foram colocadas: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhor Presidente da Junta do Parque das Nações, de facto, a 2ª. fase da Escola Básica do Parque das Nações é uma ambição, uma reclamação importante da comunidade escolar e uma reivindicação forte da Junta de Freguesia também, já a visitei duas vezes na companhia do Senhor Presidente. -----

-----Temos esse compromisso de pressão sobre a tutela, porque a ampliação, a 1ª fase da obra foi concluída em 2010 e a fase seguinte dos ciclos os segundos 2º e 3º ciclos, era já de seguida e passaram oito anos e continua o terreno vazio.-----

----- Temos já dois pedidos, um feito por intermédio do Senhor Presidente à tutela para reunimos com a Parque Escolar, para saber exatamente o ponto de situação do projeto, não temos resposta, vamos continuar a insistir, é naturalmente uma preocupação que partilhamos convosco e com a comunidade escolar.”-----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e respondeu às questões que lhe foram colocadas:-----

----- “Senhor Presidente, obrigado.-----

----- Relativamente às questões colocadas na Freguesia do Parque das Nações relativamente à questão do sistema Gertrude, aquilo que está previsto é que entre o 2º e 3º trimestre deste ano seja lançado procedimento com vista à integração dos semáforos do Parque das Nações no sistema Gertrude e, portanto, em princípio algures no final deste ano, princípio do próximo o sistema deverá estar operacional. ---

----- Relativamente à questão da ciclovia e da acalmia de tráfego da Alameda dos Oceanos eu e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia tivemos uma reunião no início do mandato, em que concordamos que os planos estão previstos para aí não eram os melhores, que achávamos que que era possível fazer melhor do que aquilo que estava previsto e estamos a trabalhar nesse sentido.-----

----- Isto também pega com o outro tema da questão que foi identificado pela Junta de Freguesia, questões de estacionamento na envolvente do Casino, da fiscalização da EMEL, etc., de temas relacionados com a atividade da EMEL e, portanto, aquilo que vamos fazer é que a EMEL vai pegar no tema, como um pacote, vai fazer, de facto a revisão da questão da ciclovia de forma, a estar a pôr a ciclovia do lado dos passeios e a tratar dessa questão de acalmia de tráfego, como já tínhamos acordado e também trabalhar naquilo que é o reordenamento do estacionamento na envolvente deste geradores, de forma a ter uma atividade mais eficiente e que sirva melhor as pessoas na envolvente destes equipamentos. -----

----- Relativamente à questão da fiscalização tomámos boa nota, neste momento, o reconhece trabalho entre a EMEL e a PM para ver como é que juntos podem articular a sua atividade para fiscalizar melhor durante este período de maior atividade do Parque das Nações e eu creio que responde e tudo. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, penso encerrámos as respostas da Câmara ao Grupo Municipal do Partido Socialista entretanto, antes de passarmos o próximo grupo Municipal, o Senhor Deputado Manuel Laje vai dar nota dos resultados das eleições para os diferentes Conselhos. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Laje (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Para a **Comissão Municipal de Defesa da Floresta do Município de Lisboa** a votação foi a seguinte: -----

----- Votantes – 66 -----

----- Favor – 52 -----

----- Contra – 5 -----

----- Abstencões – 8 -----

----- Brancos – 1 -----

----- Nulos – 0 -----

----- Portanto, estão **eleitos os 5 candidatos propostos**: -----

----- 1 Representante, Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, Deputado Municipal Jorge Manuel Jacinto Marques (PS).-----

----- 1 Representante, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, Deputado Municipal Davide Miguel Santos Amado (PS).-----

----- 1 Representante, Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, Deputada Municipal Inês Drummond Ludovice Mendes Gomes (PS).-----

----- 1 Representante, Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, Deputada Municipal Inês Drummond Ludovice Mendes Gomes (PS).-----

----- 1 Representante, Presidente da Junta de Freguesia de Belém, Deputado Municipal Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa (PSD).-----

----- 1 Representante, Presidente da junta de Freguesia de Carnide, Deputado Municipal Fábio Martins de Sousa (PCP).-----

----- No caso da **Comissão Municipal da Proteção Civil** a votação foi a seguinte: -----

----- Votantes – 66 -----

----- Favor – 48 -----

----- Contra – 3 -----

----- Abstencões – 14 -----

----- Brancos – 1 -----

----- Nulos – 0 -----

----- Pelo que está **eleito 1 candidato proposto**: -----

----- 1 Representante, Presidente da Junta de Freguesia de campo de Ourique, Deputado Municipal Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS).-----

----- No caso do **Conselho Municipal de Educação** a votação foi a seguinte: -----

----- Votantes – 66 -----

----- Favor – 43 -----

----- Contra – 8 -----

----- Abstencões – 13 -----

----- Brancos – 2 -----

----- Nulos – 0 -----

----- Pelo que está **eleito 1 candidato proposto**: -----

----- 1 Representante, Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, Deputado Municipal Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhor Deputado. -----
----- Também de dar conta ao Plenário que encerrado o Período que tinha sido
comunicado para o Termo de Posse dos Membros do Conselho Municipal de
Segurança, há 12 Membros que não tiveram a oportunidade de Tomar Posse e,
portanto, o gabinete da Senhora Presidente articulará com o Gabinete do Senhor
Vereador Miguel Gaspar, a organização daqueles Membros que faltam tomar posse. ---
----- Vamos continuar as Perguntas à Câmara, penso que é o Partido Ecologista “Os
Verdes”, certo?-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez
a seguinte intervenção e colocou as seguintes questões:-----
----- “Muito obrigado Senhor Presidente, em exercício, Senhores Secretários, Senhor
Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores
Deputados, Público, Jornalistas, Funcionários. -----
-----Nesta primeira ronda da Sessão de Perguntas à Câmara, Os Verdes apresentam
três temas ao Plenário da Assembleia.-----
----- 1º tema: Casas de Função no Parque Florestal de Monsanto. -----
----- Começemos por recordar que em 2014 o executivo intentou proceder a alteração
dos actuais usos para as Casas de Função municipais nºs N4 e S8. -----
----- Em 2016 chegou mesmo a existir uma proposta no Orçamento Participativo da
cidade para que fossem reabilitadas as Casas de Função em Monsanto, integrando-as
no Parque e fazendo delas suporte para a promoção da actividade física no Parque
Florestal de Monsanto. -----
----- Mais recentemente, o Grupo Municipal de Os Verdes constatou uma referência à
reabilitação de três Casas de Função - a N5, a N12 e N31 -, e procedimentos públicos
de aquisição ou empreitada - para as casas N12 e N31, em início de obra -, porém sem
se mencionar a que finalidade se destinavam. -----
----- Por isso, gostaríamos de obter esclarecimentos mais objectivos, assim como qual
o ponto de situação destas Casas de Função. -----
----- - Que projectos tem o pelouro em curso para as Casas de Função do Parque
Florestal de Monsanto e a que uso se destinam? Serão, por exemplo, os que foram
enumerados no Orçamento Participativo? Sim ou não?-----
----- - E será que a Câmara está recordada das conclusões do debate realizado nesta
Assembleia sobre o Parque Florestal de Monsanto, onde se presumiu que as soluções
de reabilitação de edifícios devolutos fossem publicamente apresentadas, procurando
ir ao encontro dos projectos originais e viabilizando a sua preservação? -----
----- - E recorda-se que também foi aprovado, por unanimidade, que futuros
investimentos realizados no Parque tivessem como premissa base o interesse público,
a recuperação de património municipal e a sua beneficiação para acesso e usufruto,
não privados, mas públicos? -----
----- 2º tema: Comissão Técnica dos solos contaminados.-----
----- Em 8/3/2017, durante uma conferência sobre Gestão de Solos Contaminados,
promovida pela Associação das Empresas Portuguesas para o Sector do Ambiente e
pela Zero, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) anunciou a criação de uma

Comissão Técnica para monitorizar e gerir questões ligadas à contaminação dos solos, ficando-se a saber que esta comissão integrava, além de técnicos da APA, da CCDR-LVT, da DGS, dos Agrupamento de Centros de Saúde de Lisboa Central, da IGAMAOT e Serviço Municipal de Protecção Civil, representantes da própria Câmara municipal de Lisboa. -----

----- Esta Comissão Técnica deveria elaborar recomendações a adoptar a nível de licenciamento, acompanhar a execução, fiscalização e inspecção de futuras obras e respectivo enquadramento legal, com o objectivo de criar um documento orientador para essas mesmas obras. Exactamente um ano após a sua constituição, apenas se sabe que se prevê proceder à inventariação de locais potencialmente contaminados na cidade de Lisboa.-----

----- Considerando que esta Assembleia aprovou, por iniciativa de Os Verdes, um conjunto de propostas sobre os solos contaminados, devendo o executivo prestar, periodicamente, contas do trabalho desenvolvido, face a um assunto de extrema importância, como a segurança e saúde públicas, gostaríamos de saber, em concreto, o que está, de facto, a ser feito sobre esta matéria:-----

----- - Que medidas foram já definidas pela Comissão Técnica de monitorização de obras em solos contaminados?-----

----- - Que acompanhamento está a ser feito pela Câmara em relação a novas obras em solos contaminados, de forma a evitar os problemas registados aquando do início das escavações para a construção de parques de estacionamento subterrâneo ou outros? ----

----- - São ou não obrigatórias e estão ou não a ser efectuadas análises aos solos, antes do início de qualquer obra em locais potencialmente mais problemáticos?-----

----- - E, tendo em conta que há dois meses foi aqui aprovada por unanimidade uma recomendação de Os Verdes em que num dos pontos se deliberou que a Câmara exigisse, junto do Governo, que fossem retomadas as funções desta Comissão Técnica, Os Verdes gostariam de saber que diligências encetou o executivo, entretanto, nesse sentido. -----

----- 3º tema: Fiscalização na Carris por empresa de segurança privada.-----

----- A 1 de Fevereiro de 2017, a gestão da Carris passou para a alçada da Câmara Municipal de Lisboa, num acordo rubricado entre o Governo e o Município de Lisboa.

---- Soubemos recentemente, e apenas pela comunicação social, que desde 12 de Março de 2018 a Carris passou a recorrer a seguranças de uma empresa privada para fiscalizar os títulos dos utentes nos autocarros e eléctricos. A Carris, tentando explicar que a medida se deve ao elevado número de coimas passadas em 2017 (16.595), defende-se que só assim poderá combater a fraude por falta de bilhete, passe fora de validade ou não validado.-----

----- A Carris, que comporta nos seus quadros fiscais em exercício de funções, justifica ainda esta prestação de serviços externa com o argumento de não dispor de recursos humanos que possam fazer face à necessidade de serviço e que esta subcontratação de fiscais começará por ter uma duração inicial de seis meses, o que, para Os Verdes, não deixa de configurar uma inaceitável abertura da porta a privados.-

----- Neste contexto, o que Os Verdes pretendem entender é o seguinte:-----

----- - Foi ou não ponderada a possibilidade de reconversão profissional dos actuais trabalhadores da Carris, com a finalidade de garantir este serviço? -----

----- - Em alternativa, e decorrido mais de ano da passagem da Carris para a Câmara, já foram ou não abertos concursos para admissão de pessoal para estas funções?-----

----- - Se ainda não o foram, tal deve-se a falta de planeamento ou por questões orçamentais? É que, se há dinheiro para externalização deste serviço, será que não o há para contratar trabalhadores directamente para a Carris? Por outras palavras: existem recursos financeiros para subcontratar a privados, mas não para admitir trabalhadores para o seu Mapa de Pessoal? -----

----- - E, finalmente, se hoje foi feita a abertura desta porta, aliás, desta janela de oportunidades a privados, qual é o próximo sector da empresa que a Câmara tenciona privatizar?-----

----- Obrigado Senhor Presidente em Exercício.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Penso que agora é a Deputada Cláudia Madeira e agora sim, teremos a utilização de audiovisuais nos termos anunciados no início da Sessão.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção, auxiliada de PowerPoint e colocou as seguintes questões: --

----- “Obrigada Senhor Presidente em exercício, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

----- Os Verdes têm ainda mais quatro temas sobre os quais pretendem esclarecimentos do executivo. -----

----- Começamos pelos terrenos no Alto da Eira, onde tem existido uma autêntica lixeira a céu aberto, usada para vazamento de entulhos e despejo de monos, e que tem colocado em causa a saúde pública. -----

----- Esta situação arrastou-se durante muito tempo, e os moradores já por diversas vezes denunciaram o problema, o que levou Os Verdes a entregar um requerimento em Dezembro, depois de uma deslocação ao local.-----

----- Entretanto, tivemos conhecimento de que a Câmara iniciou uma limpeza neste local, desenvolvida em três fases, com início a 29 de Janeiro e que deveria ficar concluída até 9 de Fevereiro. Além da limpeza, seriam também colocadas barreiras para impedir o acesso e o despejo de resíduos nestas áreas.-----

----- Acontece que Os Verdes estiveram ontem nestes terrenos e, apesar de uma zona estar limpa, mantém-se uma parte por limpar, com entulhos lá depositados há meses, como é possível verificar nas fotografias que vos apresentamos. Isto, apesar de o executivo ter respondido na semana passada ao nosso requerimento, informando que foram executados os trabalhos de remoção e limpeza no dia 29 de Janeiro e que se procedeu na medida do possível à vedação do local para impedir continuadas descargas. -----

----- Assim, gostaríamos de saber por que razão, passados dois meses do início desta limpeza, esta parte dos terrenos não foi ainda limpa, quando será e que intervenção vai ser feita naqueles espaços?-----

----- Passamos ao Programa de Alimentação Escolar Crescer Saudável na Escola Básica Santa Clara, tema que motivou um requerimento de Os Verdes em Dezembro e que continua a aguardar resposta, apesar de já terem passado três meses. Além disso, já por duas vezes colocámos estas questões na apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara mas ficámos sempre sem resposta. Portanto, esta é quarta tentativa de obtermos esclarecimentos.-----

----- A Escola Básica Santa Clara foi pioneira neste projecto, no entanto, no início deste ano lectivo foi extinto. A este propósito, a direcção da escola informou os encarregados de educação do seguinte: "O Agrupamento de Escolas Gil Vicente só soube desta alteração perto do início do ano lectivo, e contava que o projecto tivesse continuidade este ano lectivo. Quem decidiu a extinção do projeto foi a Câmara Municipal de Lisboa".-----

----- Assim sendo, gostaríamos que a Câmara nos esclarecesse sobre o motivo para esta decisão, tendo em conta a importância deste projecto e que a ideia seria alargá-lo a todas as escolas do município, tal como foi afirmado pela então Senhora Vereadora da Educação, em Junho de 2016. -----

----- Como se não bastasse, as refeições deixaram de ser confeccionadas no local por meios próprios, para passar a ser contratada uma empresa para esse efeito. Também sobre isto, gostaríamos de saber a razão para esta decisão e se neste momento as refeições já estão novamente a ser confeccionadas na escola e se não estão, quando voltarão a ser? -----

----- Sobre a acessibilidade na Escola Secundária do Restelo, mais concretamente sobre a passagem em frente à escola, esta é uma zona que precisa de ser intervencionada urgentemente pois coloca em risco a segurança dos alunos. É também neste local que se encontra o terminal dos autocarros, e onde param os carros para tomada e largada dos alunos, o que torna mais difícil a visibilidade e o atravessamento em segurança. -----

----- Uma vez que daqui a sensivelmente três meses termina mais um ano lectivo, Os Verdes gostariam de saber para quando está prevista a tão necessária intervenção nesta zona, que terá sido assumida pela Câmara mas que até ao momento nada terá feito. -----

----- Por fim, sobre as obras nas estações do Metro, e começando por Arroios, obra que consideramos fundamental para que o Metro possa prestar um serviço melhor, temos várias questões.-----

----- Na altura do encerramento desta estação, foi prometido um reforço de transportes alternativos, mas os utentes e os comerciantes queixam-se de não ser suficiente. -----

----- Apesar do que diz a administração do Metro, os comerciantes queixam-se também de não ter informações regulares sobre o andamento das obras nesta estação.--

----- Tem a Câmara conhecimento de um plano que procure minimizar o impacto do encerramento da estação por um ano e meio, isto, se não houver atrasos, como se passou no Areeiro, e em que consiste esse plano? -----

----- Ainda em relação ao facto de as obras terem estado paradas, gostaríamos de saber em que medida esta interrupção terá impactos no prazo previsto para a reabertura da estação, que se estima para Janeiro de 2019. -----

----- Sobre o problema da falta de acessibilidades, podemos dar inúmeros exemplos, mas pegando no caso concreto de um jovem que se desloca numa cadeira de rodas e que não pode frequentar a universidade porque a estação da Cidade Universitária não tem elevador, gostaríamos de saber que diligências já fez a Câmara junto do Metro para resolver esta e outras situações. -----

----- Sobre todas estas questões, de que informações dispõe o executivo? Pois não se pode demitir de saber o que se passa na cidade no que diz respeito a este meio de transporte tão importante e cujas situações causam grandes incómodos à população. ---

----- Para terminar, gostaríamos também de saber se a Câmara tem ou não feito diligências para exigir do Governo voltar a dispor de um lugar na Administração do Metro, no sentido de ser uma voz activa na reivindicação de melhores condições deste meio de transporte para a cidade e para os utentes. Obrigada”-----

----- (O PowerPoint apresentado fica anexado a esta Ata, como **Anexo XV** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhora Deputada, vamos dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e à restante equipa para as respostas. Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- Eu peço para iniciar as respostas, o Vereador Manuel Salgado, o Vereador José Sá Fernandes, peço desculpa, o Vereador Miguel Gaspar, o Vereador Ricardo Robles e o Vereador Manuel Salgado.”-----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e respondeu às questões que lhe foram colocadas:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, vou responder às casas de função. Para dar a informação o mais precisa possível, no lado Norte de Monsanto existem 32, 18 casas ocupadas por guardas no ativo, aposentados ou viúvas, 7 estão desocupadas, 6 estão cedidas respetivamente à Ajuda de Berço, à Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, à SIM e 3 residências com projetos e obras em curso, que será lançado o concurso em breve. -----

-----No Sul estão 19, 11 casas ocupadas, pelos meus circunstâncias anteriores, 2 desocupadas, 4 cedidas à Junta de Freguesia de Belém, à Junta de Freguesia da Ajuda, a E-B 1 de Caselas e uma residência artística com projeto de execução aprovado e 2 concessionadas, uma delas dependente do resultado de uma Providência Cautelar posta por um ex-Guarda Florestal. -----

----- Todas estas cedências têm ido a Reunião de Câmara, portanto, são públicas, e as que são desocupados estamos a ver quais são, porque algumas inserem-se, a maior

parte delas inserem-se em alguns bairros, não são isoladas, como a da Vila Guiné e outras, e vamos ver que destino daremos a essas casas, que são consideradas como casas de função, mas não só aquelas casas de função típicas, que estão inseridas na Mata de Monsanto e, portanto, daremos conta obviamente do resultado dessas, do que se irá fazer a essas casas. -----

----- De qualquer maneira estamos com muitas destas atividades, nomeadamente Juntas de Freguesia, e tem a ver exatamente com atividades de ciclismo, atividades desportivas e, portanto, vai ao encontro daquilo que tinha sido estabelecido nos orçamentos participativos. Muito obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e respondeu às questões que lhe foram colocadas:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Relativamente às questões da Carris, eu confesso que quase que até me custa a forma como a pergunta colocada, na parte da frase do que é os privados vão fazer a seguir. Se há coisa que esta Câmara demonstrou a este Executivo, este e o anterior é que quer uma Carris pública, se há coisa que esta Câmara demonstrou é que estamos muito empenhados em contratar pessoal para a Carris, diria mesmo que estamos a contratar agressivamente pessoal para a Carris, tão depressa quanto conseguimos, ao ritmo maior que conseguimos, estamos a repor aquilo que foi uma perda de mais de 600 trabalhadores que saíram da empresa e que estamos a contratar ao ritmo mais forte que conseguimos e talvez que a Carris tenha registado na sua história recente. ----

----- Estão abertas as contratações, estamos a contratar pessoal, estamos a fazer isto tudo, eu acho que com muita fraqueza, se a Administração da Carris entende que tem que fazer uma prestação de serviços com uma empresa privada para efeitos de fiscalização é porque entende que os recursos que tem, nomeadamente os fiscais que tem não são suficientes e acho que foi prudente até na forma como o fez, porque ao dizer que há um contrato para 6 meses, o que permite validar o modelo, permite validar a quantidade de recursos e tês, permite avaliar e rever aquilo que o processo foi escolhido agora, portanto, eu acho que eu acho que é um processo que é normal de uma prática de boa gestão durante muito tempo, fiscalizou se pouco ou fiscalizou-se mal, porque havia uma lei deficiente deixada pelo Governo anterior, lei essa foi corrigida, e neste momento, conseguimos garantir que há fiscalização a bordo dos autocarros, o que é uma questão de justiça e de equidade, porque também não é nada simpático, um passageiro que pagou, que está apagar o seu bilhete e o validou ir ao lado de outro que manifestamente não fez e, portanto, este este reforço de fiscalização é necessário, acho que isso também todos concordamos.-----

----- Se a Carris precisa de ir ao mercado buscar meios para este serviço, porque não tem, neste momento, os seus meios humanos também acho normal que o faça para aprender e para testar, enfim, acho que a pergunta é feita de uma forma um bocadinho injusta, mas isso como cada um, isso é um bocadinho subjetivo, guardo esse comentário para mim. -----

----- Relativamente à questão das estações de metro, a questão de Arroios, de facto, enfim, é uma obra do Metro, houve um concurso público e ganhou um empreiteiro. O

empreiteiro teve problemas, o Metro está a resolver os problemas. Nós neste momento temos a informação que a obra já está a correr que, de facto, Arroios está prevista para 2019. Se me pergunta se é janeiro de 2019, eu duvido que seja, mas ainda não temos um planeamento de fim do Metro, é uma questão que estamos a acompanhar com o Metro, porque quer Arroios quer o Areeiro, sejam o mais depressa possível. -----

----- Infelizmente, as obras do Metro demoram sempre muito tempo, também ficam com uma vida e, portanto, é que seja o mais rápido possível, mas, quando forem também certamente ao serviço da população. -----

----- A questão que falou da acessibilidade para todos, parte as intervenções do Metro também têm, quando o Metro foi construído não era numa lógica da de acessibilidade universal e agora está a ser, cada vez temos mais estações acessíveis no metro de Lisboa. Sabemos que isso, por exemplo, a estação de Arroios e do Areeiro não eram acessíveis, não eram estações acessíveis e depois, temos casos de Municípios, de lisboetas por vezes, que moram nos concelhos vizinhos e que querem vir estudar para Lisboa, por exemplo. -----

----- Eu não sei se o caso que a Senhora Deputada se refere é o mesmo que eu tenho aqui, como é uma Sessão Pública e estamos ao vivo não vou dizer o nome, mas eu com o Vereador Ricardo Robles temos vindo a acompanhar estes pedidos são feitos diretamente à Câmara de Paulo Lisboa, procuramos encontrar soluções, por exemplo, num caso concreto, não sei se é o mesmo, com o Município de Odívetas e, portanto, vamos tentando trabalhar isso caso a caso e encontrar soluções na medida que é possível, mudar túneis e acesso a túneis é mais difícil, usar os recursos que temos o dos transportes públicos rodoviários, por vezes é mais fácil e usamos instrumentos que temos à nossa disposição.-----

----- Relativamente à questão da Administração do Metropolitano, de facto, está previsto que a Câmara possa vir a participar na Administração do Metropolitano é uma questão que estamos a ver com o Governo a melhor forma de o fazer, mas também acho que é muito importante aquilo que foi a conclusão da Cimeira das Áreas Metropolitanas, em que houve uma afirmação muito forte por parte dos Autarcas da Área Metropolitana de Lisboa e do Porto, de querer uma maior participação nas empresas de transporte, onde certamente se inclui o Metropolitano de Lisboa, inclusivamente também que o reforço no Metro do Porto, na Transtejo, na Soflusa, na CP e acho que é algo cada vez mais, por acordo o Governo e por acordo 18 mais de 17 Municípios das duas Áreas Metropolitanas, acho que vamos ver que cada vez mais a intervenção dos Municípios nestas empresas, é um caminho que estamos a fazer. Muito obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -
----- “Muito obrigado, passa a palavra ao Senhor Vereador Ricardo Robles e depois João Paulo Saraiva.”-----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Robles**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e respondeu às questões que lhe foram colocadas: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Só para complementar e subscrever o que disse o Senhor Vereador Miguel Gaspar, acho que posso dizer o nome porque apareceu na comunicação social, portanto, é o Ricardo Barata, de Odivelas. Eu reuni com ele há 2 ou 3 semanas, é um jovem de 18 anos que está a candidatar-se à Universidade, tem uma deficiência mental profunda e muitas dificuldades de mobilidade é, como disse difícil se conseguir, esperemos que sim, entrar na Universidade, ou na FSH ou no ISCTE, chegar lá por transportes públicos, as estações não estão adaptadas e, portanto, essa dificuldade. -----

----- O que vi com ele é que vamos tentar garantir através do transporte, individualizado, que a Câmara de Lisboa tem, em articulação, naturalmente, com a Câmara de Odivelas, porque é um cidadão do Município vizinho, portanto isto é uma resposta partilhada na medida do que conseguimos fazer.-----

----- Sobre as refeições saudáveis, o Programa Crescer Saudável, de facto, a resposta tardou, já enviei está aqui também uma cópia para lhe entregar, de facto, o projeto em Santa Clara foi cancelado ou foi anulado no final do ano letivo passado em julho de 2017, a informação tenho dos serviços é que o Chefe de Cozinha escolhido terá imposto, imposto ou definido uma receita, receitas que não foram bem recebidas pela comunidade escolar e, portanto, o programa de alimentação escolar Crescer Saudável, tem duas componentes, uma de refeições propriamente ditas outra ensino não formal, essa componente está a decorrer na Escola Básica de Santa Clara, como está a decorrer noutras seis Freguesias, a Escola Básica de Santa Clara, tinha confeção local, aliás, é uma escola nova, como sabem, tinha confeção local com um Chefe de Cozinha e uma equipa de cozinha contratada para este efeito, terminando o programa foi contratada uma empresa que faz confeção local e que lá está a trabalhar neste momento e que, portanto, está a garantir a refeição às crianças.-----

----- Acrescentar que amanhã temos Reunião de Câmara e vai uma Proposta minha sobre a criação de uma equipa para a garantir a alimentação saudável, numa campanha que vai para além da alimentação, e que pretende, sobretudo ir ao encontro das vossas preocupações, das nossas, da comunidade escolar que é garantir no máximo de escolas possíveis, porque há escolas que não têm condições físicas para ter confeção local garantir confeção local e a qualidade que as crianças merecem na alimentação.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e respondeu às questões que lhe foram colocadas: -----

----- “Bem, relativamente à questão dos terrenos do Alto da Eira, muito rapidamente, trata-se de um terreno de grandes dimensões onde são constantemente efetuadas deposições indevidas, entre o dia 29 de janeiro e o dia 15 de fevereiro, últimos, o Município de Lisboa, através da Direção Municipal de Higiene Urbana e da DME fizeram uma limpeza profunda, em que retiraram uma quantidade de resíduos que totalizou 416 toneladas, é evidente que é preciso fazer uma nova e está a ser preparada uma nova intervenção deste género, para retirar os resíduos e também está a ser estudada um conjunto de alterações estruturais, como, por exemplo, a possibilidade de vedar o próprio terreno. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e respondeu às questões que lhe foram colocadas: -----

----- “Em resposta a questão da Comissão Técnica de Solos Contaminados, efetivamente foi constituída a esta Comissão pela Agência Portuguesa do Ambiente, pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, pela Direção-Geral de Saúde e pela Câmara Municipal a Câmara Municipal. -----

----- A Câmara Municipal está representada por dois diretores, o Arquiteto Eduardo Campelo, Diretor do Departamento de Projetos Estruturantes e o Engenheiro José Canedos, Chefe da Divisão de Ambiente e Energia. -----

----- Esta Comissão já produziu um guia de medidas/recomendações a adotar em matéria de licenciamento, acompanhamento da execução, fiscalização e inspeção de futuras obras e que se encontra divulgado no *site* da APA, desde esta data não temos registo de nenhuma obra a realizar em terrenos, em que se presume a que estão contaminados. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. -----

----- Agora sim chegaram ao fim as respostas da Câmara ao Grupo Municipal do Partido Ecologista, Os Verdes, e agora vamos passar ao Grupo Municipal do Partido Comunista Português.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e colocou as seguintes questões: -----

----- “Uma das nossas perguntas tem a ver Com os Recursos Humanos da Câmara Municipal. Perguntamos à Câmara Municipal se o Pelouro de gestão de recursos humanos tem uma planificação de procedimentos concursais que preveja o preenchimento das vagas existentes e as previsíveis saídas de trabalhadores, por aposentação, mobilidade ou outros motivos, para provimento das necessidades de pessoal para as seguintes áreas: Cantoneiros de limpeza; Condutores de máquinas pesadas e veículos especiais; Jardineiros; Calceteiros; Eletricistas; Coveiros; Operários qualificados para oficinas mecânicas do Departamento de reparação e manutenção mecânica; e ainda ao nível de técnicos e técnicos superiores das mais diversas áreas de formação, para prover as necessidades dos diversos serviços Municipais, como, por exemplo, na área da Arqueologia; serviço de recursos humanos; de habitação; de licenciamento e de atendimento ao Município? -----

----- Para o ano 2018, o qual é o prazo previsto pela Câmara Municipal para a abertura de um procedimento concursal, Escola de Recrutadas para o Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa?-----

----- Qual o ponto de situação no Município de Lisboa da aplicação do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários? Qual a planificação existente ao nível do Município relativamente à proteção, salvaguarda e acompanhamento de boas condições de saúde, higiene e segurança no trabalho, nomeadamente no que concerne a diversas instalações como postos de limpeza; refeitórios; Arquivo Municipal de Lisboa; quartéis do Regimento Sapadores Bombeiros e aos equipamentos de proteção

individual dos vários setores profissionais? Qual é o plano de investimento, manutenção e aquisição de ferramentas e máquinas trabalho, de equipamento de escritório e fardamentos que respeitem as normas de saúde e segurança no trabalho, que tenham em conta a perspectiva dos utilizadores? -----

----- Outro assunto ainda, para terminar a minha parte, sobre a atribuição de novo espaço para a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto. A Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto têm a sua sede na Rua da Palma e é inquilina da Câmara Municipal. Houve vários contactos entre a Câmara Municipal e a Confederação não sabendo, neste momento, o ponto da situação. Temos insistido na Câmara sobre o futuro desta questão, mas não houve até à data nenhum contacto com a Confederação. A Câmara Municipal, nomeadamente Serviços de Património foi mostrar um espaço na Rua Palmira, nos Anjos, podia ser uma possibilidade não só para a Confederação como para o movimento associativo em geral. Perante esta informação perguntamos: qual é o ponto de situação da atribuição do espaço? Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e colocou as seguintes questões: -----

----- “ Obrigada. Embora alguns dos temas que eu iria hoje aqui trazer já tivessem sido abordados, há algumas questões que se mantêm e, por isso, eu vou voltar a falar deles. -----

----- Uma das questões prende-se, de facto, com as questões de mobilidade no Parque das Nações. Em 18 de maio de 2017, a Câmara promoveu uma sessão pública de esclarecimento intitulada “melhoria das condições de mobilidade e segurança, implementação da rede ciclável da Alameda dos Oceanos Norte da Alameda dos Oceanos Sul”, dessa sessão, ficámos a saber que a Câmara pretendia realizar com muita urgência, com início em junho desse ano, várias alterações nas principais vias Norte do Parque das Nações. -----

----- Apesar de várias propostas para a Alameda dos Oceanos não terem sido acolhidas pelos presentes, foi de qualquer forma consensual a pertinência dos problemas identificados, problemas graves de Segurança Rodoviária no Parque das Nações, intensidade muito elevada de tráfego resultante do atravessamento proveniente de outros concelhos que estaria na origem do planeamento pela Câmara de várias medidas de acalmia de tráfego local e da redução de tráfego de atravessamento, necessidade urgente da execução de otimização gestão semafórica da Avenida Dom João II. -----

----- Assim e questiona-se, independentemente das respostas que há bocado ouvi, que deu a o Senhor Presidente da Junta na Parque das Nações, mas eu gostaria, de facto, de saber qual o ponto de situação do projeto implementação das diversas medidas de acalmia de tráfego? Qual o ponto da situação do projeto das medidas de redução do tráfego de atravessamento? Prescindo da pergunta seguinte, que tinha que ver com a gestão semafórica, já foi respondida. -----

----- Segunda questão ainda do Parque das Nações e que também tem que ver com questões de mobilidade, que é a questão do passadiço degradado do Parque das

Nações. O passadiço da zona norte da Freguesia encontra-se em avançado estado de degradação, implicando graves perigos para quem o usa habitualmente para a prática desportiva ou de lazer. Lembro-me que se trata de uma área da responsabilidade da intervenção da Câmara, que é uma área estruturante e que há compromissos assumidos pela Câmara, até resposta a interpelações do PCP, que se encontram por concretizar. -----

----- Há uma empreitada, a empreitada 6/2016 que não aparece em lado nenhum, nem a Câmara nem na Assembleia, nos contratos públicos, nem *online*, o procedimento para a realização da empreitada terá sido elaborado em 2016, pelo que se percebe pelo número do processo e em julho de 2017 nem sequer fora lançado, portanto, arrasta-se há muito tempo, há demasiado tempo, para além da degradação sofrida com o tempo no dia 21 de novembro de 2016, uma camioneta abriu diversos buracos e danificou a estrutura. -----

----- No seguimento do Requerimento apresentado pelos nossos Vereadores do PCP à Câmara, em maio de 2017, onde se questionava entre outras coisas as medidas que a Câmara iria adotar para garantir o estado de conservação do passadiço do sapal do Tejo, a Câmara respondeu em julho desse mesmo ano, através de Gabinete do Senhor Vereador Sá Fernandes referindo uma empreitada a aguardar só a autorização para o lançamento. -----

----- Ora, até hoje nada aconteceu e o passadiço apresenta sinais de cada vez maior degradação, sendo evidente o perigo iminente que a degradação estrutural que apresenta ter, assim a pergunta concreta que eu faria era informação sobre o que se passa com a empreitada 6 de 2016, que foi projetado nesse mesmo ano. -----

----- Em relação à Carris, que era outro tema que eu aqui trazia, já foram a levantadas algumas questões e foram respondidas, de qualquer forma eu tenho ainda duas ou três questões muito concretas sobre a questão da fiscalização. -----

----- A primeira questão é qual é a relação que leva a Câmara Municipal a promover a precariedade laboral e a descaracterização da empresa recuperando uma medida errada tentado por diversas administrações e governos, nomeadamente o Governo de Passos Coelho? Portanto, foi aqui dito ainda há pouco que estão a contratar pessoal, mas pelos vistos ainda não existe a nível da fiscalização, já passou um ano da municipalização, era ou não era previsível esta falta de pessoal? -----

----- A segunda questão, quanto paga a Câmara Municipal por cada trabalhador fiscal, à empresa a quem subcontrata estes trabalhadores? Quando se sabe que cada fiscal subcontratado ficará a ganhar 661 euros, isto é, menos do que um fiscal da Carris. -----

----- Última questão sobre a Carris, têm estes trabalhadores, que não são da Carris, um estatuto que lhes permite a abordagem de passageiros e a passagem de coimas? -----

----- Um outro tema que estava previsto trazer aqui seria a questão das obras na Igreja da Memória, na sequência de um Requerimento que os nossos Vereadores apresentaram na Câmara. O Gabinete do Senhor Vereador Manuel Salgado respondeu há 2 ou 3 dias ao nosso Requerimento, portanto, algumas questões realmente não vou coloca-las porque estão respondidas nesse Requerimento, de qualquer forma, tenho aqui 2 ou 3 questões que são importantes e que por isso trago aqui também a questão. -

----- Eu gostaria muito de saber se a obra está ou não está acabada? A obra é da SRU, como nós sabemos, a SRU é uma empresa, portanto, Municipal, não foi à Câmara Municipal de Lisboa as diversas situações, portanto, isto concretamente nós não sabemos o que é que o projeto inicial previa, porque a Câmara não foi informada nem consultada sobre isto, portanto, não sabemos o que estava previsto e, como tal levantámos algumas dessas questões e continuamos a levantado.-----

----- Por outro lado, eu chamo a atenção que o pavimento na envolvente, embora de facto, a responsabilidade seja da SRU, mas o pavimento envolvente não é o melhor a para estar em qualquer zona, muito menos aqui, porque o que acontece é que com as chuvas que tem havido, eu tenho aqui umas fotografias que depois posso mostrar, o pavimento apresenta diversas quebras, diversos cortes e a passagem, portanto, é perfeitamente escorregadia para qualquer pessoa, portanto, as condições de acesso e mobilidade à Igreja não são as melhores. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado João Correia Pereira, do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Carlos Pereira (PCP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e colocou as seguintes questões: -----

----- “Boa-tarde a todos. Apenas uma pequena correção, é João Carlos Pereira e não João Correia, muito obrigado.-----

----- Ora, as questões que venho hoje aqui levantar prendem-se fundamentalmente com a Freguesia de Carnide e decorrem de uma Reunião que a 14 de fevereiro, a Junta de Freguesia de Carnide teve com o Vereador Ricardo Robles, a quem colocou uma série de questões, particularmente em relação à situação nas Escolas da Freguesia, que até hoje e passado mais de um mês continuam sem resposta. -----

----- Assim, na escola EB-1 Prista Monteiro perguntamos para quando as obras no refeitório e na construção do telheiro que liga a EB-1 ao Jardim-de-infância. Este é um problema que já está identificado pela Câmara há vários anos, existe um orçamento e é urgente e a sua concretização, não se percebe por isso a demora. Solicitamos, portanto, um ponto de situação em relação a esta questão. -----

----- Em relação à escola EB-1 Professora Aida Vieira foi realizado um compromisso com a população de que a Câmara procederia à execução de uma cobertura no campo de jogos existentes na escola. Até este momento há uma ausência concreta de obras. Perguntamos para quando a resolução deste problema? -----

----- Sobre a EB-2,3 do Bairro Padre Cruz, embora saibamos que não é da responsabilidade direta da Câmara Municipal, está no território e abrange a nossa população esta escola, está claramente identificada a necessidade da cobertura total do polidesportivo para que os jovens não pratiquem a atividade física e desporto na rua, por vezes à chuva. Importa por isso saber que medidas tomou a Câmara no sentido de questionar e pressionar a Direção-Geral de Estabelecimentos Escolares para a construção da cobertura total do polidesportivo. -----

----- Ainda em Carnide, outros assuntos sobre as questões da saúde, como é sabido a Unidade de Saúde Familiar de Carnide-Care, funciona no mesmo espaço físico da

Unidade de Saúde Familiar da Pontinha, as instalações foram construídas para servir uma população de 10 mil utentes, mais de 10 mil utentes, e se por um lado, a USF de Carnide-Care está bem dimensionada para o espaço, a USF da Pontinha por seu lado, serve cerca de 18 mil utentes, causando uma sobrelotação do espaço e criando dificuldades de estacionamento e acesso. Acresce que a unidade USF de Carnide-Care funciona com apenas 6 médicos, sendo que o número mínimo recomendado para cada USF é de 7 médicos e existe um conjunto de utentes que pretendem transitar para esta unidade de Saúde Familiar.-----

----- O que está a Câmara Municipal a fazer para resolver os problemas de estacionamento e acesso? E por outro lado, a Câmara Municipal de Lisboa pensa pressionar o Governo para resolver o problema das instalações e para contratar mais um médico para USF Carnide-Care? Deixamos a pergunta. -----

----- Ainda mais duas questões: o orçamento participativo da Câmara, a Freguesia de Carnide venceu em 2014 o projeto do orçamento participativo Requalificação da Azinhaga das Carmelitas, projeto este que ainda não foi executado. Solicitamos ponto de situação, datas da execução destas obras, para quando?-----

----- O parque de estacionamento no centro histórico de Carnide, está prevista a criação de um parque de estacionamento no centro histórico de Carnide no plano de atividades e orçamento de 2018 da EMEL. Aparentemente o processo está parado no Departamento de Património da Câmara Municipal de Lisboa, pelo que solicitamos o ponto de situação em relação a esta questão. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Antes de passarmos para a Câmara que informar que temos ainda quatro Partidos inscritos: o PSD com 3, o Bloco de Esquerda com 2 Deputados, os Independentes com 2 e o PAN com 2.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo de Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara e a sua equipa.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, eu peço para iniciar as respostas, peço ao Vereador João Paulo Saraiva para iniciar as respostas, seguindo-se depois o Vereador Manuel Salgado, o Vereador Ricardo Robles e o Vereador Miguel Gaspar, por esta ordem, por favor.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e respondeu às questões colocadas: -----

----- “Então começando pela questão sobre procedimentos concursais. O Município de Lisboa em 2017 aprovou 17 novos procedimentos de concursos externos em diferentes áreas e também decorre durante este mesmo período e que já vou dizer quando é que nós estamos a pensar iniciar esse processo, porque ele quer dizer, ele até agora, ele já foi iniciado em toda a parte do *back office* e no final, em meados de maio vão ser lançados os primeiros e depois paulatinamente, à medida das capacidades da direção Municipal de Recursos Humanos, vão sendo lançados os outros. O que é que

a Direção Municipal de Recursos Humanos tem estado a fazer nesta mesma matéria? Tem estado a conduzir todo o processo das mobilidade inter-carreiras, onde vamos dar oportunidade a 84 nesta primeira fase, 84 trabalhadores do Município, que investiram na melhoria das suas qualificações, vamos-lhe dar a oportunidade de eles transitarem de carreira e, portanto, parece-nos uma medida que foi desbloqueada pelo Orçamento de Estado e que nos parece da máxima importância na perspetiva de valorizar aquilo que é um investimento dos indivíduos, neste caso dos trabalhadores do Município que resolveram fazer e em boa hora para que o Município também possam usufruir dessas mesma melhoria das qualificações, e de seguida, vamos então, recordo que, paralelamente aqui está a mesma Direção Municipal está a conduzir o processo de regularização das situações de eventual precaridade e, portanto, só em maio é que vamos ter condições para a fazer esse mesmo trabalho do lançamento de novos procedimentos. -----

----- Recordo-lhes também que fomos o único ou dos poucos Municípios do País que apresentou aquilo que era um documento, que passou a ser um documento obrigatório, que é o Plano Anual de Recrutamento para 2018, que acompanhou o orçamento do Município, onde estão descritos ao pormenor aqueles que serão, aquelas que serão as iniciativas de recrutamento do Município para este ano. -----

----- Para terminar esta parte dizer que, há uma nova recruta de Sapadores Bombeiros que, neste momento ainda não estão os dados terminados, andarão cerca de 140 novos recrutas, vão iniciar essa mesma recruta com o objetivo de serem Bombeiros Sapadores do Município de Lisboa. -----

----- Depois foram feitas, foram colocadas um conjunto de questões sobre o planeamento anual sobre novos equipamentos, em diferentes áreas como esta questão não estava refletida em pormenor as perguntas que o PCP colocou, eu peço desculpa, mas eu não posso responder em pormenor, mas tenho a completa disponibilidade para prestar todos esclarecimentos que entendam e mostrar o que é que está planeado sobre esta matéria, mas gostava de sublinhar que pela primeira vez em muitos anos, conseguimos chegar a um concurso, ao bom termo de um concurso de renovar completamente todos os equipamentos informáticos do Município, para além de todo o esforço que já tem continuidade de renovação dos que elementos dos Sapadores Bombeiros, de todas as áreas operacionais com novos equipamentos de proteção individual e novos utensílios e equipamentos das várias áreas. -----

----- Temos que ser rápidos e, portanto, eu vou saltar já, penso que respondi à maioria das questões. -----

----- A regularização extraordinária dos vínculos precários. O Município de Lisboa, como todos sabem, que fez 2 momentos em que primeiro fez um trabalho interno onde apurou cerca de 35 trabalhadores, no limite, porque dependia ali de uma variação relativamente às datas em que começámos a considerar este tema, 35 trabalhadores que eventualmente estariam com vínculo precário, depois deu oportunidade a todos aqueles que considerassem que estavam com vínculo precário ao Município de se inscrever, inscreveram 165 dos quais alguns que manifestamente não serão vínculos precários, nomeadamente pessoas que nunca trabalharam para a

Câmara mas, como digamos, o *link* estava aberto a todas as pessoas, algumas aproveitaram, e vamos iniciar, vai a Sessão de Câmara penso que amanhã, aquilo que será o processo de regularização, estivemos a aguardar como todos também sabem a legislação sobre que determina como regularizar as situações nas autarquias tendo essa situação efetivada vamos então levar a Reunião de Câmara a constituição de Comissões de avaliação bipartidas, onde são constituídas por 11 elementos, é constituída por 11 elementos, como a lei determina 6 representantes do Município e 5 dos Sindicatos onde estarão representados o STML, o STAL, SINTAP, STE e o Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais, e essencialmente era isto Senhor Presidente, não sei se me esqueci de algum tema, mas dado o tempo.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e respondeu às questões colocadas: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente, em relação à Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura e Recreio, tem havido contactos com a Confederação, portanto, está previsto que ela venha a ser instalada na Rua Maria Andrade, número 13. Neste momento, esse edifício da Rua Maria Andrade, provisoriamente tem lá instalado a UITI, a Universidade da Terceira Idade e há várias instituições que serão instaladas neste edifício, nomeadamente com a execução do Programa de Renda Acessível na Rua das Barracas. -----

----- De qualquer modo neste momento de imediato não está previsto que se seja necessário disponibilizar o espaço da Rua da Palma na medida em que ainda decorrem em Tribunal dois recursos intentados relativamente à expropriação do prédio, portanto, dos prédios ao lado do edifício Municipal da Rua da Palma. -----

----- Em relação à Igreja da Memória, para além das respostas que já tinham sido dadas queria responder de facto à pergunta que foi feita, a obra não está rececionada porque existe um diferendo entre a SRU e o empreiteiro relativamente ao material de pavimento, exatamente por causa de material de pavimento, portanto, a obra não está dada por encerrada porque não está rececionada. -----

----- Quanto às obras na Freguesias de Carnide, a Azinhaga das Carmelitas o projeto está concluído e, portanto, já foi enviado para a Direção Municipal de Projetos e Obras para lançar a empreitada, é uma empreitada que está estimado em cerca de 860 mil euros. -----

----- Em relação ao orçamento participativo, Carnide Acessível, portanto, é que a equipa do plano de acessibilidade pedonal que está a tratar deste assunto e, portanto, já teve reuniões em Carnide e está a elaborar o projeto, e quanto ao parque de estacionamento, portanto, está a ser finalizada a negociação com o proprietário do terreno e terá que haver um ajustamento, na medida em que surgiu agora necessidade de realocar, juntou no que o antigo de Carnide, o jardim-de-infância, que inicialmente estava previsto para a Quinta do Bom Nome e que por razões de proteção imposta, portanto, regras de proteção impostas pela Direção-Geral do Património Cultural, há que realocar e segundo as informações do Departamento de Educação é uma obra que tem, considerada urgente. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Robles**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e respondeu às questões colocadas: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente, sobre as questões foram colocadas relativamente à Unidade de Saúde Familiar de Carnide, naturalmente, partilhamos a preocupação, partilhamos também a opinião de que isto é uma responsabilidade da ARS e, portanto, juntamos a nossa voz à Autarquia de Carnide, na necessidade de reforço dos recursos, 6 médicos não perfazem o mínimo exigível para aquela Unidade de Saúde Familiar e, portanto, a necessidade de mais um médico é naturalmente da responsabilidade ARS portanto, também estamos, partilhamos essa preocupação e juntamo-nos nesse protesto. -----

----- Relativamente às escolas que me referiu, a Escola Básica e jardim-de-infância Aida Vieira tem, de facto, para prevista a cobertura do recreio, está em fase de concurso a conceção e construção dessa nova cobertura, tem um valor de obra de 230 mil euros e contamos até ao final do ano ter o processo concluído para poder avançar com a obra. -----

----- A outra escola que falou foi a Prista Monteiro, falou-me também na EB 2-3, Padre Cruz e, portanto, é uma das escolas que não está na responsabilidade do Município e que com certeza abordaremos com a tutela a urgência relativamente ao Pavilhão, no sentido de fazer pressão para que a obra seja feita com a maior urgência possível, não controlando esse processo diretamente. -----

----- Sobre a Prista Monteiro existe a necessidade dos estudos dos trabalhos exteriores que incluem a cobertura de ligação ao Jardim-de-infância e o acesso ao refeitório da Escola Básica, a empreitada ultrapassa os 150 mil euros, bastante mais, temos um valor previsto de 475 mil euros, portanto, está a obra em fase de concurso para a beneficiação parcial e a qualificação dos espaços exteriores, contamos também até ao final do ano, possamos ter o processo terminado para poder avançar com a obra.” -----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e respondeu às questões colocadas: -----

----- “Senhor Presidente, muito obrigado. -----

----- Relativamente às questões colocadas na área da acessibilidade do Parque das Nações e não tendo eu aqui comigo a lista exaustiva daquilo que possa ter sido acordado em maio, de facto, mas foram feitas muitos, muitas intervenções, pequenas intervenções porque era essa a natureza delas, a requalificação da Rua Conselheiro Lopo Vaz, a intervenção na Rua da Centeeira, a introdução de medidas de acalmia no troço Sul da Alameda dos Oceanos, e além disso, foram feitas várias intervenções por parte da Junta, ao abrigo de CDC, a uma questão da piscina do Oriente, um corrimão numa escada, colocação de pilaretes, acalmia de tráfego, enfim, várias medidas que foram sendo feitas, o passeio dos fenícios também teve intervenções, questões na Rua do Bojador, enfim, a Rua de Moscavide, Rua das Gaivotas, houve várias pequenas intervenções que foram feitas, posso dar a lista à Senhora Deputada, se tiver interesse nisso, não sei se cobrem ou não exaustivamente o que foi acordado, mas penso que o mais importante, eventualmente agora era entre aquele projeto, que já referi há pouco, com a Junta de Freguesia, com a EMEL, olharmos de uma forma integrada para a

acessibilidade a para a circulação, o estacionamento da Freguesia, eventualmente, até rever um pouco esta lista de intenções e de necessidades.-----

----- Relativamente à questão dos fiscais, eu já disse quase tudo, de facto, na verdade, não é a Câmara Municipal de Lisboa que paga, porque quem paga é a Carris, mas essa parte aí acho que a Senhora Deputada também sabe, e essa é uma forma de dizer, mas foi um concurso em que concorreram 7 empresas, ganharam, eu não tenho para mim à partida que o setor privado tenha necessariamente que ser precário, não sei se é o caso ou não, também não estou a dizer que esta é a solução do futuro da Carris, não é isso que estou a dizer, também já não foi isso que eu já disse atrás, o que eu disse e reafirmo é que a Carris perdeu 600 funcionários, estamos a contratar muito depressa, estamos a contratar tanto quanto podemos.-----

----- Neste caso concreto dos fiscais até admito e repito que possa ser uma medida de boa gestão, nós aprendermos com o processo, porque durante muito tempo a Carris não pôde fiscalizar, porque não sei se se recorda, o PSD deixou uma lei incompleta e, portanto, uma das coisas que foi necessário fazer foi rever a lei, pronto!... Mas posso explicar porquê, Senhor Deputado, eu explico, é que tem um mecanismo, que estava previsto, um mecanismo indiretamente à AT cobrar às pessoas, sem qualquer sem qualquer passagem pela casa de partida, que os Senhores deixaram incompleto senhor Deputado! Já agora fale para mim, não fale para o Senhor Presidente, já que está a pôr o dedo no ar e a dizer interjeições.-----

----- Pronto, agora relativamente aqui à questão também dos vencimentos, com franqueza não sei, não tenho informação para lhe dar, também não sei se temos acesso, porque eles são pagos pelas empresas privadas.-----

----- Agora aqui a questão dos estatutos, com certeza, são empresas de segurança privada, estão juramentados pelo IMT e pelo MAI e nesse sentido, estão nos termos que a lei prevê para poderem para poderem exercer estas ações de fiscalização.-----

----- E acho que respondi a todas as suas questões, Senhora Deputada... Sim, sim, podem fazê-lo sim.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo de Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador, entretanto a Mesa recebeu um pedido de palavra do Partido Comunista Português. Microfone ao Senhor Deputado Modesto Navarro.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Está qui a Deputada Ana Páscoa a dizer que falta o passadiço do Parque das Nações, a resposta.-----

----- Mas de qualquer maneira é só para dizer ao Senhor Vereador dos Recursos Humanos que nós vamos transformar as perguntas em Requerimento, admitiu obviamente que não tinha condições de responder em pormenor, mas nós gostaríamos em relação às profissões que aqui enunciámos, de ter respostas concretas, portanto, vamos fazer um Requerimento à Câmara a pedir esses elementos. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo de Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Modesto Navarro. -----

----- Vamos prosseguir com o Grupo Municipal que se segue, penso que é o Partido Social Democrata.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Mateus (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e colocou as seguintes questões: -----

----- “ Muito boa-tarde, eu tenho aqui duas questões para levantar, uma delas é que como é sabido por todos, o estacionamento em Lisboa é um dos maiores problemas do quotidiano de todos nós. O Beato, tal como outras freguesias da cidade não foge à regra, tanto para quem ali vive como para quem lá trabalha. Na zona delimitada pelas Ruas Mira Fernandes, Faria de Vasconcelos e Praceta Manuel Cerveira Pereira, tornou-se ao longo dos anos num problema crónico, existindo queixas dos moradores, há mais de 20 anos contra a falta de lugares de estacionamento na via pública. -----

----- E, a falta de estacionamento numa área de grande densidade populacional em que a maior parte dos edifícios não possui garagem, leva a que os moradores tenham que improvisar espaços, embora sem constrangimento para a mobilidade pedonal. -----

----- Como se não bastasse, em Novembro de 2015, uma mega operação da polícia municipal, autuou, bloqueou e rebocou mais de 80 viaturas estacionadas em alegada contraordenação. O que aconteceu foi absolutamente inaceitável, pois tratou-se de uma verdadeira “caça à multa”. A Câmara não pode, por um lado fechar os olhos aos problemas dos municípios e por outro permitir uma operação destas. Tal acontecimento culminou numa Petição Pública que correu na Freguesia do Beato entre novembro e dezembro de 2015. -----

----- Nessa mesma semana e face à participação das queixas apresentadas pelos moradores na Junta de Freguesia sobre a referida operação policial o Presidente de Junta à data em exercício, reuniu com um grupo de moradores tendo prometido resolver a situação, nomeadamente reunir com o vereador da tutela, a fim de o sensibilizar para que não voltasse a acontecer situações do género. -----

----- Dias depois, a Junta de Freguesia do Beato apresentou um projeto de reordenamento do estacionamento nessa área da Freguesia, que passava pelo encurtamento de passeios (note-se que só na Praça Manuel Cerveira Pereira, os passeios têm uma largura de 6 metros) e com a otimização do espaço público o que permitiria recuperar cerca de 70 lugares de estacionamento. Os moradores mostraram-se satisfeitos com a proposta apresentada, tendo decidido, então, não apresentarem o abaixo-assinado às autoridades competentes.-----

----- Por sua vez a Câmara Municipal de Lisboa, através da Unidade de Intervenção Territorial, começou a trabalhar com base num estudo prévio apresentado pela Junta de Freguesia para o reperfilamento e aumento dos lugares de estacionamento na Praça Manuel Cerveira Pereira, bem como para uma maior fluidez de circulação. Era esperado que a empreitada fosse executada em 2016.-----

----- Passados dois anos, está tudo na mesma! Inclusive nas últimas semanas, tem-se procedido à repavimentação de parte da Rua Mira Fernandes, sem que tenha havido

intervenção no reordenamento do estacionamento local. A Polícia Municipal continua a multar os carros, agora ainda até com mais frequência, atenta as novas competências desta força policial em matéria de trânsito. -----

----- A nossa pergunta é a seguinte: para quando se prevê o reordenamento do estacionamento cuja sua execução estava prevista para 2016, tal como foi prometido pelo anterior Presidente da Junta de Freguesia e pelo vereador responsável, nas Ruas Mira Fernandes e Praça Manuel Cerveira Pereira, da freguesia do Beato? -----

----- Passo à segunda pergunta: em 2003 e na sequência de contactos iniciados na década de 90 foi celebrado um contrato de promessa entre o Patriarcado de Lisboa e a EPUL, relativa aos terrenos da Rua José Escada, Lote K0. -----

----- Em 2012 a Paróquia de Telheiras contactou a EPUL e o Presidente da Câmara, à data António Costa, para agendar a respetiva celebração de escritura. -----

----- Um ano depois veio a resposta da EPUL, onde dizia que, “ uma vez que as obras no lote em causa não haviam sido concretizadas no prazo estipulado o Direito de Superfície havia sido extinto automaticamente.” -----

----- O terreno voltaria para a EPUL. Em 2014 a EPUL é extinta e os terrenos passam a pertencer à Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Em 2016 a Câmara Municipal de Lisboa decidiu celebrar novo contrato promessa com as mesmas condições assinadas em 2003 e que tinham sido anteriormente revogadas, referindo expressamente, e cito: “ É intenção do município honrar o contrato anteriormente celebrado pela extinta EPUL”.-----

----- Assim em 13 de outubro de 2016, através da proposta 458/2016, a Câmara Municipal de Lisboa celebra um novo contrato promessa, cedendo o Direito de Superfície do referido lote à Paróquia de Telheiras e cito “ Exclusivamente para construção de um novo equipamento religioso, edifício de culto e fins assistenciais e culturais conexos” cuja data de início da execução da obra, estava prevista para 2019. -

----- Face ao exposto, o PSD ficou espantado pelo facto de o Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, num encontro havido a 15 de março de 2018 ter manifestado uma posição contrária à do seu próprio partido.-----

----- Ora, o que aqui nos preocupa é que, em momento algum, quer no passado, enquanto este processo estava em apreciação na Câmara Municipal de Lisboa e, posteriormente em sede de votação tenha o Senhor Presidente de Junta manifestado qualquer oposição, criando a ideia de que o PS tem duas caras: uma nas reuniões de Câmara e outra em reuniões com a população.-----

----- Por isso temos aqui questionar o Senhor Presidente da Câmara, se em algum momento recebeu alguma comunicação do Presidente de Junta de Freguesia antes da votação da Proposta 458/2016 e qual das palavras dadas vai ser honrada? -----

----- - A palavra dada pelo Presidente da Câmara através da Proposta aprovada em reunião de Câmara?-----

----- Ou, - A palavra dada pelo Presidente de Junta a alguns encarregados de educação da Escola Básica nº 1 de Telheiras? Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e colocou as seguintes questões:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, em exercício, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais.-----

----- A questão que me traz aqui hoje é a questão da mobilidade, isto na sequência de um estudo que saiu há coisa de 2 anos e que foi noticiado na comunicação social, que referia que nos anos 2015 e 16 tinha-se registado um aumento na entrada de carros na cidade de Lisboa em cerca de 15 mil carros por dia. -----

----- Disse inclusive, nessa altura, o Senhor Vereador do Urbanismo, o seguinte: temos inscritos em Lisboa 160 mil veículos e entram todos os dias cerca de 360 mil, o que significa que, por cada 3 carros a circular 2 vêm de fora, é insustentável, admite o Vereador do Planeamento, Manuel Salgado. -----

----- Ainda nessa notícia do Diário de Notícias, refere o Senhor Presidente da Câmara, a questão dos parques dissuasores. A primeira questão que eu gostava de colocar é se a Câmara Municipal tem dados atualizados relativamente aos fluxos de entradas e saídas de veículos automóveis na cidade de Lisboa? -----

----- A segunda questão que eu gostaria de colocar prende-se com o seguinte, ao fim de 11 anos de Governo Socialista em Lisboa, assistimos no ano passado a abertura do primeiro parque dissuasor, mais concretamente na zona da Ameixoeira. Pelo meio e nos últimos anos, a Câmara Municipal não se coíbiu de fazer anúncios de lugares de estacionamento. Em 19 de janeiro de 2016, numa notícia publicada no Diário de Notícias referia-se que a EMEL quer criar mais 3857 lugares de estacionamento, em 21 de novembro num *Take* da Lusa dizia o Senhor Presidente que Lisboa vai ter mais 4455 novos lugares de estacionamento e por ocasião da abertura do Parque da Ameixoeira, numa notícia publicada no Expresso, vinha referido “a Câmara promete-lhe novos parques com mais 8865 lugares de estacionamento”. -----

----- Muitos anúncios de muitos lugares, o problema é que o trânsito mantém-se e a mobilidade deteriora-se na cidade de Lisboa e, portanto, a pergunta que faço é o que é que a Câmara Municipal de Lisboa prevê, de facto, concretizar em matéria de parques dissuasores? Porque dos vários anunciados apenas abriu um até agora. E já agora como é que explica que passados 10 anos não exista já, 10 anos de Governo Socialista em Lisboa, não exista já uma rede de parques na cidade? -----

----- Ainda para mais, e termino com esta nota Senhor Presidente, o Senhor Presidente da Câmara tem a sorte de não ter em Lisboa um candidato à Câmara que ande a embargar obras nos tribunais, obras rodoviárias. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Domingues (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e colocou as seguintes questões:-----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, em exercício, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimos Senhores Vereadores, excelentíssimos Senhores profissionais da comunicação social aqui presentes, Minhas Senhoras e Meus Senhores. -----

----- Com vista a diminuir a concentração de gases poluentes na cidade e sabendo-se que o problema da qualidade do ar de Lisboa tem origem, sobretudo, no tráfego

rodoviário, a Câmara Municipal de Lisboa decidiu criar zonas de emissões reduzidas, as Zero da Cidade de Lisboa foram implementadas em três fases. -----

----- A primeira fase, que entrou em vigor no dia 4 de julho de 2011, caracterizou-se pela restrição à circulação de veículos que não respeitassem as normas de emissão Euro 1, veículos construídos antes de julho de 1992 no eixo da Avenida da Liberdade/Baixa, limitado a Norte pela Rua Alexandre Herculano e a Sul pela Praça do Comércio. -----

----- A segunda fase que entrou em funcionamento a 1 de abril de 2012 procedeu ao alargamento da área afeta a Zero, que passou a compreender duas zonas, tendo as normas de emissão euro sido também restringidas, assim na Zona 1, Eixo Avenida da Liberdade/Baixa apenas puderam passar a circular veículos que respeitasse a norma de emissão Euro 2, veículos de 1996 e posteriores.-----

----- Na Zona 2, limitada a Sul pela Avenida de Ceuta, Eixo Norte-Sul, Avenida das Forças Armadas, Avenida dos Estados Unidos da América, Avenida Marechal António Spínola e Avenida Infante Dom Henrique, apenas puderam passar a transitar viaturas conforme as normas de emissão Euro 1, veículos 1992 e posteriores. -----

----- A terceira fase da Zero foi implementada em 15 de janeiro de 2015, mantendo a área geográfica na Zona 1 e Zona 2, bem como o horário do período de aplicação em que vigoram as restrições nos dias úteis das 7 às 21 horas, as alterações prenderam-se com a maior exigência em termos ambientais passando a Zona 1 a estar aberta apenas para veículos do ano 2000 e posteriores, ou seja, que respeitassem as normas de emissão Euro 3, na zona 2 apenas passaram a poder circular veículos de 1996 e posteriores, ou seja, que estejam conformes as normas de emissão Euro 2. -----

----- Nesta nova fase passaram também a ser considerados os veículos afetos ao serviço de táxi, até então excluídos do cumprimento da norma, a partir de 1 de julho de 2015, os táxis apenas passaram a poder circular nas Zonas 1 e 2 desde que respeitassem a norma de emissões 1, ou que tivessem missões consideradas similares. -

----- Decorridos já quase 7 anos desde a implementação da primeira Zero, não são conhecidos resultados da monitorização das zonas de interdição criadas pela Câmara Municipal de Lisboa, verificando-se de igual forma que, apesar da sinalética colocada muitos condutores não respeitam as restrições de circulação naquelas zonas, porque raramente se observam ações de fiscalização efetuadas pela PSP ou pela Polícia Municipal.-----

----- A Câmara Municipal de Lisboa decidiu criar as Zero devido aos elevados níveis de poluição que punham em risco o cumprimento de metas ambientais europeias, atualmente Portugal está novamente a braços com admoestações da União Europeia por excesso de poluição. -----

----- De acordo com um estudo da *Soft Free Cityyes* no ano 2015, que analisou 23 cidades europeias, Lisboa encontrava-se nesse ano em penúltimo lugar entre as cidades que apresentavam que o desempenho no que toca à qualidade do ar, mesmo depois da criação da Zero, em 2017 o limite máximo do nível de dióxido de azoto que contribui para fenómenos como as chuvas ácidas e a eutrofização de lagos e rios foi

ultrapassada 74 vezes, colocando Portugal na mira da União Europeia devido aos elevados níveis de poluição do ar.-----

----- Em Lisboa, Porto e Braga em 2016 é a média anual de dióxido de azoto foi superior ao permitido pela legislação europeia e nacional, a estação de monitorização da qualidade do ar, localizada na Avenida da Liberdade registou melhorias da qualidade do ar em relação aos anos anteriores, mas a média anual de dióxido de azoto registada, 57,3 miligramas por metro cúbico, foi ainda bastante superior ao permitido pela legislação europeia e nacional que é de 40 miligramas por metro cúbico o dióxido de azoto em concentrações elevadas, pode causar irritações nos olhos e garganta, afetar as vias respiratórias provocando essa forma a diminuição da capacidade respiratória, dores do peito, edema pulmonar e danos no sistema nervoso central e nos tecidos afetando, principalmente as crianças, os asmáticos e as pessoas com bronquites crónicas, nesse sentido, o grupo do PPD-PSD na Assembleia Municipal de Lisboa pretende colocar as seguintes questões a Câmara Municipal de Lisboa: quantas contraordenações foram efetuadas, por incumprimento na circulação nas Zero nos dois primeiros meses do ano 2018? A fiscalização das Zero, criadas pela Câmara Municipal de Lisboa é feita de forma regular? Tenho dito.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Penso que se encerraram as intervenções do Grupo Municipal do PSD e, portanto, vamos passar palavra ao Senhor Presidente da Câmara e à equipa de Vereação.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e respondeu às questões colocadas:-----

----- “Senhor Presidente, eu usaria agora da palavra e depois passaria a palavra ao Vereador Miguel Gaspar.-----

----- Sobre a questão relativamente ao terreno para a construção da Igreja e do Centro Social em Telheiras. Gostava de acrescentar só um aspeto à cronologia da Senhora Deputada, é que não houve nenhuma revogação do direito de superfície, porque a EPUL não tem nenhum poder, não tinha nenhum poder para revogar o direito de superfície, porque, aliás, o direito de superfície, como a Senhora Deputada hoje reconhece, o exercício das opções em matéria patrimonial sobre o património, em património sob gestão de Empresas Municipais são feitas pela Assembleia Municipal, pela Câmara e pela Assembleia Municipal.-----

----- Não tenho aqui presente o quadro legislativo em 2003, mas é claro pelo histórico que foi aprovado em Câmara Municipal que em 2003, a celebração do contrato-promessa para o direito de superfície, eu gostava de precisar este ponto, que é um ponto importante da cronologia histórica.-----

----- É que a EPUL não pode revogar o que não tem poder para revogar e, por isso, a comunicação de que se tinha passado os 10 anos sem exercício, não retirou ao Patriarcado o direito de superfície existente, porquê? Porque ele tinha sido aprovado pela Câmara de Lisboa.-----

----- Isto é importante para que nos fixemos sobre a história, porque a verdade é que a Câmara Municipal atribuiu um direito de superfície, em nenhum momento, o revogou e o que nós fizemos foi formalizar cumprindo a palavra da Câmara Municipal de Lisboa de 2003, pronto, isto foi aquilo que foi feito, é a minha opinião bem, aliás, até porque isto já foi feito por mim, enquanto Presidente da Câmara, já não me consigo lembrar se seria eu Presidente da Câmara ou Vice-Presidente da Câmara neste momento.-----

----- Agora o que eu creio que é importante é, e na altura, aliás, a solução encontrada, a solução encontrada, estava a ver aqui a data da última decisão, não sei se é de 14 ou se é de 16, é de 16 exatamente, por isso já era eu... Falta-me aqui um documento, só uma folha, peço desculpa. Mas era em 16 exatamente, por isso tinha eu, foi formalizado com a Proposta 458/16, por isso já era eu Presidente da Câmara.-----

----- E por isso o que nós fizemos à época foi que formalizar aquilo que é um direito constituído em favor do Patriarcado de 2003, e fizemo-lo por uma razão simples, porque cumprimos aquilo e honramos a palavra que a Câmara deu, pronto, fizemo-lo aqui que o fizemos em muito pelas outras circunstâncias.-----

----- Na altura como não havia intenções, aliás, de se avançar, porque entretanto estavam construídas hortas, estava construído o arranjo sobre aquele terreno, foi feita uma adenda no contrato que foi colocado, que foi dizer “a situação mantém-se no Jardim até poder vir a ser utilizada para cumprimento do contrato-promessa e na altura, tem que haver um prazo de aviso para que se possa fazer a substituição do Jardim e possa começar a obra”, porque nós o honramos aquilo que foi dado! -----

----- Entretanto, o espaço não estava a ser utilizado e nós arranjámos o espaço, pronto, e ficou o espaço arranjado! E por isso sou muito claro Senhora Deputada em dizer-lhe isto, eu fiz aquilo que era minha obrigação fazer, que é honrar um compromisso que a Câmara assumiu de 2003. E na altura não se pôs particular questão, porque não havia nenhum projeto diferente do que o usufruto do espaço para Jardim, a questão não teve qualquer polémica em nenhum Órgão Municipal, nem na Câmara, nem aqui na Assembleia e nem em lado nenhum, nem na Freguesia, aliás, teve por uma razão diferente, fez uma razão diferente, que é razão se deve ou não deve a Câmara de Lisboa atribuir património a confissões religiosas. Não é propriamente o problema urbano de Telheiras e eu continuo a entender que sim, que o faz aqui como o faz a outras, e deve entender e entendo também, como faz a outras, e não é só às minoritárias que o deve fazer, e que o deve fazer, mas acima de tudo aqui há uma questão que eu sublinho, é o direito foi constituído em 2003 e por isso uma entidade que se relaciona de boa-fé com a cidade e com a comunidade, pura e simplesmente não faz tábua rasa e diz “Olha isto não existia, eu olho para o lado”, pronto, por isso sobre o passado é isto. -----

----- Agora, o que talvez mais importante é sobre o futuro, é evidente que eu acho que não interessa a ninguém, não interessa ao Patriarcado, não interessa à Freguesia, não interessa seguramente à Câmara insistir uma solução que não tem o apoio da Freguesia e da população e por isso acho que isso aí aconselha, creio eu, a prudência e o bom-senso que se procurem outras soluções. E o que eu quero aqui transmitir de

forma muito clara a todos os seus Vereadores é que a Câmara está muito disponível, totalmente disponível, para fazer uma permuta relativamente ao direito de superfície para se encontrar outro terreno em que possa ser instalado ou o Centro Social, que era a primeira preocupação, ou a Igreja com o Centro Social que se possa encontrar a solução que não neste terreno, para tal estamos muito disponíveis para trabalhar com a Igreja, para procurar essa solução que, aliás, tomaremos a iniciativa do contacto nesta mesma direção, isto é, promover um encontro para que se possa encontrar uma outra solução diferente. -----

----- Na minha opinião, conhecendo hoje o sentimento da população de Telheiras é, naturalmente, a única, é a posição que creio que melhor serve o contento de todos, porque acho que a ninguém interessa o avanço de uma construção que tem uma natureza eminentemente social coletiva, contra uma vontade expressa de uma parte da população e, por isso, nós faremos a nossa obrigação que é procurarmos uma alternativa dentro do património que a Câmara dispõe, dentro daquela Freguesia e Freguesias limítrofes. -----

----- Mas gostava de precisar bem estes dois pontos, estes dois momentos do tempo, as decisões que foram tomadas e porque foram tomadas, porque é que também não houve particular oposição sobre a solução tomada, e porque é que agora havendo a nossa disponibilidade é procurar outro terreno para que se possa avançar com o projeto- -----

----- Peço agora ao Vereador Miguel Gaspar, para finalizar as respostas da Câmara às várias questões colocadas.”-----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e respondeu às questões colocadas: -----

----- “ Senhor Presidente muito obrigado. -----

----- Relativamente às questões do Beato, vamos ver, se nós estivéssemos a discutir aquilo que é que, de facto, o problemas de estacionamento do Beato, eu acho que até a discussão tenderia a concordar com aquilo que a Senhora Deputada diz que, de facto, o Beato tem um problema de estacionamento, que tem, que temos que melhorar o ordenamento viário que temos e que há obras que estão a ser feitas, que estão a ser feitas e que nós temos inclusivamente essa obra que diz, tem toda a razão, só foi feito metade do troço da Professor Mira Fernandes e agora vai ser intervencionado o restante e também com o projeto que foi acordado pelo Departamento de Gestão da DMMT com a Junta, no sentido de melhorar o estacionamento. Até aí estamos todos de acordo, o que eu tenho muita dificuldade é usar na Assembleia Municipal a palavra “caça à multa” relativamente àquilo que é a atividade da Polícia Municipal. A Polícia Municipal são no fundo Agentes da PSP, são agentes, são cidadãos como nós, fazem juramento de bandeira e juram cumprir a Lei e cumprir a Constituição, se necessário com sacrifício da própria vida. Dizer que a atividade deles é a atividade de “caça à multa”, acho que é deselegante, especialmente vindo de uma Assembleia Municipal ou vindo de alguém com responsabilidades políticas, eu nunca a usarei, quem a usará ficará com essa palavra. -----

----- Relativamente à questão das Zonas Zero, as Zonas Zero, Senhor Deputado, o Senhor Deputado detalhou com o rigor aquilo que é o funcionamento das Zonas Zero e em boa parte tem razão, uma das constatações que nós fazemos é que as Zonas Zero neste momento, limitam a entrada da zona central, de boa parte da zona de Lisboa, carros anteriores a 1996 e depois de carros de anteriores ao ano de 2000. -----

----- Um carro de 1996, não é bem um clássico, mas é quase e depois, curiosamente, há duas exceções, uma exceção para clássicos que podem entrar e uma exceção para residentes, que também podem entrar e, portanto, na verdade, naquilo que é o universo, atendendo à idade do parque automóvel, enfim, a própria evolução tecnológica que tem existido, tem permitido melhorar aquilo que é o desempenho da qualidade do ar da Avenida da Liberdade e até lhe posso ler que no relatório de acompanhamento que fazemos das Zonas Zero, aquilo que nós temos é que, apesar de se ter verificado uma tendência do aumento de tráfego automóvel, passo a citar, podemos afirmar que os resultados de avaliação da qualidade do ar ambiente, para as partículas em suspensão, o PM10 e dióxido de azoto não acompanham a mesma tendência crescente, na verdade até é destacado que se cumpriu pela primeira vez em 2014 e 2016, aquilo que eram os limites legais das Zonas Zero. -----

----- Agora aquilo que o Senhor Deputado não disse e detalhou com tanto rigor a questão das Zonas Zero, não disse talvez duas das medidas mais importantes das Zonas Zero, uma foi a renovação táxis da cidade de Lisboa, que eu acho que foi conseguida com grande sucesso e com investimentos dos senhores taxistas que renovaram a frota, já não temos aqueles carros velhos que tínhamos a circular na cidade de Lisboa e, de facto, isso melhorou bastante... Talvez estejam na Estrela Senhor Presidente!... -----

----- Agora aquilo que relativamente à questão, da questão da outra medida estava nas Zonas Zero, como sabe as Zonas Zero, as medidas que foram propostas pelo Governo e havia uma medida com uma empresa do Governo que era muito interessante, havia uma medida nas Zonas Zero, proposta pelo Governo que era a renovação da frota da Carris, ora acontece que, como sabe, a Carris, de facto é um dos emissores importantes da Avenida da Liberdade e durante muitos anos, não houve qualquer renovação da frota da Carris, neste momento, desde que a Carris é Municipal estamos a investir fortemente na frota da Carris, autocarros de baixo carbono e acho que isso vamos concretizar mais uma medida que estava prevista no Zonas Zero e vamos reduzir aquilo que é a emissão de partículas não necessariamente CO₂, mas de partículas naquilo que é A Avenida da Liberdade, aliás, estamos a ir na direcção correcta.-----

----- Falta-me o tema das questões que foram colocadas, desculpem que esqueci-me, recupero já. A questão dos carros que entraram que saíram da cidade de Lisboa, é que, por acaso, esta aqui, vamos lá a ver, falando na Carris, o PSD é aquele Partido que mandou cortar os autocarros da Carris, que mandou cortar o serviço do Metro, mandou cortar o serviço da CP e que houve uma redução de 25% de passageiros transportados no transporte público, portanto, para vir agora dizer o que é que está a ser feito para melhorar, acho que é preciso ter alguma lata!-----

----- Agora continuando, é preciso olhar um bocadinho para aquilo que têm sido os resultados e, de facto, embora a economia esteja a retomar, que há cada vez mais emprego na cidade de Lisboa e, portanto, felizmente há mais mobilidade, acho que as coisas tem que ser postas sempre no contexto daquilo que são as pessoas que se estão a movimentar de uma lado para o outro, a verdade é que o transporte individual cresceu 1,6% no último ano na entrada em Lisboa e o transporte público 5,6%, portanto o transporte público está a recuperar face ao transporte individual e julgo que não é por causa dos investimentos que o PSD deixou pronto na área da mobilidade. ----

----- Relativamente aos parques periféricos, já estamos neste momento a fazer o os parques da Pontinha, no entorno da Feira Popular, estamos já a negociar com a Amadora, com a EMEL, são mais de 2900 lugares que ali estão, estou a falar de cor, espero não me estar a enganar! Também já temos negociado, já está os parques periféricos do Pingo Doce na quadra de Chelas, em Marvila, também já estamos a intervencionar o parque em Algés, há uma coisa que eu reconheço, já reconheci isso aos Senhores Deputados na última Reunião da Comissão, é que acho que a EMEL devia estar a comunicar melhor os parques que já temos, apesar de tudo muito está a ser feito. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Entretanto, como seria expectável, o Senhor Deputado Luís Newton pediu a palavra. -----

----- Eu acho que na falta de poder responder ao Senhor Vereador João Paulo Saraiva, vai-se centrar no Senhor Vereador Miguel Gaspar.” -----

----- **O Senhor Vereador Luís Newton,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Sabe o Senhor! -----

----- Em primeiro lugar pedir desculpa pela voz, isto a febre e a gripe cria esta dificuldade, mas não queria deixar de marcar presença na Assembleia Municipal e transmitir agora, depois de ouvir os Senhores Vereadores, em primeiro lugar dizer que o Senhor Vereador tem uma fixação da Estrela! Já deu para perceber!-----

----- Primeiro o Senhor Vereador queria que a Estrela indicasse motoristas para a Carris nas reuniões de Comissão, como não conseguiu motoristas da Freguesia da Estrela para a Carris foi subcontrata-los a entidades privadas, é um procedimento!-----

----- Depois faz aqui uma alusão aos táxis e à Estrela novamente, quer dizer, vem o Senhor Vereador a procurar, enfim, incentivar um discurso de elevação e depois a seguir tem esta derrocada, mas é como o Senhor Vereador diz, fica para quem os diz! -

----- E e depois, Senhor Vereador, eu no meio disto tudo fiquei com uma preocupação muito grande, porque quando nós perguntamos os lugares de estacionamento e quando Vossa Excelência resolve responder, eu senti novamente no seu tom de resposta aquele registo que tem sido apanágio, que é as fatalidades e, portanto, de quem, enfim, tem responsabilidades para com a Cidade, eu não consigo compreender Senhor Vereador, como é que a resposta de quem tem responsabilidades políticas para

a gestão e para dar respostas à comunidade, que rapidamente constrói um conjunto de compromissos, uns de natureza pré-eleitoral, com obviamente alguma tentativa de eficácia pós-eleitoral, que pelos vistos já percebemos que não vai existir, porque o Senhor Vereador diz “Não, não, isto é um problema, os carros quando têm a utilização do privado continuam a subir e do carro continua a subir” eu vejo isso também com muita preocupação, Senhor Vereador. -----

----- Lá está novamente a fatalidade! E o problema é que, e a resposta que está a dar e sobretudo a mensagem que está a passar é que é Vereador, mas que, enfim, olhe, não vai poder fazer nada, porque isto é tudo uma grande fatalidade! Os números são o que são! O País vai continuar a ir numa direção qualquer! As pessoas vão continuar a usar o automóvel e o Senhor Vereador não tem qualquer resposta para dar, nem qualquer solução para apresentar. Muito obrigada. -----

----- Senhor Vereador e deixe-me dizer-lhe, acho que eu não tive oportunidade de dizer isto, antes de terminar, deixe-me dizer-lhe que mantenho aquilo que, aliás, lhe procurei dizer logo desde a primeira vez que tive oportunidade de trocar impressões consigo, que é tanto fascínio pela Estrela, está convidadíssimo a vir á Junta de Freguesia da Estrela e vir ao território da Estrela, para poder constatar pelos seus próprios olhos o que é que é possível fazer e o que não é possível fazer!”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Vamos dar a palavra à senhora Deputada Ana Mateus, para efeitos de defesa da honra. O microfone à Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Mateus (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção em defesa da honra:-----

----- “Peço desculpa, eu vou ser muito rápida, a utilização desta expressão tem a ver com a questão de terem sido autuados 80 viaturas e a própria junta de Freguesia e fez um comunicado, que eu passo a ler: “informa que a pela população que, desde já protestou junto da Polícia Municipal pelo excesso de zelo que esta demonstrou ao multar, os veículos estacionados sem incomodar a normal circulação automóvel (....).”-----

----- Isto é só para dizer que isto é muito grave e que eu não utilizo estas expressões, como é evidente! É só isto e muito Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada, como se comprovou pela sua intervenção, mas a Mesa tem toda a latitude, não vimos bem onde é que a sua honra foi ofendida, mas ficou feita a citação da Freguesia em causa.-----

----- Senhor Vereador Miguel Gaspar também tinha pedido a palavra, chamo-lhe só a atenção com o tempo que a Câmara tem e o facto de a vários Grupos Municipais, que já não vão usar da palavra, têm estado com toda a boa vontade a ceder tempo à Câmara Municipal, mas, mesmo assim, o tempo que ainda se esgota e ainda temos Grupos Municipais inscritos, mas tem a palavra Senhor Vereador.”-----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente vou ser muito muito sucinto na minha intervenção, mas de facto excesso de zelo não é caça á multa! -----

----- A Carris não está a subcontratar motoristas, está a contratar serviços de fiscalização e, portanto, o nós estarmos a usar palavras erradas, acho que também não é adequado! -----

----- O único comentário Senhor Presidente Luís Newton e eu tenho um respeito por si, por aquilo que faz na sua Freguesia, pela atitude até moderna, como aborda alguns pontos, a única coisa que eu acho estranho é quando o Senhor sobe aquele púlpito, tem uma postura muito muito contida.-----

----- Quando eu estou a falar deste lado o Senhor Deputado, da sua cadeira, de onde está, está a pôr o dedo no ar, está a questionar aquilo que estou a dizer, foi o que o Senhor Deputado fez e foi só nesse sentido que eu reagi na direção do Senhor Presidente de Junta de Freguesia da Estrela, nada contra os fregueses da Estrela, residentes da Estrela é só uma questão de estilo, Senhor Deputado, Senhor Presidente, e, por vezes, no estilo discordamos. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Senhor Presidente da Câmara também?”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Era só para complementar e clarificar o Senhor Deputado Luís Newton, que não se preocupe com o entusiasmo do Vereador Miguel Gaspar com a Estrela, que ele não vai ser candidato à Junta de Freguesia.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos dar continuidade e recordamos que temos ainda três Grupos Municipais para usarem a palavra. Vamos dar a palavra ao Bloco de Esquerda.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e colocou as seguintes questões: -----

----- “Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

----- O Bloco de Esquerda traz hoje um conjunto de questões que na sua generalidade, têm que ver com o mesmo assunto: habitação, Lei do Arrendamento e proteção na Lei do Arrendamento. -----

----- Começamos com a questão relativa às alterações ao Plano Diretor Municipal anunciadas nas grandes Opções do Plano. São anunciadas nas grandes Opções do Plano a par de uma revisão da Carta Municipal do Património, aliás, já iniciada por uma deliberação tomada na Câmara Municipal, mas que não se consubstanciou ainda numa revisão do plano, mas a crescer a isso está a previsão de 25% do edificado de novas construções e operações de reabilitação para habitação a custos controlados,

nos termos do Plano e a elaboração de um estudo técnico para a capacidade máxima de unidades hoteleiras nas diversas zonas de Lisboa. -----

----- Percebemos, Senhor Presidente da Câmara Municipal, que se veja com simpatia o fenómeno do turismo e que se acredite no turismo, como meio de gerar riqueza e emprego em Lisboa, mas isto lembra um pouco aquele casal que tinha um andar de baixo de uma casa e que arrendou para um estabelecimento noturno e a mulher dizia-lhe ao fim da noite “O António, isto é muito barulho, devíamos mandar desligar esta música, isto não pode ser.”, e o António respondia “ Cala-te mulher que são 1500 euros de renda por mês.” e a conceção em relação às políticas de habitação e o seu equilíbrio com o turismo, não pode minimamente estar refém desta vontade de fomentar uma atividade económica a todo o custo e, nessa medida, quer nos parecer que estas alterações ao Plano Diretor Municipal e consequentemente aos restantes Planos Municipais de Ordenamento do Território, só peca por tardia! -----

----- E, portanto, gostávamos de saber, até tendo em conta o carácter complexo deste tipo de alterações, o facto de se ter que sujeitar a discussão pública, queremos saber quanto mais tempo teremos de esperar para ter que este debate e sobretudo a Cidade com a capacidade de planeamento na utilização do seu solo? Mas de um planeamento eficaz, não é do planeamento que prevê habitação e depois se transforma, por exemplo, em alojamento local, por via de uma Lei que tem consentido este tipo de situação. -----

----- Vimos com agrado e registámos com agrado que por proposta da Senhora Vereadora Paula Marques, a Câmara Municipal aprovou um programa relativo à habitação no centro histórico e à entrega ou à previsão da entrega de cem fogos municipais para preservar situações que podem ter algum agravamento em função da Lei dos Arrendamentos e da pressão imobiliária, mas constatámos também que dessa proposta resultam três requisitos cumulativos que são: o requerente possuir contrato, sucessivos contratos de arrendamento há mais de 5 anos nas quatro Freguesias abrangidas; A residência há pelo menos 10 anos numa das quatro Freguesias; e o risco de perda de habitação no ano anterior ou no ano seguinte. -----

----- Notámos também que este concurso que já abriu e foi devidamente anunciado no *site* da Câmara Municipal de Lisboa, mas gostávamos de saber, se possível, qual o número de candidaturas que já existem e qual o número de candidatos, que porventura foi já feita uma avaliação preliminar, é que estão em condições de beneficiar, e se esta medida, louvável e meritória, sublinhamos, será suficiente ou não para o que se vai verificando na Cidade. -----

----- Acresce ainda que gostávamos de ter esclarecimentos sobre o Programa Renda Acessível, não que tenhamos particular interesse no Programa Renda Acessível, que nesta Assembleia criticámos duramente e continuamos a criticar, de financiamento privado, mas queremos, queremos ter novidades sobre os processos de concurso público destes programas e queremos saber para quando é que avança o pilar público do Programa Renda Acessível? -----

----- É que todos sabemos que estes procedimentos demoram, a própria obra em si demora e os cidadãos esperam e continuamos a ter uma carência e uma subida de

preços de arrendamento, aliás, documentada na imprensa ainda na semana passada e, portanto, gostaríamos de ter esclarecimentos sobre esta matéria. -----

----- Queríamos ainda e já que falamos em Lei do Arrendamento Urbano, gostaríamos ainda de obter os esclarecimentos da Câmara Municipal sobre o cumprimento da Recomendação nº. 012/13, aprovada aqui a 27 de fevereiro nesta Assembleia Municipal e que respeitava à questão do *bullying* imobiliário.-----

----- Todos sabemos que o mercado de arrendamento, um pouco como as relações laborais, implica relações de sujeição terrível, para a parte mais fraca do contrato, normalmente o trabalhador, de maior dependência, ou o inquilino e, portanto, esta questão do *mobing* ou *bullying* imobiliário é uma questão de capital importância, porque todos sabemos que há processos para além dos legais para incomodar, para moer o juízo, perdoem-me a expressão, ou a cabeça ao inquilino que resiste em sair.---

----- É uma telha que não se repara, é uma falta de atenção no imóvel, são sistemáticas inspeções ao imóvel, são sucessivas pressões e ameaças e nós queremos saber para quando pretende a Câmara Municipal, porque estes são situações que se geram todos os dias, normalmente com estratos muito carenciados da população, e particularmente quando falamos de pessoas idosas. Queremos saber para quando e em que termos pretende a Câmara Municipal concretizar esta vontade expressa, por unanimidade, à Assembleia Municipal, a instituir uma linha SOS-Despejo? E em promover a sensibilização da Polícia Municipal para o encaminhamento e para o tratamento das denúncias que houver nesta matéria de *mobing* imobiliário?-----

----- Por último e retomando um pouco ao início, falemos da Lei 42/2017, da Lei que permite a classificação das lojas com história, dos estabelecimentos de interesse histórico-cultural ou social local e das entidades de interesse histórico e cultural ou cultural-social local. Esta Lei é uma Lei recente que tem tido um curto campo de aplicação, ao que julgamos saber foram classificadas ou foram declaradas nestas condições meia dúzia de estabelecimentos, portanto, quanto aos estabelecimentos, quanto às lojas com histórias já havia um percurso anterior da Câmara Municipal de Lisboa, mas uma meia dúzia de estabelecimentos, e preocupa-nos bastante ter noção que há pouca divulgação deste mecanismo e há milhares de coletividades em Lisboa, coletividades de bairro, que porventura podem não ter acesso a esta informação, lojas com história que possam não ter acesso a esta informação e o processo, claro está, pode ser feito oficiosamente ou a requerimento ou a solicitação das próprias Juntas de Freguesia, mas é preciso divulgá-lo porque se não vermos situações em que à última da hora, e que eventualmente possam não beneficiar e não lançando mão deste útil instrumento continuaremos a ver a Cidade despejada das suas coletividades, das suas lojas, da vida que tinha. -----

----- Nessa medida, gostávamos de saber se pretende a Câmara Municipal promover alguma ação de divulgação, relativamente à aplicação desta Lei e em que termos? E já agora queremos também saber se pretende a Câmara Municipal ou não proceder também à alteração do Regulamento do PDM e dos Regulamentos dos restantes Planos de Ordenamento de Território, eventualmente em relação ao PDM, será suficiente, para adotar as medidas de proteção que podem ser adotadas em sede de

Plano Diretor Municipal em relação aos estabelecimentos e às entidades de interesse histórico, social e cultural local?-----

----- Entendemos que com essa medida se conseguirá tirar uma plena proteção da lei, porque a lei em sede de relação jurídica de arrendamento, apenas prevê uma dilação da desgraça a que o novíssimo Regime do Arrendamento Urbano nos trouxe, impõe-se pois que o Plano Diretor Municipal acolha também, de forma inequívoca, a proteção estas lojas e entidades, e pretendemos saber se é essa a intenção da Câmara Municipal e para quando? Muito obrigado” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Vamos dar a palavra à Câmara, sinalizando o Senhor Presidente da Câmara, por enquanto, a não ser que beneficie de outras cedências de tempo, que a Mesa tem tentado negociar com alguns Partidos, mas por enquanto a Câmara só tem quatro minutos.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e respondeu às questões colocadas: -----

----- “Senhor Presidente, estou desolado! Peço para responder o Senhor Vereador Manuel Salgado, depois a Vereadora Paula Marques, dentro do tempo, com metade do tempo que ainda temos, ainda temos a intervenção do PAN.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “E dos Deputados Municipais Independentes.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e respondeu às questões colocadas: -----

----- “Senhor Presidente muito obrigado.-----

----- Portanto, em relação ao Plano Diretor Municipal, portanto, à alteração do Plano Diretor Municipal, ela está a ser trabalhada, é um processo demorado, qualquer Plano Diretor, seja uma alteração, desde que não seja uma alteração de pormenor, como aquelas que têm vindo aqui à Câmara, são operações longas que têm que ser bem ponderadas, têm que ser bem discutidas e têm que passar pela apreciação de variadíssimas entidades. -----

----- Neste momento, o que é que está feito? Está feito e aprovado nesta Assembleia Municipal, o REOT, que é uma peça sem a qual não se pode fazer uma alteração ao Plano Diretor, está feita a proposta de alteração e delimitação da Reserva Ecológica Nacional, que está em fase de concertação com a Administração Central para depois ser, ter o seu fecho. Está em curso a revisão da Carta Municipal do Património, conforme já foi referido pelo Senhor Deputado, está em curso a Carta dos Riscos Naturais e, portanto, com o levantamento geológico e geotécnico e está em curso o aspeto talvez mais relevante, que é a Revisão do Regulamento. -----

----- Nós estamos a trabalhar na Revisão do Regulamento para contemplar os aspetos que foram aqui referidos, nomeadamente a parte do turismo e da regulação do turismo e a parte da quota de habitação para programas públicos, mas queria que ficasse aqui

muito claro, não basta a vontade da Assembleia Municipal para que estes dois temas fiquem contemplados em sede de Plano Diretor Municipal, a regulação do turismo e as quotas de habitação para programas de habitação pública têm que ter um suporte legal que hoje em dia não existe e, portanto, nós estamos a fazer o nosso trabalho e muito em breve ele entrará numa fase de discussão. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e respondeu às questões colocadas: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente, muito rapidamente em relação ao concurso habitar o centro histórico, direcionado às pessoas que estão em perda de habitação resultante da oposição à renovação dos contratos, ou processo despacho por aplicação da Lei do Arrendamento Urbano, e que foi aprovado por unanimidade na Câmara Municipal de Lisboa, dizer que até à data estão foram submetidas 30 candidaturas, este processo foi de divulgação no *site* da Câmara, mas foi articulado estreitamente com as Juntas de Freguesia, com cada uma das quatro, Santa Maria Maior, Misericórdia, São Vicente e Santo António, com formação específica até de técnicos e técnicas que acompanham estes processos e também a fazendo a sensibilização às organizações locais para que pudessem fazer a divulgação e, portanto, até agora, temos 30 candidaturas. -----

----- Nós estivemos a fazer a análise sumária das candidaturas até agora, não há nenhuma situação que nos indique que não estejam em condições de estar abrangidas, aliás, as condições iniciais de acesso já eram muito claras para que se pudesse direccionar e ser mais célere este processo, acabam no dia 5 de maio e, portanto, no dia 5 de Maio nós teremos o resultado final e saberemos se os 100 fogos postos à disposição serão ou não suficientes para a situação.-----

----- Se por acaso, a 5 de maio não houver candidaturas suficientes nós faremos a afetação das candidaturas aprovadas e abriremos nova ronda de candidaturas. -----

----- Em relação à Recomendação foi aprovada aqui, da implementação da linha SOS-Despejos e sensibilização da Polícia Municipal, sendo que uma das alíneas como saberão não foi aprovada, eu na altura fui clara sobre que estas duas ações seriam integradas naquilo que é unidade de intervenção, a unidade de apoio integrado que está já em desenvolvimento e nós contamos até no início de maio ter quer a linha quer a unidade de intervenção integrada, com os parceiros que possam dar aconselhamento jurídico e acompanhamento social em funcionamento. -----

----- Eu aproveitava também, em relação à questão do Programa de Renda Acessível, eu dado o tempo limite que temos e não, de facto, não estava identificado como, não estava identificado como um tema a discutirmos, mas terei todo o prazer, evidentemente, em trabalhar com os Senhores Deputados do Bloco de Esquerda sobre esta matéria.-----

----- E aproveitando também, fazer minhas e juntando minhas às palavras do Vereador Manuel Salgado, a Câmara de Lisboa está a fazer o seu trabalho naquilo que tem a ver com os instrumentos que tem à disposição, era muito importante que os Grupos Políticos que têm assento na Assembleia da República fizessem o seu, nomeadamente naquilo que é a alteração à Lei do Arrendamento Urbano, a alteração e regulamentação do alojamento local. Muito obrigado Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Vereadora, entretanto o Bloco de Esquerda também cedeu o tempo restante à Câmara Municipal, vamos passar à intervenção dos Deputados Municipais Independentes. -----

----- Se a Senhora Vereadora Paula Marques quiser completar a resposta a Câmara aproveita a resposta aos Deputados Municipais Independentes, para complementar as intervenções, na gestão do tempo que têm, parcimonioso.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Patrícia Gonçalves (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e colocou as seguintes questões: -----

----- “Senhor Presidente da Mesa em exercício, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, eu vou ser muito breve. -----

----- No passado dia 21 de novembro foi aprovada nesta Assembleia uma Recomendação pela proibição dos copos de plástico descartável e por um plano de redução de plástico em Lisboa. O que nós gostaríamos de saber são os prazos previstos para a elaboração e implementação do plano de redução de plástico na cidade de Lisboa? De que forma pensa a Câmara envolver os estabelecimentos comerciais e os cidadãos na implementação deste objetivo? E por último que já foi feito algum contacto com o Governo ou com a Assembleia da República de forma a agilizar e alargar a proibição do uso de copos de plástico descartáveis? É tudo.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada, a última intervenção, penso eu, dos Senhores Deputados Independentes.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Joana Alegre (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e colocou as seguintes questões: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, membros da Mesa, demais concidadãos e deputados: -----

----- Os deputados municipais independentes dos Cidadãos por Lisboa num exercício de priorização que se coaduna com o nosso enfoque numa Cidade para as pessoas, vêm por este meio submeter à Câmara um conjunto de questões elencadas de entre diversas áreas de intervenção, as quais no nosso ver são persistentes, ou de carácter urgente, nomeadamente: -----

----- No que toca às infraestruturas e equipamentos educacionais da cidade de Lisboa, área da competência do pelouro dos Direitos Sociais, têm chegado queixas sobre as más condições das instalações na Escola Básica Leão de Arroios e na Escola Básica Maria Barroso. Que medidas já foram tomadas? Também no âmbito da Educação: Qual a perspectiva de cronograma para a conclusão da revisão da Carta Educativa, e as orientações estratégicas das creches? -----

----- Ainda em relação a áreas da competência do pelouro dos Direitos Sociais, e em específico acerca da continuidade de intervenções previstas: Para quando e onde está prevista a abertura da sala, ou salas de consumo assistido em Lisboa? -----

----- Sobre o apoio à habitação e mais concretamente acerca da bolsa habitacional criada para o Centro Histórico, os Cidadãos por Lisboa gostariam de saber se haverá a possibilidade de replicar uma acção similar noutras freguesias, pensamos que seria interessante. -----

----- Dada a conjuntura actual e a eminente urgência social de certas situações, consideramos que seria desejável. -----

----- Noutro contexto de actuação municipal, incidindo nas problemáticas prementes do pelouro do Urbanismo perguntamos como está a implementação do Plano de Acessibilidade Pedonal? Quais as intervenções previstas para aumentar a segurança e conforto dos peões?-----

----- No que respeita a continuidade de intervenções previstas também para a melhoria da saúde e qualidade de vida na cidade de Lisboa, vimos solicitar o ponto de situação da implementação do Plano de Ruído, e a identificação das zonas onde houve redução dos valores. -----

----- Ainda sobre medidas aprovadas e previstas, desta feita no campo das competências do Desporto, indagamos sobre qual a perspectiva de cronograma para a divulgação da plataforma informática da Carta de Desporto?-----

----- Terminando, relativamente a assuntos que mais recentemente têm gerado polémica, e cuja resolução urge, cabendo à Vereação das Finanças e Recursos Humanos a sua boa conclusão, os Cidadãos Por Lisboa finalizam o seu conjunto de questões ao executivo da Câmara Municipal de Lisboa, solicitando desta feita o ponto situação sobre a devolução da Taxa Municipal da Protecção Civil. Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Deputada. Vamos dar a palavra à Câmara para responder, Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Obrigado, eu passo a palavra ao Vice-Presidente Duarte Cordeiro, depois ao Vereador João Paulo Saraiva, por favor, e depois ao Vereador Ricardo Robles. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Duarte Cordeiro**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e respondeu às perguntas colocadas:-----

----- “Muito obrigado. Queria responder à Senhora Deputada Independente, do Livre, dizer que no que diz respeito à questão dos copos de plástico, que nós já reunimos, já obviamente reunimos com o Governo no sentido da nossa posição ser absolutamente favorável à eliminação dos copos de plásticos descartáveis. Que reunimos já com as associações cervejeiras e, portanto, nas zonas onde nós entendemos que existe maior problemática relacionada com os copos de plástico descartáveis, nomeadamente a zona de Santa Catarina e a zona do Arco do Cego, para alguns exemplos, a zona do Cais do Sodré, estamos a procurar com as cervejeiras e elas ficaram de nos apresentar projetos em relação a esta matéria, mas também reunimos com a Sociedade Ponto Verde, e com a ARESP e apresentámos uma candidatura ao *Open Innovation*, da Sociedade Ponto Verde, em parceria com a Associação *Circular Economy Portugal*,

que tem como objetivo, no fundo, encontrar um modelo de utilização dos copos reutilizáveis com o modelo de copo único e com retorno, semelhante ao que já acontece nos festivais, mas que possa ser aplicado ao comércio da Cidade, obviamente que isto depende uma adesão grande parte dos comerciantes. -----

----- Esta matéria ficará mais facilmente resolvida se for resolvida a nível nacional e é isso que nós entendemos, é isso continuaremos a defender. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e respondeu às questões colocadas: -----

----- “Muito rapidamente, só para dizer que temos toda, como já disse aqui há uns dias atrás, todas as situações de vales postais estão entregues e uma quantidade apreciável, ou seja cerca de 91% estão descontados, que depois nas outras situações, no que são transferências bancárias através dos IBAN, nos contribuintes estrangeiros e nos contribuintes com valores superiores a 5 mil euros também aí a execução anda nos 84%. -----

----- A única a fatia da devolução da taxa municipal de proteção civil que está a ainda um pouco mais atrasada, tem a ver com os encontros contas de situações de execução fiscal, em que um terço está tratado e os outros estão em vias de ser completadas. -----

----- Portanto, é este o ponto de situação e parece-me que mais uma vez é preciso aqui sublinhar o esforço que o Município fez e os seus trabalhadores para que toda esta situação decorresse no menor espaço de tempo possível e com o menor incómodo possível para os Municípios. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Robles**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e respondeu às questões colocadas: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Rapidamente que o diagnóstico das creches está a ser atualizado, o último que tínhamos era de junho de 2017, dei instruções aos serviços para que houvesse essa atualização e tenho informação que estará em maio, poderemos ter esse esse levantamento.-----

----- Temos já a sete creches em fase de projeto e, portanto, também numa fase avançada de concretização.-----

----- Relativamente às salas de consumo assistido, como informei, temos prevista apresentação pública no dia 19 de abril, vou endereçar um convite a que a Assembleia Municipal para estarem presentes e disponibilizar-me depois para também aqui dar os esclarecimentos necessários e fazer o debate que foi necessário fazer.-----

----- Sobre as que o Leão de Arroios, temos conhecimento de alguns problemas, nomeadamente com o muro que faz fronteira com a Embaixada da Rússia e que, segundo a informação que tenho está já a ser reparado e até ao final da interrupção letiva da Páscoa estará resolvido.-----

----- Quanto à Escola Maria Barroso é uma escola nova, nas mesmas escolas novas perante o primeiro inverno têm problemas e estão a ser resolvidos, eram umas infiltrações, penso que algumas caleiras que não estavam devidamente limpas e já estão também resolvidas, tem um problema relativamente complicado de resolver, mas está em curso que é a alimentação elétrica definitiva, está abastecido pelo ramal

da obra, ainda não têm potência suficiente e, por isso, a cozinha não está a funcionar a cem por cento, mas está a avançar o posto de transformação, que é partilhado com o edifício do lado, onde está o Instituto de Registos e Notariado, já estão a ser feitos trabalhos de arqueologia, mas quer há um PT enterrado, portanto, temos trabalhos mais ponto do vista técnico mais complicados, mas que durante o mês de maio estará a iniciar-se a essa adaptação, essa alteração do posto de transformação. -----

----- A Carta Educativa, como sabem em junho/julho do ano passado foi assinado o contrato com o ISCTE, está a ser coordenada pelo professor Luís Capucha, temos feitas várias reuniões, fizemos três reuniões com um ou vários grupos de Freguesias, foram muito produtivas, porque tivemos muita informação sobre quem está mais próximo das comunidades escolares, são as Freguesias. -----

----- A informação que temos da equipa do ISCTE é que até ao final deste primeiro semestre, estará concluída a fase de elaboração da Carta para depois entrar em consulta pública, naturalmente, reunimos os contributos de toda a gente, incluindo da Assembleia Municipal.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador, penso que encerrámos as respostas da Câmaras a este Grupo Municipal e vamos entrar no último, que é o PAN, dando nota de que a documentação de suporte à primeira pergunta foi entregue na Mesa, que foi atempadamente distribuída, quer à Câmara quer aos Grupos Municipais.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e colocou as seguintes questões: -----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente em funções, boa-tarde Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Vereadoras, Deputados e Deputadas Municipais, Público e Jornalistas presentes. -----

----- O PAN traz hoje aqui uma questão, que penso que nos dias de hoje não nos carece de grande reflexão e tem a ver com o uso da Praça de Touros do Campo Pequeno e da Associação de Turismo de Lisboa, e gostávamos por isso que fosse esclarecido por parte da Edilidade aqui algumas questões, nomeadamente quanto ao direito de superfície. -----

----- De acordo com o que conseguimos apurar relativamente à situação do Edifício da Praça de Touros do Campo Pequeno e Centro Comercial e Parque de Estacionamento, verificámos o seguinte: -----

-----1. Praça de Touros do Campo Pequeno. -----

----- Na sequência de uma deliberação de Sessão de Câmara (16 de fevereiro de 1889), a Câmara Municipal de Lisboa concedeu à real Casa Pia um terreno municipal necessário para a construção de um edifício adequado à edificação de uma praça de Touros, no Campo Pequeno, hoje largo Doutor Afonso Pena, com as seguintes condições: -----

----- 1ª Que o projeto da praça fosse submetido à aprovação municipal; -----

----- 2ª Que a posse do terreno voltasse para a câmara, logo que ao edifício fosse dado um destino diverso daquele para que foi requerida a licença ou fosse alienado pela real Casa Pia; -----

----- 3º Que pelos representantes legais da mesma real casa fosse assignado o termo em que se desobrigavam ao cumprimento destas. -----

----- Posteriormente, em 1881, terá sido assinada uma “escritura empreitada e cessão de direitos” através da qual a empresa Tauromáquica Lisbonense se obrigou a construir a Praça de Touros do Campo Pequeno, ficando com a concessão da sua exploração pelo prazo de 90 anos e 9 meses para a sua exploração, contados a partir de 1 de abril de 1892, pelo que esta exploração terminaria a 31 de dezembro de 1982. -

----- Na certidão do Registo Predial consta a referida cedência camarária à Casa Pia de Lisboa, estando inscritas as condições definidas desde o início da concessão (as já supracitadas de 1889 – projeto do edifício aprovado pela edilidade; posse do terreno voltar à câmara se o edifício fosse alienado ou lhe fosse dado destino diferente). -----

----- Também, de acordo com a Caderneta Predial a entidade responsável pelo cumprimento das obrigações fiscais relativas ao edifício da Praça de Touros do Campo Pequeno é a Casa Pia, I.P. -----

----- 2. Já quanto ao parque de estacionamento subterrâneo, com área comercial envolvente. -----

----- Em 1995, de acordo com uma proposta aprovada pela Câmara Municipal de Lisboa e pela Assembleia Municipal de Lisboa (Proposta 514/95), a edilidade procedeu à desafetação do domínio público municipal para o domínio privado municipal de uma parcela de terreno com 17.200m², em subsolo, situada no Campo Pequeno, com o objetivo de se construir um parque de estacionamento subterrâneo, com área comercial envolvente, já com o objetivo de o atribuir à Casa Pia de Lisboa. --

----- Ainda em 1995 procedeu-se à inscrição no Registo Predial desta desafetação do domínio público e integração no domínio privado e em 1997 realizou-se a escritura de constituição de direito de superfície em subsolo, pelo prazo de 99 anos consecutivos, dessa mesma parcela a favor da Casa Pia de Lisboa, I.P., mantendo-se o destino “construção de um parque de estacionamento subterrâneo, com área comercial envolvente”. -----

----- Contudo, logo em 1998, a Sociedade de Renovação Urbana Campo Pequeno, SA adquiriu esse direito à Casa Pia de Lisboa, tendo aliás sido esta sociedade que procedeu a todo o procedimento de licenciamento do centro comercial e parque de estacionamento ali construídos. -----

----- Ora, Considerando que: -----

----- - Uma das condições de cedência do terreno à Casa Pia de Lisboa, em 1890, onde hoje se localiza a Praça de Touros do Campo Pequeno era precisamente “que a posse do terreno voltasse para a câmara, logo que ao edifício fosse dado um destino diverso daquele para que foi requerida a licença ou fosse alienado pela real Casa Pia Considerando que a cedência tinha como condição a Casa Pia não alienar o terreno”, ou seja, além de ser um espaço destinado a espetáculos não podia ser alienado pela Casa Pia; -----

----- - Em 2014, o Comité dos Direitos da Criança das Nações Unidas, responsável pelo cumprimento da Convenção dos Direitos da Criança, instou o Estado português a adotar medidas para afastar as crianças e jovens daquilo que classificou a “*violência das touradas*”, tendo incluído as touradas no capítulo “*violência contra crianças*” no relatório periódico de avaliação a Portugal, a par dos castigos corporais, abuso e negligência; -----

----- - A Câmara Municipal de Lisboa candidatou-se em 2016 ao programa da UNICEF “Cidade Amiga das Crianças” (embora apresentada ao público, não se conhece a formalização da mesma); -----

----- - De acordo com o documento “Construir Cidades Amigas das Crianças - Um quadro para a ação”, elaborado pelo Comité Português para a UNICEF em Novembro de 2015, “*À luz da Convenção, os Governos, incluindo a administração local, devem garantir que o interesse superior da criança seja uma prioridade em todos os assuntos que lhe dizem respeito*”; -----

----- - A Casa Pia de Lisboa é um instituto público que tem como missão a promoção dos direitos e a proteção das crianças e jovens; -----

----- - Paralelamente, de acordo com as notícias que têm vindo a ser difundidas nos meios de comunicação social decorre desde 2014 o processo de insolvência da empresa Sociedade de Renovação Urbana do Campo Pequeno, S.A, estando em causa o futuro da gestão da atual Praça de Touros do Campo Pequeno, designadamente devido à possível venda em breve da Sociedade de Renovação Urbana do Campo Pequeno, S.A; -----

----- - Desde o ano de 2013 que Lisboa criou a figura do Provedor Municipal dos Animais de Lisboa, com a missão de zelar pelos direitos e interesses legítimos dos animais da cidade; -----

----- - Desde Maio de 2017 que vigora em Portugal o Estatuto Jurídico próprio dos animais, que reconhece que os animais são seres vivos dotados de sensibilidade; -----

----- - Mesmo que assim não fosse, consideramos que os valores humanitários que devem estar subjacentes à prossecução das políticas não podem menosprezar o respeito pela vida e pela dignidade animal, o que não acontece nas corridas de touros, não fazendo sentido que em pleno coração da capital se permitam as maiores sevícias aos touros e cavalos envolvidos nesta atividade anacrónica; -----

----- - Não podemos deixar de referir também, que existem prejuízos financeiros para a autarquia decorrentes desta cedência do direito de superfície, senão veja-se, decorre da cedência à Casa Pia uma isenção no pagamento de IMI (da Arena e das Lojas existentes no subsolo) que ascendem a € 12.402.910,00, no entanto a entidade que está a beneficiar desta mesma isenção são os privados – quer a SRUCP, quer quem explora os espaços comerciais existentes. -----

----- Assim, o Grupo Municipal do PAN, Pessoas – Animais – Natureza gostaria de saber qual o posicionamento da Câmara Municipal relativamente aos apoios institucionais à tauromaquia, designadamente, por via da Associação de Turismo de Lisboa, bem como da cedência de quaisquer meios da autarquia, como direitos de

superfície, publicidade nos meios de comunicação institucional, isenções, entre outros, designadamente através dos seguintes esclarecimentos:-----

----- 1 - Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa preside à Associação de Turismo de Lisboa, se tomou alguma diligência no sentido de se proceder à revisão dos Estatuto da ATL, para que não seja permitida a adesão de quaisquer entidades cuja atividade seja lesiva do bem-estar dos animais, como é o caso da Sociedade Campo Pequeno e da Sociedade de Renovação Urbana do Campos Pequeno, considerando que o bem-estar e o sofrimento animal são hoje valores aos quais a CML não pode deixar de ser alheia, bem assim como pela promoção de um Turismo eticamente sustentável;-----

----- 2 - Considerando o averbamento constante do direito de superfície e de propriedade da Praça de Touros do Campo Pequeno, se a CML pretende manter a imposição de se realizarem touradas no Campo Pequeno ou se está disposta a abdicar desta mesma imposição?-----

----- 3 – Gostaríamos de saber, se face à insolvência da sociedade que gere o Campo Pequeno, a autarquia estuda a possibilidade de reclamar a posse daquela sala de espetáculo, e encontrar uma forma de substituir a realização de eventos tauromáquicos por outros, como sejam eventos musicais, desportivos ou outros?-----

----- Curiosamente, foi precisamente em 1889 – quando todo este processo se iniciou, que Teófilo Braga, afirmou em reunião de Câmara a respeito das corridas de touros, serem um “divertimento que reputava condenável por muitos motivos”. Acreditamos hoje num desfecho e numa reflexão mais positiva, em que o respeito pela dignidade que a vida animal nos merece traga de facto uma outra decisão por parte do Executivo Municipal.-----

----- Temos também aqui algumas outras, mas, como o tempo escasseia, nomeadamente até para resposta do Executivo referia aqui apenas que em relação às denúncias já efetuadas, à pergunta número 2, designadamente o controlo dos serviços, o controlo dos pombos e dos serviços dos falcoeiros, encontram-se por responder o impacto que os mesmos poderão ter na biodiversidade e o destino destes animais, bem como a monitorização do Pombal Contracetivo do Parque Silva.-----

----- Em relação à ampliação da CAL e da recolha de animais feridos remetemos para a pergunta escrita precisamente a questão já colocada, assim como para a última pergunta, gostaríamos apenas de ver esclarecido se está previsto reformular os procedimentos tendentes ao encaminhamento de animais silvestres é uma melhor articulação entre diferentes equipamentos, e por fim, em relação à fiscalização aos equídeos que se encontram a deambular na nossa Cidade relativamente a veículos de tração animal, bem como aqueles que se encontram abandonados, gostaríamos de saber se estão a ser feitas as ações de fiscalização necessárias. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada, em especial por este último esforço de síntese.-----

----- Temos ainda a intervenção do Senhor Deputado Miguel Santos, é a última intervenção antes da resposta da Câmara.-----

----- Desde já informamos o Plenário que o ponto que fica na Ordem de Trabalhos será reagendado em próxima sessão e também apelar, porque estamos no limite do quórum, que mais nenhum Senhor Deputado abandone os trabalhos e também nos começamos a aproximar, embora tenhamos começado mais tarde, da hora limite de funcionamento, portanto, apelávamos à capacidade de síntese quer do Senhor Deputado quer depois da resposta final da Câmara para não correremos o risco de interromper os trabalhos por um motivo ou por outro.-----

----- Senhor Deputado Miguel Santos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e colocou as seguintes questões:-----

----- “Obrigado Senhor Presidente, em exercício, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais, Público em geral e imprensa.---

----- Vu tentar ser o mais sintético possível. Começaria pelas questões relativas ao Palácio Mendonça, que está a ser objeto de uma intervenção com a finalidade de nele se instalar a nova sede da Fundação Aga Khan e que tivemos reflexos das dúvidas que têm assaltado os munícipes, ainda hoje na intervenção do público.-----

----- Basicamente estamos a falar de dúvidas e inquietações derivadas da possibilidade de serem abatidas centenas de árvores, e quando recebemos a meio, já durante esta sessão, a informação da Câmara relativamente a este assunto, não nos conseguiu despreocupar, ou seja, vimos que efetivamente estavam previstas inicialmente esses abates e que foram indeferidos pela Cultura e a pergunta que nos assalta é: porquê proceder ao abate de árvores num jardim classificado, embora as árvores em si não estejam classificadas? E qual o número de árvores que estão previstas ser abatidas?----

----- Relativamente ao documento que nós vimos não podemos ainda a emitir uma opinião, porque não tivemos tempo. No entanto, gostávamos de saber em que é que ficou a última versão do projeto e a se continuam a ser abatidas estas quantidades de árvores?-----

----- Relativamente depois ao Regulamento Municipal do Arvoredo de Lisboa, temos também com regularidade, ouvido as queixas dos Munícipes e já também hoje vimos perguntas relativamente a esta matéria e nós reforçamos aquilo que temos dito anteriormente. As árvores podem ser bem tratadas nas Freguesias ou pela Câmara, é preciso é que sejam bem tratadas. Agora a pergunta é: se no caso das árvores serem maltratadas, a Câmara está disponível para caso a caso poder avocar essa responsabilidade para si?-----

----- Relativamente às várias questões que têm sido colocadas, a questão da plataforma eletrónica, e ainda hoje ficou claro que assim é, é a resposta indispensável à maior parte das questões que têm sido levantadas e, portanto, a pergunta principal é para quando a utilização pelos munícipes de poderem consultar essa plataforma eletrónica? Quando é que ela estará pronta, para que possa os próprios munícipes fazer, digamos, essa supervisão do funcionamento do Regulamento?-----

----- Relativamente às questões de locais potencialmente contaminados, considerando que a Direção Municipal de Gestão Patrimonial participa no estudo para a inventariação dos locais potencialmente contaminados da cidade de Lisboa, e ainda no projeto classificação, comportamento sísmico dos solos da cidade de Lisboa, pretendemos saber qual a data prevista para a divulgação dos resultados públicos dos mesmos?-----

----- Gostávamos também de saber qual a data de conclusão prevista para a revisão da Carta de Atividade Física e do Desporto?-----

----- Também relativamente ao Guia de Boas Práticas no âmbito do reforço sísmico foi com agrado que tomámos conhecimento que a Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Local está a elaborar um Guia de Boas Práticas para o reforço sísmico no domínio da pré reabilitação do edificado, a ser disponibilizado na plataforma interativa *online* do Portal do Município. Assim gostaríamos de saber qual a data prevista para Guia de Boas Práticas esteja concluído e disponível ao público? Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Entretanto tínhamos aqui um pedido de Interpelação à Mesa da Senhora Deputada Municipal Independente Joana Alegre. -----

----- Vamos dar-lhe a palavra brevemente, microfone à Senhora Deputada, ali do lugar, de um modo breve, se for algo que a Câmara possa fechar na intervenção final?-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Joana Alegre (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte Interpelação à Mesa:-----

----- “ Muito brevemente, Senhor Presidente, é que ficaram quatro questões por responder e, portanto, os Cidadãos Por Lisboa querem notar esta situação e vamos apresentar um Requerimento com estas quatro questões que ficaram por responder.”---

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. Agora na intervenção final pode ser que a Câmara respondendo ao PAN possa também fechar respondendo a algumas dessas questões, que eventualmente terão ficado por responder. -----

----- Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores para a ronda final de intervenções da Câmara.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e respondeu às questões colocadas: -----

----- “Senhor Presidente, não sei na base de que tempo, mas admito que arranje algum e queria fazer a minha última intervenção...” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “No tempo cedido pelos Deputados Municipais Independentes.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e respondeu às questões colocadas: -----

----- “Queria fazer uma intervenção, não sem antes dizer que apelando à urgência, que o bom senso torna evidente, a Revisão do Regimento sobre o qual decorrem estes debates, pelo facto de que estamos quase a chegar às 6 horas de debate da reunião aqui, e não creio particularmente que o número de horas acrescente ao resultado do debate. -----

----- Gostava de antes de passar aos Senhores Vereadores dizer o seguinte: esclarecer o PAN, não há nenhum apoio da Associação Turismo de Lisboa ao Campo Pequeno nem às Touradas, já expliquei isto mais do que várias vezes aqui, isso não existe, não acontece! O que existe é a uma empresa que é associada da ATL, como são associados da Associação Turismo de Lisboa, não sei agora precisar o número exato, mas admito que já há cerca de 700/800 empresas que operam na cidade de Lisboa. -----

----- Relativamente às questões patrimoniais que colocou, agradeço-lhe a história, mas fez, de facto, uma boa resenha histórica, admito que tenha feito, não consigo recuar ao século XIX sobre a história do nascimento do Campo Pequeno, mas irei ver, até por curiosidade aquilo que apresentou. -----

----- Sobre as restantes questões eu peço ao Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro e depois ao Vereador Manuel Salgado e ao Vereador José Sá Fernandes para corresponder.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e respondeu às questões colocadas: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Senhora Deputada, eu vou-me seguir aqui da cábula que diz respeito às questões que a Senhora Deputada colocou por escrito, porque é muito difícil para mim acompanhar aquilo que foram os comentários finais da Senhora Deputada relativamente às questões que sobravam e, portanto, só para dizer que não obstante o podermos responder por escrito às questões que colocou, e talvez seja a forma mais adequada, tendo em conta a quantidade e o detalhe das questões que são colocadas, dizer que já foi respondido e insistimos que no fundo temos um contrato no que diz respeito à falcoaria que respeita, no fundo, as condições definidas pelo Instituto da Conservação da Natureza. -----

----- Sabemos qual a espécie que é utilizada, do ponto de vista dos falcões que são utilizados para este tipo de operação, não sei se é relevante para a Senhora Deputada não, daremos por escrito essa informação. -----

----- Voltamos a referir que as aves estão presas e, no fundo, têm certificados de utilização. Já foi referido isso várias vezes que reiteramos que não há qualquer tipo de impacto na saúde dos pombos, apenas há aqui um efeito de afastamento, digamos assim, dos pombos das zonas onde estão concentrados. -----

----- Também já respondemos várias vezes, não mudou nada vez que a Senhora Deputada era Provedora dos Animais, no que diz respeito ao processo de captura dos animais, nomeadamente dos pombos, do seu destino, da sua utilização, da sua prática, portanto, admito que a Senhora Deputada sabe exatamente o que acontece com esses mesmos animais. -----

----- No que diz respeito à ampliação da CAL e recolha dos animais feridos, voltamos a insistir que nós referenciamos todos os animais acidentados, que nós temos práticas que são perfeitamente adequadas e que são abertas perfeitamente passíveis de serem confirmadas, quer pela Provedora dos Animais, quer pelos Senhores Deputados, quer pelos voluntários que nos ajudam no dia-a-dia da Casa dos Animais e, portanto, não me parece que haja nenhum problema no que diz respeito à sua prática. -----

----- A ampliação da Casa dos Animais tem como objetivo proporcionar melhores condições e aumentar a capacidade de acolhimento. -----

----- No que diz respeito à questão dos equídeos também já referimos várias vezes que as práticas que adotamos são as adequadas, por escrito poderemos dar todos os detalhes das práticas que adotamos.-----

----- No que diz respeito às denúncias relativamente à captura de animais silvestres, também já várias vezes referimos que cumprimos escrupulosamente tudo aquilo que devemos fazer do ponto de vista da prática, nomeadamente em relação à captura destes animais, que desconhecemos qualquer tipo de que denúncia relativamente a maus-tratos inerentes a esta matéria, e que nomeadamente temos uma ligação próxima com o LxCRAS e todos os animais que são reencaminhados, os animais silvestres para o LxCRAS e, portanto, não temos nenhuma reclamação sobre esta matéria, portanto, volto a dizer, vamos enviar por escrito toda esta informação, que é muito detalhada, para a Senhora Deputada poder verificar. -----

----- No que diz respeito à Revisão da Atividade Física e do Desporto vamos concluir o processo da revisão da Carta Desportiva do Município de Lisboa e da Carta da Atividade Física esteja concluído até ao terceiro trimestre de 2019. Muito obrigado.” --

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e respondeu às questões colocadas: -----

----- “Muito obrigado, eu já respondi às coisas em relação ao Regulamento e à plataforma eletrónica, eu prevejo que para o ano que vem ela esteja disponibilizada ao público, como eu disse houve um concurso que foi, que nós tivemos que rescindir o contrato, um concurso não, foi um contrato que tivemos que rescindir por incumprimento. Lançámos outro, está na fase de adjudicação, de qualquer maneira vamos tentar também melhorar o *site*, que não é, obviamente, a plataforma eletrónica para até lá, até a plataforma estar a funcionar, darmos a melhor informação possível ao público. -----

----- Quería responder também, aproveitando também aqui em relação ao Plano do Ruído, que foi aqui perguntado pelos Deputados Independentes, que nas zonas de intervenção prioritária nós ainda não fizemos, que no fundo tem a ver com aquilo de ações previstas dependentes da Câmara, nomeadamente, o Programa Repavimentar, as ações foram feitas, as medições é que só podemos fazer este ano para exatamente percebermos qual é a diferença das medições que fizemos em 2016 e depois das intervenções de 2017, nomeadamente, no Eixo Central e, portanto, esperamos ter resultados no fim deste ano 2018 para a medida ser real e não fizemos medições quando o trânsito ainda não era, ainda não se sabia para onde ia, agora ele está a ser regularizado e nessa altura, em relação a estes 39 locais considerados como referência

de nível de ruído da Cidade e com medidas prioritárias, nós que iremos fazer isso, portanto, não era o momento de fazer, não podemos fazer essa diferenciação.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e respondeu às questões colocadas: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Em relação ao Palácio Mendonça eu queria informar que o projeto foi aprovado em Reunião de Câmara com 14 votos a favor, 2 contra e 1 abstenção. Este projeto foi apenas para a parte dos edifícios e restauro do edifício e parque de estacionamento, com um Parecer favorável da Direção-Geral de Património Cultural, nesse mesmo Parecer a Direção-Geral diz que o arranjo do jardim é um processo autónomo, para o arranjo do jardim foi feito o levantamento fitossanitário das árvores e arbustos de grande porte e a avaliação do risco de rutura de árvores pelo Laboratório de Patologia Vegetal Veríssimo de Almeida do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa. Isto foi feito em 30/08/2017, foram identificados 514 exemplares arbóreos, arbustivos e trepadeiras, dos quais 281 são para manter e 233 para abater e vão ser plantados 374 novos exemplares de acordo com o projeto. -----

----- Este projeto está a ser, como eu disse, tem um desenvolvimento autónomo do projeto dos edifícios e está a ser acompanhado diretamente pela Direção-Geral do Património Cultural. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. Temos um pedido de palavra da Senhora Vereadora Paula Marques, por favor. A seguir temos um pedido de palavra do PAN, se eu percebi bem o sinal.” -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e respondeu às questões colocadas: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente, muito rapidamente respondendo ao Senhor Miguel Santos, do PAN, o Guia de Boas Práticas na área do reforço sísmico do edificado, está vindo a ser trabalhado com outros instrumentos, nomeadamente o modelo de cálculo do índice de resiliência sísmica do edificado e a atualização da Carta de Solos, com os vários Departamentos e os vários Serviços da Câmara Municipal de Lisboa, o Instituto Superior Técnico já há alguns anos.-----

----- Em relação ao Guia de Boas Práticas, nós contamos ter, estamos em validação interna com o Instituto Superior Técnico sobre o dito manual, validação interna essa que seguirá feita com os outros Serviços até ao final de abril e depois até ao início do verão, teremos disponível ao público o manual e os outros dois instrumentos, subsequente até final do ano. Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. Microfone à Senhora Deputada Inês Sousa Real.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, muito brevemente, só para esclarecer que entendemos que as perguntas em relação à questão do Campo Pequeno não foram respondidas, ficamos satisfeitos que lhe tenha agradado a resenha histórica, no entanto, hoje nos nossos tempos há perguntas continuam por responder, nomeadamente porque há uma entidade privada que está a beneficiar de uma isenção que não deveria beneficiar e cujo valor não é de pouca monta, falamos 12 milhões de euros, já nem falando nas questões dos animais e, portanto, iremos colocar por escrito.-----

----- Senhor Vice-Presidente, em relação à questão dos pombos, lá em cima já tinha referido há perguntas que efetivamente já foram respondidas, pelo que sobejavam apenas a questão do impacto da biodiversidade, não apenas na questão dos pombos, porque há, de facto, vários passeriformes e outras aves que podem estar afetadas por esta metodologia, portanto, era nesse sentido que mantínhamos a questão da pergunta. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.-----

----- Penso que podemos encerrar os nossos trabalhos por hoje, cumprimentando todos os resistentes.”-----

----- A sessão terminou, eram vinte e uma horas.-----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AM/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017.-----

-----O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO-----